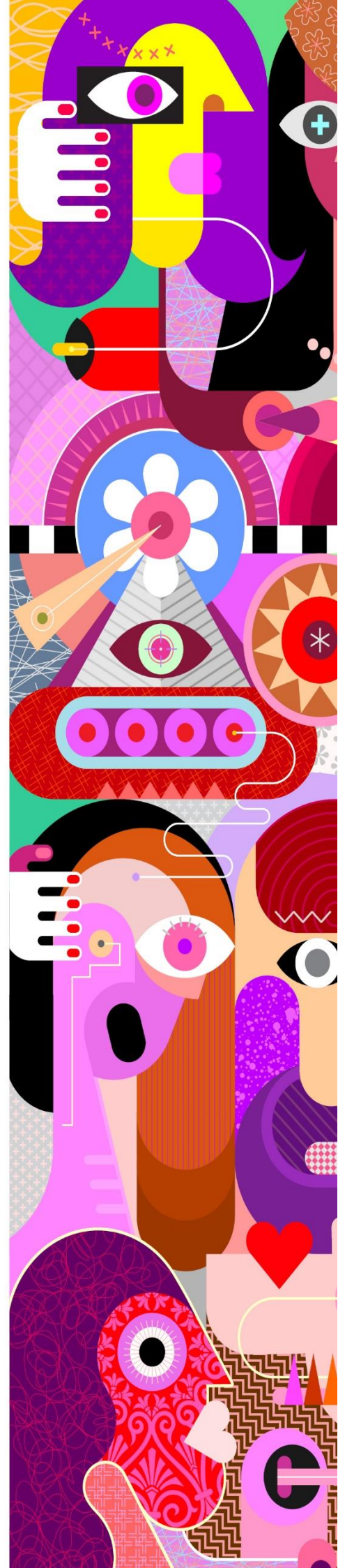




EDIÇÃO: TEMÁTICA LIVRE

v. 9, n. 01, 2022
issn: 2358-3541



REVISTA CONTRAPONTO

Revista discente semestral do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da UFRGS

ISSN 2358-3541

PORTO ALEGRE – RS
UFRGS
2022

EXPEDIENTE

Volume 9, n.1 , jan/jul, 2022
Porto Alegre, PPGS-UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes
Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves Vice-
Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Letícia Maria Schabbach
Coordenador-Substituto: Guilherme
Francisco Waterloo Radomsky



Conselho Editorial

André Luis Pereira
Ângela Camana
Anselmo Chizenga
Camila Dellagnese Prates
Cíndia Brustolin
Felipe Vargas
Fernando de Gonçalves
Julio Souto Salom
Lizandro Lui
Marcelo Seráfico
Marcielle Vasconcellos
Matheus Mazzilli
Thays Wolfarth Mossi
Pâmela Marconatto Marques



Equipe Editorial

Editoria-Chefe
Daniela Damion

Editoria-Executiva

Maria Adriana
Ana Paula Ranzi
Júlia Menin
Leonardo Van Leeuwen
Nina Fola
Vitor Martins Ferreira

Temática Livre:

Editoração

Maria Adriana

Projeto Gráfico:

Rafael Boccardi

Organização

Vitor Martins Ferreira

Revisão

Ana Ranzi
Daniela Damion
Leonardo Van Leeuwen

SUMÁRIO

Editorial

Apresentação	6
--------------------	---

Daniela Damion

Artigos

As políticas públicas e as privações sociais em territórios quilombolas: a comunidade da aroeira no rio grande do norte	9
---	---

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza, João Bosco Araújo da Costa

Grupos/eventos de pedal de Porto Alegre, estilo de vida e autorrealização: um olhar a partir da perspectiva de anthony giddens.	36
--	----

Alexandra Rodrigues Lazzarini

“Da casa-grande para a senzala”: o surgimento do coronavírus e o agravamento das vulnerabilidades das empregadas domésticas no brasil	58
---	----

Deinair Ferreira de Oliveira, Ana Paula Neves Lopes

O mercado de carbono como instrumento para a resiliência climática	76
--	----

Drisa Kern

A exploração do trabalho contemporâneo: a periclituação da execução do trabalho na pandemia de covid-19	98
---	----

João Carlos da Cunha Moura, Giovanna Maria Brito Gonçalves

A estética do momento - sociologia das pequenas manifestações cotidianas	122
--	-----

Wanderson Barbosa dos Santos

A teoria do etiquetamento e o racismo estrutural no brasil: perspectivas da criminologia crítica.....	146
---	-----

Ana Beatriz Getelina

Impactos da pandemia de Covid-19 relacionados à satisfação com a vida em estudantes do ensino superior	166
--	-----

Adriana Rezende Lopes, Oscar Kenji Nihei

Decolonialidade e a ausência de futuro em “a vida não é útil”, de ailton krenak.....	191
--	-----

Jair Ferrari Júnior

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao 9º ano de publicações da Revista Contraponto. No momento em que compartilhamos esta nova edição, o país acaba de atravessar a eleição que já é considerada por muitos como a mais importante de nossa, ainda jovem, história democrática. Embora sempre cercada de desafios e retrocessos, as Ciências Humanas enfrentaram momentos particularmente extremos nos últimos quatro anos, de ataque e retirada de investimentos materiais e simbólicos. No Brasil, a Ciência como um todo se viu desacreditada e enfrentou duras batalhas no campo das ideias durante a pandemia de Covid-19. Sem adentrar nos detalhes e retomar a história recente pela qual muito temos a lamentar, contudo é importante não esquecer. Especialmente porque, diante de tudo, apesar de tudo, as estudantes-pesquisadoras e os estudantes-pesquisadores da pós-graduação seguiram resistindo, ousaram fazer ciência, no nosso caso, social. São muitas que ficaram ao longo deste caminho, é verdade. Sejam as que fazem parte das 700 mil vidas perdidas para a Covid-19 – número que poderia ser muito menor se tivesse havido uma gestão que cuidasse com responsabilidade das pessoas – sejam as que necessitaram abrir mão dos cursos de mestrado ou doutorado devido às dificuldades psicológicas e materiais. Saudamos a todas e todos que têm cruzado esse momento de pauperização generalizada da vida. Ainda estamos aqui. Agora com esperanças renovadas, apostando que o novo tempo que inicia, a partir do resultado das urnas do último 30 de outubro, conseguiremos avançar, e não mais ser resistência ao retrocesso. A Revista Contraponto seguirá com seu compromisso de ser espaço de discussão e divulgação das ciências sociais e demais áreas das humanidades, posicionando-se contra o negacionismo, os ataques à ciência, em especial às humanas, e defendendo mais investimentos no ensino, na pesquisa e nas pessoas (discentes, docentes, técnicas, servidoras, funcionárias) que mantêm a pós-graduação no Brasil.

Nesta edição de Temática Livre, reúne-se oito artigos e uma resenha que perpassam questões diversas e extremamente atuais no contexto brasileiro.

Em *As Políticas Públicas e As Privações Sociais em Territórios Quilombolas: a comunidade da Aroeira no Rio Grande do Norte*, Leonardo e João apresentam dados de pesquisa de campo realizada em uma comunidade quilombola da região nordeste

do país e discutem políticas voltadas ao combate do racismo estrutural, a distribuição fundiária nacional e o papel das comunidades tradicionais e dos povos originários na construção de uma agenda nacional de desenvolvimento. Na sequência, Alexandra analisa os sentidos do uso da bicicleta em *Grupos/Eventos de Pedal de Porto Alegre, Estilo de Vida e Autorrealização: um olhar a partir da perspectiva de Anthony Giddens*, identificando os conceitos deste sociólogo nos significados, motivos, aspirações, valores e atitudes dos representantes dos grupos de pedal.

Em *“Da Casa-Grande para a Senzala”*: *O surgimento do coronavírus e o agravamento das vulnerabilidades das empregadas domésticas no Brasil*, Deinair e Ana Paula expõem os impactos da pandemia de Covid-19 na vida de mulheres que trabalham como empregadas domésticas. A partir de uma perspectiva de raça, gênero e classe, demonstram as consequências negativas para quem ocupa lugar de vulnerabilidade em uma sociedade que ainda carrega herança de um sistema escravocrata e colonial. Já em *O Mercado de Carbono para a Resiliência Climática*, Drisa evidencia a necessidade de mitigação e adaptação ocasionadas pelas mudanças climáticas a partir de estudo que analisa desde o cenário internacional e o Acordo de Paris até o contexto das políticas públicas brasileiras, dando especial atenção ao projeto de lei do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões.

Retornando para a questão do contexto pandêmico recente, em *A Exploração do Trabalho Contemporâneo: a periclitção da execução do trabalho na pandemia de Covid-19*, João Carlos e Giovanna Maria discutem a desigualdade social e a exploração do trabalho à luz da teoria marxista, analisando os impactos da pandemia para a classe trabalhadora. Em seguida, voltando-se para a microssociologia, Wanderson apresenta *A Estética do Momento: sociologia das pequenas manifestações cotidianas*, no qual examina os ensaios de Georg Simmel e Siegfried Kracauer para discutir os conceitos de “ensaísmo” e “crítica” jogando luz aos fenômenos fragmentários e superficiais e sua importância como ferramenta de compreensão da realidade social.

Dando sequência ao debate sempre atual sobre o racismo estrutural, sob um olhar agora do Direito e amparado na criminologia crítica, Ana Beatriz em *A Teoria do Etiquetamento e o Racismo Estrutural no Brasil: perspectivas da criminologia crítica* analisa o desenvolvimento do racismo no país e a como se sustenta a teoria do etiquetamento, ou seja, a rotulagem da população negra como criminosa e o uso de tal como ferramenta de poder das classes dominantes. Encerrando os artigos desta

edição, Adriana e Oscar nos apresentam *Impactos da Pandemia de Covid-19 Relacionados à Satisfação com a Vida em Estudantes do Ensino Superior*, trabalho que apresenta uma revisão bibliográfica de estudos que correlacionam as mudanças causadas pelo período pandêmico no ensino com a dimensão psicológica de estudantes, concluindo que os impactos deste contexto foram negativos e preocupantes para a saúde mental dos discentes.

Por fim, apresenta-se a resenha *Decolonialidade e a Ausência de Futuro em 'A vida não é útil'*, de Ailton Krenak, na qual Jair apresenta uma síntese comentada desta potente obra, publicada em 2020, que reúne textos adaptados de palestras, de *lives* e de entrevistas realizadas pelo filósofo e ativista. O autor apresenta as percepções de Krenak acerca da crise ambiental decorrente do consumo dos recursos naturais e a pandemia de Covid-19, apontando que mais do que um alerta para um futuro apocalíptico que se anuncia no horizonte próximo, a obra revela como os saberes dos povos originários estão à disposição para pensarmos em possibilidades de futuro.

Ótima leitura, com desejos de que sigamos mobilizadas pelo desejo de pesquisando-escrevendo ajudar a criar esperanças e alternativas de outro mundo.

Daniela Damion

Editora-chefe

07 de novembro de 2022

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PRIVAÇÕES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS: A COMUNIDADE DA AROEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE**

**PUBLIC POLICIES AND SOCIAL DEPRIVATION IN QUILOMBOLAS
TERRITORIES: THE AROEIRA COMMUNITY IN RIO GRANDE DO NORTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS Y PRIVACIÓN SOCIAL EN TERRITORIOS
QUILOMBOLAS: LA COMUNIDAD AROEIRA EN RIO GRANDE DO NORTE**

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza¹

João Bosco Araújo da Costa²

Resumo

Nesse artigo discutimos como as políticas públicas atuam no enfrentamento às privações sociais, com destaque àquelas voltadas às comunidades quilombolas na região nordeste do Brasil. Essa discussão engloba os dados e as observações realizadas na comunidade quilombola da Aroeira no Rio Grande do Norte (RN), através do seu processo de regularização, em pesquisa realizada entre os anos de 2018 e 2020. Essas políticas possuem particularidades, pois estão associadas direta e indiretamente ao conjunto de novos direitos inaugurados no período da redemocratização brasileira, a partir dos anos de 1980. Trata-se de políticas que atingem o âmago da formação social do país: o combate ao racismo estrutural, a discussão sobre a distribuição fundiária nacional e o papel das comunidades tradicionais e dos povos originários com a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas; Privações Sociais; Política de Regularização de Território.

¹ Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lrb.souza@gmail.com.

² Professor Associado IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), joabac58@gmail.com.

Abstract

In this article, we discuss how public policies act in confronting social deprivation, with emphasis on those aimed at quilombola communities in the northeast region of Brazil. This discussion encompasses the data and observations carried out in the Aroeira quilombola community in Rio Grande do Norte (RN), through its regularization process, in a survey conducted between 2018 and 2020. These policies have particularities, as they are directly associated and indirectly to the set of new rights inaugurated in the period of Brazilian redemocratization, from the 1980s onwards. These are policies that reach the heart of the country's social formation: the fight against structural racism, the discussion on the national land distribution and the role of traditional communities and indigenous peoples in the construction of a national development agenda.

Keywords: Quilombola Community; Social Deprivations; Policies Territory Regularization.

Resumen

En este artículo, discutimos cómo actúan las políticas públicas frente a la privación social, con énfasis en aquellas dirigidas a las comunidades quilombolas en la región nordeste del Brasil. Esta discusión abarca los datos y observaciones realizadas en la comunidad quilombola de Aroeira en Rio Grande do Norte (RN), a través de su proceso de regularización, en una encuesta realizada entre 2018 y 2020. Estas políticas tienen particularidades, ya que están directamente asociadas y indirectamente al conjunto de nuevos derechos inaugurados en el período de redemocratización brasileña, a partir de la década de 1980. Se trata de políticas que llegan al corazón de la formación social del país: la lucha contra el racismo estructural, la discusión sobre la distribución nacional de la tierra y el papel de las tradicionales comunidades y pueblos indígenas en la construcción de una agenda nacional de desarrollo.

Palabras Clave: Comunidad Quilombola; Privaciones Sociales; Política de la Regularización del Território.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho apresentamos uma discussão sobre o papel das políticas públicas acerca do combate às privações no sentido expresso pelo economista indiano Amartya Sen (2009). Nosso debate se dá a partir da política de regularização de territórios quilombolas (RTQ). Realizamos uma análise a partir dos resultados da pesquisa realizada entre os anos de 2018 e 2020, através da avaliação do processo de regularização da comunidade quilombola da Aroeira em Pedro Avelino, na região central do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil (SOUZA, 2020). Nessa pesquisa foram utilizadas como técnicas metodológicas a revisão de literatura, pesquisa documental; e na pesquisa de campo, entrevistas em profundidade (MORÉ,

2015) e grupos focais (WESTPHAL; BÓGUS; FARIA, 1996). Lançamos uma interpretação de políticas públicas como conceitos e aspectos práticos de sua forma de ação para, então, nos debruçarmos sobre o repertório de Sen (2009) no que diz respeito às privações e outras categorias fundamentais ao debate.

Os quilombos são comunidades que, no período colonial e imperial do país, eram formados por povos escravizados que fugiam das fazendas para formarem esses agrupamentos rurais onde viviam em liberdade, com seu modo de produzir e passavam pela experiência existencial (associado à/ao terra/território e, por vezes, as constantes mudanças de ambientes devido à perseguição). Ribeiro (1995, p. 220) classificou aos quilombos como “formações protobrasileiras”, para ele “seu drama era a situação paradoxal de quem pode ganhar mil batalhas sem vencer a guerra, mas não pode perder nenhuma”. Ribeiro (2011, p. 35) fala dos quilombos contemporâneos como: “mais do que indicar reminiscências dos antigos, foram interpretados na década de 1980, como formas de organizações sociais que extrapolavam as definições censitárias utilizadas na área rural”.

Os quilombos contemporâneos, ou remanescentes de quilombo, ou, ainda, comunidades quilombolas, se inscrevem em uma luta que mescla duas feridas nacionais abertas, o racismo e a desigualdade da distribuição agrária (concentração de terras) no Brasil. Grande parte dos territórios quilombolas brasileiros estão em áreas rurais e necessitam dessa regularização. Muitas dessas comunidades perderam partes ou a totalidade do seu território para forças externas como fazendeiros, empresas ou mesmo para o próprio Estado. A luta dessas comunidades ganhou notoriedade no debate da constituinte (LEITE, 1999, 2008), trata-se de uma organização entre sujeitos dos novos direitos, que compõem os chamados novos movimentos sociais de caráter identitário, que ganham destaque a partir da segunda metade do século XX, especificamente nos anos 1960 e 1970 (TOURAINÉ, 1999; GOHN, 2017, 2019). O direito à regularização de suas terras e a proteção e as reparações por parte do Estado, chega através do art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF). Contudo, somente em 2003, com a assinatura e publicação do decreto presidencial 4.887; essa política vem a ser regulamentada.

A regularização desses territórios situa-se, depois da autoidentificação da comunidade, entre dois órgãos, a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nossa discussão se pautará na seguinte sistemática: identificação (autoidentificação ou autodefinição), certificação e titulação. Essas são bases para esquematizar o raciocínio na lógica institucional. Consideramos a RTQ um processo complexo, repleto de descontinuidades e com efetividades nas vidas das pessoas envolvidas, ainda que o processo na comunidade não tenha obtido o resultado final esperado (a emissão do título da terra). Por isso, nossa reflexão vai além dessa perspectiva institucional, ela se importa com a *práxis* política que se expressa através da complexidade das relações durante o processo, isto é, os agentes, os conflitos, entre outras perspectivas.

Discutimos as políticas públicas desde sua conceituação, tratando de aspectos de sua formulação e de sua implementação, para, depois, expormos nossa visão da política pública integrada, suscetível às influências de diversas naturezas, na qual a avaliação e o elenco de novas categorias de análises são fundamentais na sua compreensão ou mensuração de seu sucesso ou fracasso. Em seguida, a discussão estará focada em explicar nosso entendimento sobre as privações na perspectiva de Sen (2009). Nessa temática incluímos ao debate categorias de seu pensamento, como funcionamentos, intitulamentos, formação de agentes, processo/formas de desenvolvimento, liberdade e capacidade a partir de sua abordagem. Por fim, nos debruçamos sobre o caso da regularização da comunidade da Aroeira, apresentando uma análise de discurso (GONDIM; FISHER, 2009; AVELAR, 2021) a partir dos dados coletados em campo como as falas de participantes dos grupos focais (divididos entre homens e mulheres) e alguns entrevistados/as. Essa última parte será fundamental para alcançarmos a síntese das teses enunciadas, sistematizando o pensamento geral do texto e, sobretudo, materializando o corpo de discussão optando por conceber um caráter holístico ao tema, às reflexões e às argumentações.

UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são respostas que o Poder Público oferta às demandas formuladas pela sociedade e se constituem em importantes instrumentos de transformação e de mudança social para diversas populações. Em países economicamente emergentes e com problemas sociais advindos da arquitetura colonialista, como são quase todas as nações latino-americanas, essas políticas

ocupam um papel fundamental para seu desenvolvimento, para com as reparações históricas e sociais e com os processos de construção da cidadania de grupos afetados. Trata-se de uma visão humanizada do processo de desenvolvimento e crítica do ponto de vista dos modelos civilizacionais impostos a partir da modernidade e, precisamente, na contemporaneidade.

De acordo com Rua (2014, p. 2017), as políticas públicas representam “[...] o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Isto é, parte-se da ação do poder público em razão dos próprios bens públicos, como ela nos diz, é um imperativo na aplicação desses recursos. Essa é uma tese partilhada desde Höfling (2001) e Souza (2006), na qual o Estado ganha uma conotação de ator fundamental dessa implementação, através da ação do governo. As políticas públicas, embora adquiram essa forte presença do Estado (do poder público), não se reduzem à ação decisiva dessa instituição.

O Estado tem seu papel de destaque, especialmente, no plano de países do Cone sul. Esse fator advém do projeto de construção dessas nações que passam ou passaram pelo processo de subdesenvolvimento que, como salienta Furtado (2013), é parte integrada ao processo chamado de desenvolvimento à *lá* o capitalismo ocidental (Europeu e norte-americano). O (sub) desenvolvimento, a partir da consolidação do capitalismo no século XIX, trouxe, ressignificou e ampliou problemas sociais históricos que já existiam, é o caso do racismo, das desigualdades sociais, entre outros fatores que impactam sobre a realidade social de determinadas populações.

Em suma, Höfling (2001, p. 31) nos explica que:

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Essa responsabilidade passa a ser instituída, articulada e, por vezes, até executada pelo próprio Estado, mas encontra o cerne de sua produção e de seu debate em diversos outros setores. Diversos atores estão envolvidos na discussão sobre a política pública desde sua formulação até sua implementação. Como confirma Boneti (2017, p. 13), as políticas públicas são “o resultado da dinâmica do jogo político de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas

constituídas por grupos econômicos e políticos, classes sociais e organizações da sociedade civil”³. A formação dos espaços de debate sobre determinada política (incluímos também os programas sociais), estão permeados por diversos interesses e por outras formas de participação. Esses espaços são respostas do poder público à sociedade civil ou de frações — é o caso de algumas comunidades que se articulam, criam e cobram formas de participação.

O debate público que demonstra a força e as posições de reivindicação e de interesse de determinados grupos sociais, se apresenta como orientação, no sentido de uma visão da política pública como dinâmica e em construção, na qual:

[...] os atores são agentes das organizações, o poder é dividido entre elas e os problemas são percebidos conforme o seu ponto de vista e a sua interpretação. As prioridades são definidas conforme os seus interesses. As soluções devem se ajustar aos procedimentos operacionais padronizados, conforme as rotinas desenvolvidas pelas organizações (RUA, 2014, p. 82).

A política pública é percebida como de campo de ação e de uma *práxis* na qual os agentes das organizações, comprometidos com a arquitetura própria, atuam na convergência de interesses, dos aspectos técnicos (burocráticos) e nas relações de forças (o que inclui as estruturas de classes). Rua (2014, p. 73) vai pensar suas formulações a partir da noção de “arenas políticas” que, segundo ela, representam “contextos sistêmicos, interativos, que configuram a dinâmica de atuação dos atores, definem as suas alianças e mobilizam o conflito entre eles a partir dos issues, das preferências, das expectativas e da estrutura de oportunidades”. Em suma, como afirmam Zambam e Kujawa (2017, p. 65): “As políticas públicas têm como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento social, isto é, não submetida exclusivamente às demandas do crescimento econômico ou tendo como opção prioritária apenas a busca do bem-estar material”.

Entre a formulação e a implementação, a questão da participação dos grupos sociais interessados é fundamental para atingir-se um nível elevado de eficiência ou não para dada política. Se trata do momento posterior à formulação de uma política, ou resumidamente, através da ação de governo. O fato é que existem obstáculos nem sempre conhecidos pelos formuladores que só no estágio de execução podem ser

³ Tradução dos autores.

detectados (PEDONE, 1987; PRESSMAN; WILDAVSKY, 1998). A implementação, como aponta Rua (2014, p. 89):

[...] pode ser compreendida como o conjunto de decisões e ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores sobre uma determinada política pública.

A implementação, de acordo com Vaquero (2007, p. 139), é o momento onde as “variáveis independentes – atores e fatores”⁴ podem influenciar nos objetivos iniciais de uma determinada política pública. As políticas públicas abrangem sistemas e técnicas que estão no centro das organizações políticas, institucionais e burocráticas, atuando direta e indiretamente a partir de influências e interesses que são variáveis. O que exige uma constante avaliação dos processos e das efetividades dessas políticas. O caminho para se conceber uma política pública não é de mão-única, mas sim, possui inúmeras vias em sentidos e direções muitas vezes aleatórias. Essa sistemática que, em primeiro momento, parece conturbada, tem noções, regramentos e está sujeita às influências externas e internas às organizações que tratam dessas temáticas.

O movimento que propomos aqui da formulação à implementação de forma complexa e interligada, corresponde ao campo da política na qual a política pública está sistematizada e influenciada pelas conjunturas e pela ação dos agentes, ela se converte também em espaço da discussão política. A política pública é entendida em uma visão holística na qual ela transita do abstrato ao concreto e vice-versa. Assim, ela não é somente um instrumento, mas sim um movimento ou processo complexo que é produto e campo da ação política, da participação da sociedade, sem deixar de lado seu caráter de resultado/produto.

A Constituição Federal de 1988 (CF) inaugura um momento político de efervescência da luta de grupos sociais que tiveram seus direitos historicamente negados, como são os quilombolas. A regularização de seus territórios tem como marco na CF e como produto de sua luta a entrada do Art. 68 dos ADCT. A identidade, a cultura, o patrimônio afro-brasileiro e o combate ao racismo são pontos cruciais dessa nova CF, e são produtos de mobilizações populares ao longo de todo século

⁴ Tradução dos autores.

XX. A regulamentação da política de regularização de territórios Quilombolas (RTQ) aconteceu através do decreto presidencial 4.887/2003.

Tanto o decreto como a CF materializaram uma antiga luta dessas comunidades. Esses são produtos da participação social e do percurso traçado pelo movimento negro e, especificamente, pelos movimentos e organizações quilombolas. A política de RTQ reafirma o papel das políticas públicas no combate às privações, pois elas tornam-se um conjunto instrumental da transformação social de determinadas populações. As observações empíricas realizadas no caso da RTQ da comunidade da Aroeira reforçam essa tese. A política é o instrumento específico para preencher determinadas lacunas, mas também se converte em espaço e/ou oportuniza que, entorno a sua estrutura, material e imaterialmente, as comunidades se organizem, sem que isso represente um limitador para as demais ações políticas, ao contrário expande a possibilidade de articulação e de ação objetiva.

UM CONCEITO E O CONTEXTO DAS PRIVAÇÕES

Para Sen (2009) são inúmeras as formas de privações de liberdades que podem existir. Essas privações não se relacionam somente aos países pobres, ao contrário, elas também estão presentes nos chamados países desenvolvidos. Ele nos diz que “um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver” (SEN, 2009, p. 29). A negação, ou a retirada da possibilidade de vida, representada pela liberdade, é uma marca de um modelo civilizacional moderno. Sen (2009) demarca esse processo em uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico como motor dessa produção de privações, isto é, a retirada das possibilidades de insurgências e das possíveis escolhas realizadas pelos sujeitos.

Sen (2009, p. 32) “[...] considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se para a expansão das ‘capacidades’ [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam – e com razão”. Para o autor é fundamental o papel das políticas públicas no alcance dessas capacidades. Ele nos diz: “Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso

efetivo das capacidades participativas do povo” (SEN, 2009, p. 32). Para ele a noção da liberdade vai seguir por dois caminhos, o das liberdades substantivas, o qual considera essencial, superando o enfoque normativo tradicional, no qual a avaliação passa por variáveis como: “utilidade, liberdade processual ou renda” (SEN, 2009, p. 32). Para o autor:

Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos. Ambas as coisas são relevantes para a avaliação da liberdade dos membros da sociedade (SEN, 2009, P. 33).

O enfoque de Sen na pessoa e nas suas liberdades de ação, escolha, refletem uma visão humanitária que corrobora com uma abordagem dos sujeitos (ativos) como reflexo da própria sociedade e do modelo de desenvolvimento a ser construído, assim como a crítica à exclusão dessas condições nos modelos tradicionalistas. Assim, chegamos à segunda razão:

A segunda razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva é que a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. A preocupação aqui relaciona-se ao que podemos chamar (correndo o risco de simplificar demais) o “aspecto da condição de agente” [*agency aspect*] do indivíduo (SEN, 2009, p. 33).

As razões apresentadas por Sen são categorias fundamentais da sua abordagem das capacidades para uma avaliação de eficácia e efetividade. Esse exame das liberdades fundamentais possibilita a reflexão a partir das privações exercidas sobre esses grupos. As avaliações tornam-se os principais instrumentos de acompanhamento e de influência sobre a posição de determinada política, atuação do poder público e da realidade social (como condição e transformação). Aparece, então, outra categoria fundamental, a do agente. Para Sen (2009, p. 33), o agente é aquele que “[...] age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com os próprios valores e objetivos, independentemente de avaliarmos ou não também segundo algum critério externo”. O agente é aquele que desperta para seu reconhecimento crítico como sujeito da própria história. Como entendem, também, Freire (1987) e Dussel (2007, 2012), o indivíduo que tem papel na própria história, se

articula estrategicamente com uma pauta e age motivado por uma ética⁵ que retorna à política e à economia. Nesse sentido, Zambam e Kujawa (2017, p. 64-65) complementam:

A abordagem das políticas públicas, como propõe Sen, está ancorada na importância da pessoa e na necessidade de ter as condições para o desenvolvimento das capacidades (*capabilities*) e agir como cidadão na condição de agente ativo, na atuação do estado como organizador de políticas de promoção humana e combate às desigualdades, na ação de instituições ou associações com a finalidade de propor, incentivar e administrar de forma propositiva, participativa e cooperativa as políticas que visem o bem comum e a equidade social, razão primeira de sua existência.

Retomando o problema das privações, em um contexto social como o brasileiro, debatê-las é fundamental no campo das políticas públicas. A ferida social aberta que é, sobretudo, representada pelo racismo e pela desigualdade expressa na distribuição de terras, continua fazendo vítimas. Tais problemas são oriundos do processo colonização brasileira, o colonialismo que, embora superado, se desdobrou na colonialidade (QUIJANO, 2005) e opera uma lógica de reprodução através das estruturas de poder, sobretudo por meio dos dispositivos de opressão em esfera concreta e simbólica. Em outro texto, Sen (1993, p. 5) menciona: “A acomodação resignada à privação continuada e à vulnerabilidade é frequentemente apresentada como justificável com base na ausência de uma forte demanda pública e de um desejo intensamente manifestado de modificar essa situação”.

A formação social do Brasil é transpassada pelo racismo, segundo Almeida (2021, p. 50): “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. O racismo opera estruturalmente como um germe no interior do organismo social. Ele se espalha em diversas formas e direções, desde o indivíduo até o corpo coletivo e institucional (por exemplo, o Estado e seus aparelhos), reproduzindo uma política violenta. A violência é um desempenho da privação, na qual foram e ainda estão inscritos determinados grupos sociais, como é o caso das populações negras.

⁵Na perspectiva de Dussel (2012) seria uma ética da preservação da vida, partindo das vítimas. O autor enxerga na política o campo de ação dessa ética que, por seu turno, não tem campo prático dela mesma.

Situados em periferia geopolítica e social, à margem, estão as comunidades quilombolas, tal localização reforça a constituição de um racismo que Gonzalez (2020, p. 131) mencionava como “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”. O racismo estrutural (ALMEIDA, 2021) e o racismo por denegação (GONZALEZ, 2020), são chaves que permitem vermos a sociedade racialmente estratificada, tendo como suporte dispositivos perpassados e movidos (direta ou indiretamente) pelo racismo, pela política da violência de caráter racial. Esse conteúdo racista nos dispositivos e nas políticas, manifesta-se transversalmente em diversas áreas e de diferentes formas. Por isso, é comum vermos ações racistas e de conteúdo racista, em maior ou menor grau, em programas de TV (mídia), na ação da polícia (instituições), no cotidiano. Estamos familiarizados com o papel periférico (marginalizado) atribuído ao negro, ao passo que não conseguimos notar essas manifestações sem passarmos pelo crivo crítico de uma reinvenção do nosso olhar colonizado e racialmente estruturado.

Autores como Fernandes (2014, 2016) e Gomes (2017), discorrem sobre o processo de integração do negro na sociedade de classes industrial e na formação do campesinato brasileiro negro, esses estudos evidenciam não apenas a presença de práticas físicas e simbólicas de violência contra essas populações, como também situam esse problema histórico que tem uma longa raiz, desde a forma como ocorreu a abolição. Nesse processo as populações negras e quilombolas foram deixadas na precariedade das condições de vida e trabalho, sem a compatibilidade com as novas demandas que o processo de desenvolvimento industrial e urbano exigiam para a época.

Gomes (2017) sistematiza a história e o percurso desses mocambos⁶ e quilombos. Sua obra deixa evidente um amplo processo de luta pela ocupação da terra e por meio de estratégias de resistência e de povoação. Essas comunidades eram por si só pioneiras no processo de formação de uma política/luta contra-hegemônica no país, ela envolvia liberdade e sobrevivência, como também a busca

⁶A palavra quilombo foi e é uma das designações para as comunidades negras rurais. Segundo Gomes (2017), primeiramente se utilizou o termo mocambo, mas depois passou-se a ser usual o termo quilombo.

pela plenitude existencial e espiritual. No entanto, ficaram em sua maioria à margem de processos realmente inclusivos, que possibilitasse, no mínimo, a segurança quanto à propriedade de sua faixa de terra.

Uma das privações as quais eram submetidas às comunidades quilombolas, diz respeito à tomada (usurpação; roubo) de suas terras. Trata-se da perda dos territórios onde viviam e reproduziam seu modo tradicional cultura e identidade arraigadas ao solo; ao ambiente como um todo. A cada perda de território seguido de outras violências físicas e morais, se reduz a dimensão da liberdade substantiva na qual as escolhas e as oportunidades estão sobre suas mãos.

A privação da liberdade – das possibilidades de ação e de escolhas de determinados grupos sociais – são reflexos do processo de desenvolvimento brasileiro. Um processo repleto de violências na qual o Estado tem um papel fundamental. O Estado colaborou com a formação das privações aos quilombos, através da escravização e da perseguição aos escravizados que fugiam e formavam os quilombos. Na contemporaneidade, existe ainda uma enorme dificuldade de combinar a eficiência burocrática à implementação da política. Entre elas estão: o problema da identificação dessas comunidades (COSTA; OLIVEIRA JR, 2017) e devido à morosidade estatal (O'DWYER, 2016). Apesar desses obstáculos, o papel do Estado ainda é significativo e complexo, nele há todo o debate e tem contribuição concreta à execução da regularização. Como nos diz Poulantzas (2015, p. 71): “[...] o Estado também é a condensação material e específica de uma relação de força, que é uma relação de classe”.

As políticas públicas operam como campo e medida para combater as privações sociais, sejam através das reparações históricas, ou através de políticas que apontem para distribuição e redistribuição de renda, de terras, entre outros quesitos. O caso da regularização de território quilombola comprova esse caráter em relação ao combate às privações sociais. A política de RTQ é um processo de transformação, produtor da emancipação social através dos agentes (DIETRICH e NAYAK, 2005), eles conquistam autonomia de ação, empreendem debates e lutam pela superação dessas privações. A política pública, como é a RTQ, opera em caráter popular-participativo, a figura do agente é central na sua configuração.

A RTQ exige a participação social dos envolvidos das comunidades tradicionais, sem eles a regularização perde seu sentido, já que o território exige a

relação existencial expressa na constituição das territorialidades e nas suas manifestações. Como diz Sen (2009, p. 47): “A questão da participação social é central para alguns dos problemas básicos que têm minado a força da teoria do desenvolvimento”. A principal discussão de Sen é sobre a decisão sobre o tradicional do ponto de vista da cultura enquanto incongruência frente aos ditames do progresso e da inovação (características dos modelos de desenvolvimento recentes). É impensável na teoria seniana ver a tradição como uma questão a ser “superada” em prol de um projeto de desenvolvimento.

O debate de Sen (2009) entra em acordo com o de Dussel (2012), ambos defendem a participação da decisão a partir das comunidades afetadas, assim, a tradição, enquanto fundamento cultural e identitário que denota o caráter existencial de dadas populações, teria um peso importante a ser considerado. Se uma comunidade tradicional é afetada por um processo ou uma política, se sua tradição passará por algum impacto, então elas mesmas têm de decidir sobre a escolha a ser feita, trata-se de uma questão ética inserida à política.

Para que essas escolhas sejam feitas devem existir condições de consciência, de reconhecimento e de meios que produzam a decisão a partir das opções possíveis – de modo contrário não se trataria de uma escolha, mas sim imposição velada ou não. Escolher conscientemente exige um conjunto de capacidades que vão ser instituídas através dos funcionamentos e dos intitulamentos que, “devem refletir opções e escolhas que cada agente social tem razão para valorizar” (KUHN, 2015, p. 24). Esses dois pontos refletem no “conjunto capacitário” (SEN, 2009) dos sujeitos, onde estão formuladas as capacidades adquiridas para a ação.

Kuhn (2015, p. 27) ao se referir aos intitulamentos e a perspectiva de Sen, considera que:

Em relação à distinção entre meios e fins, pode-se considerar que a percepção seniana permitiria a identificação dos chamados intitulamentos, ou seja, aqueles elementos de infraestrutura que são capazes de promover o processo de desenvolvimento, reconhecido este como o aumento das oportunidades dos agentes de determinado território.

Isso nos mostra que os intitulamentos representam as condições básicas para a condição de desenvolvimento como liberdade. Eles darão aos sujeitos as possibilidades de ação. É preciso saber ler, escrever e não passar fome para garantir condições básicas de sobrevivência (obter funcionamentos). No entanto, a luta de um

território para sanar uma demanda sócio-histórica como é a da aquisição de um título de posse de terra, exige conhecimento especializado, dominação de um vocabulário político e uma estrutura social e tecnológica que garantam a luta diante de instituições e outros interesses (às vezes até mesmo em oposição). Consciência política e a noção estratégica são condições básicas dessa luta de uma comunidade ou de um indivíduo. Somente a partir dessa aquisição começa-se a moldar-se uma comunidade política e um sujeito coletivo que possam articular e construir um debate à decisão racional e prudente acerca dos seus interesses, das suas escolhas.

A regularização de territórios enquanto política pública é um espaço de convergência na produção de intitamentos. Instituída pelo decreto presidencial 4.887/2003 é executada através dos órgãos como a FCP e o INCRA, em alguns momentos através de órgãos e instituições na alçada estadual. Esquemáticamente ela consiste: i) na autodefinição, por parte da comunidade quilombola; ii) na certificação solicitada pela comunidade à FCP; iii) na titulação (título de propriedade) através do INCRA. Cada uma dessas fases representa um passo significativo das comunidades que se abrem ao universo de outras políticas públicas derivadas diretamente desses níveis de reconhecimento diante do poder público.

A comunidade quilombola da Aroeira já passou pelas fases i e ii, recebeu a portaria de reconhecimento dos limites do território junto ao INCRA, mas ainda aguarda o decreto de desapropriação pela Presidência da República/Casa Civil. Esse processo será interpretado a seguir sob a luz das privações existentes e a luta combatendo-as (uma leitura da realidade social da comunidade). Evidenciaremos as conquistas que a comunidade obteve, além da produção de ferramentas importantes nesse embate. A produção dos intitamentos e a formação dos agentes são fatores decisivos no processo de combate às privações sociais. Entre esses, podemos citar as produções de consciência política, a organização da comunidade e os resultados obtidos. Essas são conquistas sociais, produtos que mudam a realidade da comunidade e possibilitam uma articulação estratégica sobre a política e a produção da visão de um futuro diferente da que foi concebida até aqui. Esse processo gera oportunidades de escolher o que fazer, como fazer e por onde seguir individual e coletivamente.

A REGULARIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA AROEIRA

A comunidade quilombola da Aroeira está situada na região central do Rio Grande do Norte (RN), encravada no semiárido. O território ganha o título de território Cabugi. A comunidade está na cidade de Pedro Avelino (RN), trata-se de uma região empobrecida com profundas lacunas sociais. De acordo com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, a cidade possui uma população estimada de 6.653 habitantes em 2020. Com uma mortalidade infantil de 16,39 óbitos por mil nascidos, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,583, a cidade está no ranking das mais pobres do país. Lembrando: a taxa de mortalidade infantil nacional, de acordo com o IBGE, é de 11,56 óbitos por mil nascidos. Esses dados ilustram a região geopolítica na qual estão os quilombolas da Aroeira. O município está a cerca de 156 km da capital do RN, Natal. A comunidade se localiza a aproximadamente 8 km da sede do município.

A realidade social da comunidade é imersa em processos de violência material e simbólica. Como constata o relatório antropológico da comunidade (BARROS; CHIESA; SANTOS, 2013), parte do território da comunidade foi apropriado por fazendeiros locais, parte dessas terras são as chamadas terras do gavião. Além disso, a vivência da comunidade está condicionada ao sofrimento diante do racismo presente nos discursos e na materialização dessas práticas. A ambientação da comunidade é formada por terras áridas, secas, casas de taipa e algumas de alvenaria que foram construídas entre os anos 1990 e início dos anos 2000. Parte significativa dos membros da comunidade não possui alfabetização – esses, em sua maioria, são adultos ou idosos. Os membros mais jovens têm um grau mais elevado de alfabetização, embora quase nenhum deles tenha chegado ao ensino superior. Devemos destacar que essa realidade está mudando ao longo dos últimos 10 anos. A completa ou parcial ausência de água potável para consumo humano e produção animal e vegetal é um dos pontos de maior atenção e interesse da comunidade. Seguido disso, as mudanças nas condições sanitárias das moradias, da estrutura das

⁷Retirado de: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedro-avelino/panorama>>. Acesso em 4 de Julho de 2021.

mesmas e das oportunidades de renda e segurança alimentar ganham destaque nas falas dos seus membros.

A resistência da comunidade nessa zona árida advém de tempos imemoriais. Trata-se de um trajeto que, partindo das territorialidades⁸ constituídas, formaram o território⁹. Conseguimos apurar em campo que o esforço organizado e objetivado em prol da regularização começou a partir dos anos de 1990. Representado pelos pais e avós dos atuais líderes e membros da comunidade. Foram detectados pelo menos dois ramos da mesma família que têm atuação forte na disputa pela narrativa da luta da comunidade e nas decisões tomadas na associação comunitária. Essa associação é um espaço essencial, pois no âmbito do processo de regularização, ela se torna a representante do território, da comunidade. No caso da Aroeira, a atual gestão conta com a presidência em um ramo da família e a vice-presidência no outro ramo. Mas isso ocorre em consenso, através de uma lógica nesse processo na qual há um revezamento de posições entre esses ramos.

O primeiro ponto de nossa análise foi a narrativa da regularização na comunidade. O atual Presidente e a Ex-Presidenta da associação, apresentaram dois discursos sobre a luta pela terra. Cada um se afirmou como pivô do processo de regularização, ambos enxergavam o processo integrado ao conjunto de políticas públicas e programas sociais que chegavam à comunidade. Mas cada qual defendia sua gestão como protagonista das mudanças sociais da comunidade, associadas ao processo regulatório. A Ex-Presidenta comenta em entrevista:

[...] faz oito anos que estou aqui, depois que eu estou aqui na terra, graças a Deus, o processo da terra está sendo elevado. E a minha luta na associação era pelo meu povo. Meu povo era umas pessoas carentes, muito carentes, aqui não tinha água, não tinha água de nada, não tinha água encanada, nesse problema aí eu lutei muito para que hoje tivesse água na comunidade [...] (EX-PRESIDENTA DA ASSOCIAÇÃO).

Ela deixou a comunidade durante um período da sua vida, mas retornou alguns anos depois. Assumiu a presidência da associação e empreendeu uma caminhada

⁸ TERRITORIALIDADE É: “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”” (LITTLE, 2003, p. 253).

⁹ TERRITÓRIO: Segundo Cavalcante (2016, p. 28) o território pode ser compreendido: “como sendo uma porção do espaço apropriada por um grupo humano que o constrói em seus aspectos sociais, simbólicos, culturais, econômicos e políticos através de modos específicos”.

junto a atores sociais regionais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedro Avelino/RN, entre outros. Sua gestão coincide com atuação de muitas políticas produzidas direta ou indiretamente através do Programa Brasil Quilombola (PQB), que possui alguns eixos de implementação, com políticas e programas em prol do acesso à cidadania, segurança alimentar, entre outros. Principalmente, através do eixo do acesso à terra (primeiro eixo do PQB), ou seja, a regularização. Essa narrativa se contrapõe, em parte, a do atual presidente, ele nos diz:

Reconheci essa comunidade lá em Brasília, me deram um livro de ata bem grande lá, a gente sentado lá no mesário lá, aqui assine, quem for da comunidade de fulano de tal, vocês assinem. Tinha uma coordenadora de Natal que ela passou dois anos coordenando aqui, que ela me encontrou lá no plenário federal, lá em Brasília, eram cinco e meia da tarde, “quando eu chegar em Natal, vou conhecer essa comunidade de vocês” (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO).

O discurso do presidente não apenas fala e defende seu legado, como apresenta o teor memorial do processo na comunidade. Ele traz para si a conquista, é seu legado, associado a sua ida à Brasília, em um processo que ocorre antes de ser alçado à posição de liderança. Em outras de suas falas, ele comenta que o legado da luta pela terra começou com “os mais velhos”, pelo seu pai. Direta e indiretamente ele responde às questões sobre a regularização e sobre as mudanças locais, através da retomada da trajetória que ele fez, junto ao pai e outras pessoas, antes mesmo de conquistarem a certificação. As narrativas construídas através dos ramos familiares e das disputas entre si, se complementam. Existem disputas, isso é inegável. Mas elas se inscrevem no processo de regularização como parte da memória de luta e de organização da comunidade e perpassa períodos distintos dentro e fora, primeiro iniciando a luta, tentando reconhecer a Aroeira como quilombola e, depois, já com ela reconhecida lutando e conquistando a atenção do governo através do acesso às políticas públicas.

Como nos diz Avelar (2021, p. 18): “a análise do discurso não entende a mensagem como um objeto claro que viaja do emissor ao receptor. Para análise do discurso, esses próprios sujeitos são feitos do seu conjunto de interações discursivas, eles não existem fora delas”. Os discursos dos líderes estão associados às disputas que travaram, corroborando com a narrativa da coletividade. Antes do processo regulatório, havia a consciência política ou, pelo menos, o início do processo de tomada de conhecimento da situação social na qual a comunidade estava. O

presidente cita que essa luta começa quando um servidor do cartório registra uma filha de uma mulher da comunidade, e informa a ela e aos membros da Aroeira que eles possuem “direitos” que devem reivindicar. Essa leitura não restringe a RTQ ao ano de 2003, vem de antes desse marco.

Com o retorno da Ex-Presidenta à comunidade, a luta ganha os contornos que a própria articulação Quilombola do Brasil estava assumindo no plano nacional e regional. Havia inúmeras políticas públicas que podiam ser acessadas a partir da certificação. O Brasil, entre 2003 e 2015, passava pelo *boom* da alta nas vendas de *commodities*, esses recursos aliados à segurança e governabilidade expressa pelos governos de Lula, garantiram uma expansão dessas políticas. Esse fato produziu uma série de transformações locais. Cada gestão da associação tenta assumir uma parcela significativa da responsabilidade e incorporar à sua narrativa as conquistas obtidas. De todo modo, o conjunto das falas, como as que vimos acima, corroboram com a tese de que esse processo regulatório engloba as disputas, as conquistas e, sobretudo, a memória coletiva e individual da comunidade e de seus agentes.

Entre as políticas citadas como mudanças sociais e conquistas do processo estão, por exemplo, o acesso ao programa “RN sustentável” do governo do RN, ao programa “Água Doce” do Governo Federal, “governo cidadão” em parceria entre o governo do estado e o Banco Mundial. Além do programa de alfabetização escolar, acesso ao programa de erradicação de casas de taipa em parceria com a Caixa Econômica Federal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essas políticas mudam o cenário da comunidade, é comum encontrarmos, até o ano de 2020, diversas placas dos governos do estado e federal sobre um programa ou uma política na comunidade, as casas de alvenaria aos poucos vão tomando lugar das casas de taipa, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Destacamos o forte papel das políticas relacionadas às águas, porém a seca ainda é um problema gritante e, talvez, represente a maior privação da comunidade. Os programas de acesso à água potável representam um importante funcionamento adquirido, mas ainda falta muito para a superação desse problema. A erradicação das casas de taipa e uma série de outros benefícios como redução do valor da conta de energia elétrica, acesso às políticas como bolsa família, ainda são elementos importantes para essas comunidades, elas dependem desses recursos para garantirem ainda o mínimo necessário para viver dignamente, longe da extrema

pobreza. Trata-se de um cenário que está mudando, os receios de retorno à situação de miserabilidade é um risco real.

Nos grupos focais, tanto mulheres como homens reafirmaram o papel fundamental da associação sobre as mudanças sociais na comunidade, principalmente o grupo focal com as mulheres. Elas evidenciaram as transformações referentes à RTQ, mencionando experiências pessoais, falaram da construção de banheiros de alvenaria na comunidade, antes deles as necessidades fisiológicas eram feitas por trás de arbustos, ao relento. Comentaram da escavação do poço, da chegada da energia elétrica, entre outros. Também comentaram do custo que tinham ao pagar uma taxa para a associação, para a manutenção do consumo de água e de luz que agora existiam e da manutenção administrativa da associação. Elas reconheceram a importância desses pagamentos. Falaram da impossibilidade material de terem mais participações, comentaram do custo, por exemplo, de deslocamento até os locais das reuniões na cidade ou em outros locais que não na comunidade. Uma das participantes comentou:

(...) eles [a direção da associação] que tem mais contatos com o povo do INCRA. Conhece eles bem, tem contato com eles, sabe do que acontece o que não acontece. (...). Eles quando viajam, eles que convidam para ele irem assistir reunião, porque não tem transporte para todo mundo. Às vezes vão num carro pequeno, às vezes para sair daqui não tem em que ir, tem que arrumar dinheiro na associação para tirar 20 reais para fretar uma moto para ir para Pedro Avelino pegar o transporte lá. Se for tirar dinheiro da associação para três, quatro, cinco pessoas, para participar de uma reunião, afunda a associação. Que já é cinco reais por cada pessoa. Aí tem mês que nem isso caí, na associação, aí fica difícil (PARTICIPANTE 1 DO GF).

Essa fala da participante contou com o acordo das mulheres presentes na ocasião. Ela falou da importância da organização política através da associação. Sua fala nos revela uma visão do INCRA distanciado da coletividade, próximo apenas dos representantes. Isso pode ser entendido como um apontamento para o papel do instituto ainda muito engessado na lógica burocrática. Ao entrevistarmos um dos antropólogos do INCRA no RN, ele confirmou a existência de uma cultura institucional que trava o fluxo do processo de regularização, além das influências políticas sobre processos dessa natureza. As mulheres não entraram diretamente na disputa política interna. Ainda assim, percebemos que elas possuem anseio de participar e entender o processo. Para entendermos o nível de separação entre órgão e comunidade, as

participantes comentam que ainda não possuem o “INCRA”, ou seja, não separam o nome do órgão responsável pela titulação do que realmente é o título, o documento.

Quando perguntadas até onde iria a terra da Aroeira, ou seja, quais seus limites, uma participante responde citando as fronteiras com os vizinhos, e comenta: “[...] Mas aí eles dizem, mas como a gente não tem o INCRA em mãos, a gente não pode provar, né? (...) Se a gente não tem o INCRA nas mãos, não tá decidido nada, a decisão da gente é esse INCRA, quando aparecer (PARTICIPANTE DO GRUPO FOCAL DAS MULHERES). As mulheres da Aroeira reconhecem os limites territoriais, incluindo aqueles tomados, reconhecem que o território vai além da divisão atual. Essa fala deixa transparecer um conflito que está velado na memória individual de cada uma e da comunidade como um todo. Ele não se expressa objetivamente, pois há uma série de violências simbólicas, quando não físicas, que se associam ao corpo histórico da Aroeira.

Embora o discurso se ligue à associação como representação e ao processo como um complexo de relações e conquistas, as mulheres em muitos momentos do grupo focal deixaram evidentes seus protagonismos como donas de casa e também como agentes de mudança política. Primeiro, ao reconhecerem essa necessidade e impossibilidade de participação; segundo, em dados momentos quando elas insurgem em diálogos umas com as outras no grupo focal questionando como conseguiram uma determinada política ou como podem agir diante de um conflito. Citamos como exemplo, a discussão que trataram no grupo sobre uma passagem na estrada que liga a comunidade ao município, onde um fazendeiro local havia, supostamente, ameaçado fechar o caminho. Nesse instante, elas informaram que iriam requerer ao prefeito que mediasse o conflito. Essa atitude demonstra como a comunidade se reconhece, nas vozes das mulheres, como um sujeito diante de outro, através de uma entidade de mediação.

O grupo dos homens realizou uma discussão semelhante ao das mulheres, no entanto focou mais em reafirmar a disputa interna na associação, algumas políticas relacionadas ao trabalho e a situação da água na comunidade. Esses três itens sintetizam bem a discussão que foi realizada em todos os grupos. Devemos levar em consideração que foi um grupo focal com menor tempo de duração e falas mais contidas, isso ocorreu possivelmente por alguns fatores que podem ser elencados. Primeiro, enquanto no grupo focal das mulheres solicitamos que os membros da

direção da associação se retirassem da sala e eles aceitaram, no grupo focal dos homens, eles permaneceram no local sob o argumento que só iriam observar o encontro. Segundo, culturalmente os homens adotam postura mais reservada/retraída, principalmente diante de estranhos como éramos na atuação durante a investigação. Esses fatores foram superados em entrevista posterior com alguns dos membros da comunidade.

Tanto o grupo como as entrevistas demarcaram bem que existe um discurso coletivo comum entre homens e mulheres. O papel demarcado dos homens como chefes da comunidade, uma força masculina (herança patriarcal e machista), existe, mas pouco a pouco vai perdendo o sentido, em especial diante do avanço da força das mulheres no poder de decisão. É cada vez mais forte a presença das mulheres nas esferas de decisão e como protagonistas das narrativas. Homens e mulheres da Aroeira confirmaram um forte discurso arraigado à questão da água, ambos consideram a associação como fundamental para o alcance dos objetivos e a RTQ está associada ao processo mais complexo que envolve tanto o título ao qual demonstram preocupação por não o possuir, ao mesmo tempo em que enxergam essas lutas como um campo de conquistas.

As principais privações sociais que podemos destacar no caso da comunidade da Aroeira e do seu processo de RTQ, estão relacionadas concretamente: ao combate às secas, condições básicas de moradia e dignidade de vida, garantia de posse e propriedade de seu território. Mas existem outras privações que estão contidas em um espaço abstrato. Não há como desassociar o esquecimento dessa comunidade ao longo dos anos de sua história por parte do poder público. A comunidade aos poucos vai destruindo os estigmas e vai se afirmando a partir de um novo repertório de discursos. Elaborando uma nova significação para si mesma e para suas terras.

A garantia às políticas de combate à seca e produção/acesso à água potável constitui um funcionamento básico, é preciso matar a sede e a fome, nesse sentido a comunidade consegue observar algumas mudanças. Esteticamente a comunidade tem casas com pés de plantas de diversas culturas agrícolas, isso aponta para uma diversificação na dieta. As moradias em alvenaria garantem outros funcionamentos associados diretamente às garantias na saúde, como atenção às necessidades sanitárias. Os programas de alfabetização de jovens e adultos, creche na comunidade e escola de ensino infantil são outros funcionamentos importantes. Tudo isso combate

as privações e reafirmam como elementos centrais as transformações sociais que são grandes em comparação com o histórico de pobreza e de ações meramente assistencialistas que eram comuns na região antes da política RTQ e dos resultados que envolvem o processo.

Sobretudo, conseguimos observar que os intitulamentos começam a serem produzidos e conquistados. A comunidade está convertendo-se em um sujeito político importante, com posições críticas e através de estratégias de ação política. Isso inclui o ativismo das pessoas da comunidade. A RTQ, nesse sentido, assume seu papel de espaço, discutindo o título como processo, a comunidade constrói narrativas, elucida problemas históricos, confrontando outros sujeitos do campo político local e regional que em outros tempos seria uma situação impensável. Cabe destacar que alguns membros da comunidade já estão inseridos em contextos totalmente novos em comparação ao isolamento e à reclusão ao território que a comunidade tinha antes da RTQ, como conseguimos apurar. Um membro da direção da associação se candidatou a vereador na cidade, embora não tenha vencido, obteve uma votação significativa. Existem, na comunidade, pessoas que são ativas nos debates sobre políticas públicas na região e algumas outras já possuem acesso ao ensino superior.

Um último ponto de destaque diz respeito à articulação com outras comunidades quilombolas da região central, compondo assim o Território Quilombola Cabugi. São 4 comunidades já certificadas, entre as quais a Aroeira foi a primeira e serviu de exemplo para as demais. Na pesquisa, conseguimos notar a organização emergente entre elas. Essas comunidades realizaram diversos encontros, onde conseguiram discutir problemas, trocar experiências e motivar a participação dos membros das comunidades. Existem ainda outras comunidades em processo de identificação. Em resumo, a experiência da Aroeira motivou e ainda motiva as demais comunidades (isso é mais uma conquista estratégica). Em conjunto, elas conseguem compor uma organização mais ampla que merece um estudo mais detalhado.

Na comunidade, a participação dos jovens e das mulheres é cada vez mais notável. Existe, na Aroeira, um processo de formação de agentes que vem se dando no âmbito da RTQ, uma experiência mais antiga do que o trâmite institucional, mas que se realiza fortemente no plano do processo complexo dessa política. A RTQ exige essa complexidade de políticas e programas, pois ela exerce sobre a localidade não uma organização em prol do título, esse mesmo é apenas a parte final do

produto/processo, ela é uma política que significa a luta por reconhecimento e a expressão de existência e de resistência dessas comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regularização dos territórios quilombolas é uma política que se converte no espaço político onde o agenciamento, a conquista e produção de intitamentos e de funcionamentos é fundamental para sua compreensão e para mensurar o grau de efetividade de seu projeto. Trata-se de um processo complexo que engloba diversos matizes (políticas públicas, luta de classes, memória coletiva, processo de tomada de consciência, entre outros). A comunidade quilombola da Aroeira evidencia esse conjunto em sua concretude. Através dessa política pública ela constrói arenas políticas que se desdobram em novos espaços, onde a discussão toma forma e onde são tomadas as decisões em coletividade.

Esse processo quando visto à luz de conceitos do repertório de Sen (2009) destacam a mudança do projeto de desenvolvimento. Sobretudo, põem as comunidades como sujeitos políticos com força no debate de ideias, com voz ativa sobre os rumos a serem tomados. No plano nacional, essa articulação é um projeto ainda mais consciente quanto ao rumo de atuação do Estado e da luta contra esses problemas sociais históricos da nossa formação social. A regularização rompe com estratégias antigas e tradicionalistas, como a separação da luta pela terra e combate ao racismo. Ela junta essas mazelas e, partindo de um repertório de políticas públicas e de um processo associativista, traz grupos sociais que antes estavam à margem para o centro desse debate.

No caso da comunidade quilombola da Aroeira, como muitas outras no nordeste brasileiro, os seus problemas, as privações, somam uma série de perspectivas, inclusive a do território que lida direta e indiretamente com secas, ou seja, a privação das mais básicas: a água. E, em um curto espaço de tempo, observamos essa superação da privação ocorrer ao passo que a comunidade está integrada politicamente ganhando cada vez mais consciência e construindo um conjunto capacitário próprio. Isto é, ainda que em meio a uma conjuntura desafiadora, a comunidade quilombola da Aroeira continua adquirindo novas capacidades que a possibilitam realizar escolhas ou lutar para abrirem e serem construídas novas

oportunidades, mas ainda há um longo caminho até a superação total dessas privações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo, Jandaíra: 2021.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: Retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BARROS, Tatiane Vieira, CHIESA, Rodrigo Sulzbach. SANTOS, Sheila Cavalcante dos. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-cultural: Comunidade de Aroeira, Pedro Avelino/RN**. São José: Terra Ambiental, 2013.

BONETI, Lindomar. **Políticas Públicas por dentro**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 de Jul. de 2021.

BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2003.

CAVALCANTE, Thiago Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade A Luta pela Terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

COSTA, João Bosco Araujo, OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza. “Apresentação”, In: COSTA, João Bosco Araújo; OLIVEIRA JR, Geraldo. Barboza (Orgs.). **O perfil das comunidades tradicionais e o acesso às políticas públicas nos territórios rurais e da cidadania do Rio Grande do Norte**. Natal: Caravelas, 2017.

DIETRICH, Gabriele, NAYAK, Nalini. Explorando as possibilidades da globalização contra-hegemônica do movimento dos trabalhadores da pesca na Índia e nas suas interações globais”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**, Petrópolis: Vozes, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (vol. 2)**. São Paulo, Editora Globo, 2014.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto do negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: R. F. D'Aguiar (ed.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Flávio. **Mocambos e Quilombos**. São Paulo: Claro Enigma, 2017.

GONDIM, Sônia Maria Guedes, FISCHER, Tânia. O DISCURSO, A ANÁLISE DE DISCURSO E A METODOLOGIA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO NA GESTÃO INTERCULTURAL. **Cadernos Gestão Social**. Salvador: v. 2, n. 1: p. 9-26, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HÖLFLING, Eloisa de Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Cadernos Cedes**. Campinas: n. 55, p. 30-41, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE - Cidades. Disponível em:: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedro-avelino/panorama>>. Acesso em 4 de Julho de 2021

KUHN, Daniela Dias. DESENVOLVIMENTO RURAL: AFINAL, SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?. **Redes**. Santa Cruz do Sul: v. 20, n. 2, p. 11-30, 2015.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**. Brasília: v. 28, n.1, p. 251-290, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização? **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: v. 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos feministas**. Florianópolis: v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. **Atas - Investigação Qualitativa nas Ciências Sociais**. v. 3, p. 126-131, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de Quilombo diante do projeto modernizador de construção da nação. In: O. M. Oliveira (org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Aba Publicações, 2016.

PEDONE, Luiz. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: FUNCEP, 1987.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Vozes, 2015.

PRESSMAN, Jeffrey, WILDAVISKY, Aaron. **Implementación: cómo grandes expectativas concebidas em washington se frustan en Oakland**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Landier (org.). **La Colonialidad Del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Ediciones FACES/UCV, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Yolanda Gaffrée. **Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé – RJ**. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Norte Fluminense, 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC/CAPES, 2014.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Lua Nova**. São Paulo: n. 28/29, p. 313-333, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre: n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra. **Comunidade Quilombola da Aroeira: uma avaliação do processo de implementação da regularização de território**. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VAQUERO, Benjamín Revuelta. La implementación de políticas públicas. **Díkaion**. Chía: v. 16, n. 1, p. 135-156, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **Como sair do liberalismo?** Bauru: EDUSC, 1999.

WESTPHAL, Marcia Faria, BÓGUS, Claudia Maria, FARIA, Mara de Mello. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Bol. Oficina Sanit. Panamericana**. Washington: v. 120, n. 6, p. 472-482, 1996.

ZAMBAM, Neuro José, KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**. Passo Fundo: v. 13, n. 1, p. 60-85, 2017.

*Artigo recebido em 8 de Junho 2022

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

**GRUPOS/EVENTOS DE PEDAL DE PORTO ALEGRE, ESTILO DE VIDA E
AUTORREALIZAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ANTHONY
GIDDENS.**

**GROUPS/EVENTS OF PORTO ALEGRE PEDAL, LIFESTYLE AND SELF-
REALIZATION: A LOOK FROM THE PERSPECTIVE OF ANTHONY GIDDENS.**

**GRUPOS/EVENTOS DE PEDAL PORTO ALEGRE, ESTILO DE VIDA Y
AUTORREALIZACIÓN: UNA MIRADA DESDE LA PERSPECTIVA DE ANTHONY
GIDDENS**

Alexandra Rodrigues Lazzarini¹⁰

Resumo

O presente artigo é fruto de uma monografia e se propõe a apresentar parte dos resultados obtidos na pesquisa realizada em 2020 que buscou compreender o universo simbólico que permeia os diferentes usos da bicicleta, na contemporaneidade, para os integrantes dos grupos de pedal, da cidade de Porto Alegre. Este artigo trata especificamente de dois pressupostos teóricos de Anthony Giddens - estilo de vida e autorrealização. O objetivo foi compreender se e como o uso da bicicleta se configura em um estilo de vida e em uma forma de autorrealização. Para responder à pesquisa foram empregados métodos e técnicas qualitativas, a partir de entrevistas em profundidade e análise temática de texto. Como resultados foram identificados os conceitos do autor nos significados, motivos, aspirações, valores e atitudes dos representantes dos grupos de pedal, os diferentes usos da bicicleta se configuram em estilos de vida, e, por muitas vezes, o uso é considerado como um meio de atingir a autorrealização.

Palavras-chave: Estilo de vida; Autorrealização; Bicicleta; Grupos de ciclismo.

Abstract

This article is the result of a monograph and proposes to present part of the results obtained in the research conducted in 2020 and that sought to understand the symbolic universe that permeates the different uses of the bicycle, in contemporary times, for the members of the pedal groups, in the city of Porto Alegre. This article deals specifically with two theoretical assumptions by Anthony Giddens - lifestyle and self-realization. The objective was to understand if and how the use of the bicycle is configured in a lifestyle and in a form of self-realization. To answer the research, qualitative methods and techniques were used, based on in-depth interviews and thematic text analysis. As results were identified the concepts of the author in the

¹⁰ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

meanings, motives, aspirations, values and attitudes of the representatives of pedal groups, the different uses of the bicycle are configured in lifestyles, and, often, the use is considered as a means of achieving self-realization.

Keywords: Lifestyle; Self-actualization; Bicycle; Cycling Groups.

Resumen

Este artículo es el resultado de una monografía y propone presentar parte de los resultados obtenidos en la investigación realizada en 2020 y que buscaba comprender el universo simbólico que impregna los diferentes usos de la bicicleta, en tiempos contemporáneos, para los miembros de los grupos de pedales, en la ciudad de Porto Alegre. Este artículo trata específicamente de dos supuestos teóricos de Anthony Giddens: el estilo de vida y la autorrealización. El objetivo era entender si y cómo se configura el uso de la bicicleta en un estilo de vida y en una forma de autorrealización. Para responder a la investigación se utilizaron métodos y técnicas cualitativas, basadas en entrevistas en profundidad y análisis de textos temáticos. Como resultados se identificaron los conceptos del autor en los significados, motivos, aspiraciones, valores y actitudes de los representantes de los grupos de pedales, los diferentes usos de la bicicleta se configuran en estilos de vida, y, a menudo, el uso se considera como un medio para lograr la autorrealización.

Palabras clave: estilo de vida; autorrealización; bicicleta; grupos ciclistas.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento denominado como pós-modernidade, marcado pela globalização e pelo capitalismo, este contexto proporcionou uma reformulação das identidades e a ampliação das possibilidades de escolha dos indivíduos. Dentre essas possibilidades de escolha encontra-se o uso da bicicleta que vem crescendo nas grandes cidades, como demonstram Campos, Tapieri e Amaral (2016):

É visível que há um aumento do número de ciclistas nas ruas das grandes cidades, essa revolução está acontecendo antes mesmo que as cidades se preparem para essa mudança de forma que favoreça e estimule o uso da bicicleta como modo de transporte de maneira mais segura (CAMPOS, TAPIERI, AMARAL, 2016, p. 31).

Entretanto, o uso da bicicleta não se limita à questão da mobilidade urbana, ele vem apresentando novas configurações e novos significados, “[...] a bicicleta virou símbolo de resistência, de contracultura, de atitude em favor da saúde e da cidadania” (TRIGUEIRO, 2016, p. 9). Nas últimas décadas, formaram-se diversos grupos de ciclistas em Porto Alegre que demonstram em seus discursos o compartilhamento de

aspectos simbólicos que remetem a questões de identidade, estilo de vida e autorrealização.

A análise destes grupos, a partir de uma visão sociológica, visa compreender o universo simbólico que permeia o uso da bicicleta, a apreensão desses significados nos remete à formação das identidades e aos valores e atitudes que esses indivíduos compartilham. O objetivo deste trabalho foi compreender como o uso da bicicleta tem se configurado em estilos de vida e autorrealização para os integrantes dos grupos de pedal¹¹ na cidade de Porto Alegre. Este artigo originou-se de uma pesquisa mais ampla, realizada para a conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais, no ano de 2020.

Por conseguinte, esta pesquisa contribuiu para análise do tema do crescente uso da bicicleta nas grandes cidades com foco nos significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que permeiam os diferentes usos na contemporaneidade. Este estudo se baseou no referencial teórico de Anthony Giddens (2002) através dos conceitos de estilo de vida e autorrealização e, para este artigo, foram consideradas os seguintes questionamentos: a. Como o uso da bicicleta se configura em um estilo de vida? b. como o uso da bicicleta se configura em um meio de autorrealização?

Desta forma, este trabalho se justifica pela importância de trazer a análise da temática sobre o uso da bicicleta na contemporaneidade para além da questão da mobilidade urbana, considerando diferentes dimensões que o uso da bicicleta pode alcançar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente o uso da bicicleta se configura em objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento e, no que tange à área da Sociologia, estudos referentes ao cicloativismo são comuns o que se relacionam ao conceito de política-vida de Anthony Giddens, conceito que foi abordado na monografia, mas que não será abordado neste artigo. Não obstante, estudos que evidenciam novas configurações e significados relacionados ao uso da bicicleta ainda são escassos. Foram identificados os seguintes estudos sobre o uso da bicicleta:

Na área de saúde pública, Abílio (2018) analisou a mobilidade por bicicleta na cidade de São Paulo; na área de Administração, Dalpian (2013) procurou compreender a atividade contra hegemônica e a resistência ao consumo junto aos

¹¹ Grupos de pedal são como estes grupos se autointitulam.

participantes do evento Massa Crítica em Porto Alegre; Borsato (2016) procurou compreender as principais motivações para o uso da bicicleta como meio de locomoção em Porto Alegre.

Na área da Sociologia, Oliveira (2017), analisou como os atores da rede cicloativista (Massa crítica) atuaram no processo de construção da agenda política de mobilidade em Porto Alegre e Oliveira e Silva (2018) procuraram relacionar os movimentos sociais e as políticas públicas a partir do movimento cicloativista, de Porto Alegre, e sua tentativa de incidir na política de mobilidade urbana.

Desta forma, esta pesquisa se insere no campo do uso da bicicleta a partir de uma visão sociológica dos diferentes significados que este veículo pode alcançar para os integrantes dos grupos de pedal. Conquanto, para analisar os aspectos simbólicos do uso da bicicleta para os integrantes dos grupos de pedal, optei por utilizar a teoria de Anthony Giddens (2002), a partir dos conceitos de estilo de vida e autorrealização, essa escolha se deu pelo fato do autor incorporar elementos subjetivos à perspectiva sociológica.

A análise de Giddens se dá a partir da perspectiva da modernidade tardia que se configura na “presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade” (GIDDENS, 2002, p. 221). Para ele é importante considerar as consequências que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto à coletividade na constituição das sociedades modernas.

Desta forma, a modernidade altera drasticamente a natureza da vida social cotidiana afetando os aspectos mais pessoais de nossa existência. O foco central desta perspectiva é o eu como surgimento de novos mecanismos de autoidentidade, que são constituídos pelas instituições modernas e que, ao mesmo tempo, as constituem:

O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações (GIDDENS, 2002, p. 9).

A autoidentidade é constituída a partir de um processo autoreflexivo, ou seja, ela ocorre de um movimento contínuo na construção da identidade a partir das

reflexões que o indivíduo tem de si e, ao mesmo tempo, esta construção está sempre sujeita a mudanças.

Dentre os autores que refletiram sobre a constituição da identidade na modernidade estão Charles Dubar (2005), Zygmund Bauman (2005), Stuart Hall (2006) entre outros. Para estes autores toda a identidade é construída, porém cada um evidencia um aspecto deste processo. Hall (2006) considera que a identidade se desenvolve na relação com o outro, na qual o sentimento de pertencimento tem grande importância, sendo formada e transformada.

Dubar (2005) também destaca a relação com o outro na construção das identidades, porém esta relação se dá na articulação entre dois processos convergentes. No primeiro o indivíduo é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação dos quais pertence e, no segundo, a construção é feita pela pessoa a partir de categorias que são dadas pelas instituições das quais ela faz parte. Para este autor, a relação entre os indivíduos é decisiva uma vez que o sujeito se reconhece pelo olhar do outro.

A teoria de Giddens se difere destes autores no sentido de que para este o aspecto mais relevante para a construção das identidades modernas é a reflexividade dos indivíduos, enquanto que àqueles salientam a relação entre os indivíduos. Talvez Baumann (2005) seja o teórico que mais se aproxima de Giddens, já que para Baumann a identidade é autodeterminada, criada e necessita de esforços contínuos para a sua preservação, se aproximando da autoidentidade de Giddens que ocorre a partir da reflexividade do indivíduo e deve ser criada e sustentada rotineiramente em suas atividades reflexivas.

Ao abordar a questão da reflexividade na construção da identidade, Giddens utiliza as noções de estilo de vida e autorrealização. Segundo ele, na modernidade tardia os indivíduos são forçados a fazer escolhas que, quando incorporadas, se tornam estilos de vida.

Estilo de vida é um conceito muito utilizado atualmente nos estudos relacionados à Teoria Geral de Marketing (FINOTTI, 2004). Nesse sentido Giddens salienta a importância do estilo de vida não ser pensado em termos de consumo superficial, mas enquanto uma imposição dada pela alta modernidade:

Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

Conforme a tradição perde a soberania e a vida diária é reconstituída num jogo dialético entre o local e o global, “tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções” (GIDDENS, 2002, p. 13). Essas escolhas são as decisões que o indivíduos tomam sobre como agir e quem ser, desta forma, o estilo de vida se configura no centro da autoidentidade, seu fazer e refazer, sempre aberto à mudança (GIDDENS, 2002, p. 80).

A autorrealização se relaciona ao corpo e este é visto como “um sistema de ação, um modo de práxis, e sua imersão prática nas interações da vida cotidiana é uma parte essencial na manutenção de um sentido coerente de autoidentidade” (GIDDENS, 2002, p. 95). O estilo de vida se conecta ao desenvolvimento corporal, ou seja, o corpo também passa a ser uma questão de escolha a parir da reflexividade, ele se torna “cada vez mais socializado e integrado à organização reflexiva da vida social” (GIDDENS, 2002, p. 95).

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a questão da roupa que se torna “manifestamente um meio de exibição simbólica, um modo de dar forma exterior às narrativas da autoidentidade”, e ela “também se relaciona diretamente à ocultação/revelação a respeito das biografias pessoais – liga as convenções a aspectos básicos da identidade” (GIDDENS, 2002, p. 62). Para ele, a roupa e a identidade social não estão dissociadas, modos de vestir são influenciados por pressões de grupos, propaganda, classe social e outros fatores, “a aparência [...] vira um elemento central do projeto reflexivo do eu” (GIDDENS, 2002, p. 96).

Os regimes e dos padrões de sensualidade¹² têm importância central porque ligam os hábitos a aspectos visíveis da aparência do corpo: “são maneiras de autodisciplina, mas não são constituídos apenas pelos ordenamentos das convenções do cotidiano; são hábitos pessoais, organizados em parte segundo as convenções sociais, mas também formados pelas inclinações e posições pessoais” (GIDDENS, 2002, p. 63). Os regimes e os padrões de sensualidade são o principal meio pelo qual a reflexividade institucional da vida social moderna se centra no cultivo do corpo (GIDDENS, 2002, p. 63).

¹² Regimes e padrões de sensualidade foram abordados nesta pesquisa como “cuidados com o corpo”.

Outro elemento importante para o autor é a noção de autoterapia fundamentada na auto-observação contínua, na qual o indivíduo pode-se perguntar o que ele quer para si mesmo a cada momento da vida:

A autoterapia significa viver cada momento plenamente, mas ela enfaticamente não significa sucumbir à sedução do presente [...]. A 'arte de estar no presente' gera a autocompreensão necessária para planejar para frente e para construir uma trajetória de vida de acordo com os desejos íntimos do indivíduo (GIDDENS, 2002, p. 71).

A capacidade do indivíduo fazer autoterapia tem como elemento central o "pensamento autobiográfico" que, para Giddens, é o meio fundamental para escapar do passado e abrir-se ao futuro:

Num universo social pós-tradicional, organizado reflexivamente, permeado por sistemas abstratos, e no qual o reordenamento do tempo e do espaço realinha o local e o global, o eu sofre mudança maciça. A terapia, inclusive a autoterapia, tanto exprime a mudança como fornece programas de efetivá-la em termos de autorrealização. No nível do eu, um componente fundamental da atividade do dia-a-dia é simplesmente o da escolha (Giddens, 2002, p. 79).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de caráter qualitativo a partir de entrevistas em profundidade com base em um roteiro semiestruturado, a análise dos resultados foi realizada através da análise temática de texto. O método qualitativo foi escolhido por ser adequado à análise de questões simbólicas que são demonstradas através de sentimentos e percepções.

Num momento anterior à realização das entrevistas, houve uma etapa de pesquisa em redes sociais e páginas da internet voltadas ao uso da bicicleta para identificação dos grupos de pedal existentes na cidade de Porto Alegre. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas em profundidade que, devido ao cenário mundial de pandemia ocorreram on-line, através do aplicativo Zoom, foram gravadas e posteriormente transcritas.

Os primeiros contatos foram realizados com pessoas já conhecidas, as líderes do Pedal da Inclusão e Pedal Zona Leste, a partir daí a seleção dos entrevistados foi realizada através da técnica *Snowball*. Conforme Baldin e Munhoz (2011) esta técnica é uma amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente.

Para análise dos dados foi adotado o método de análise temática de texto, já que este método tem como foco as intenções dos falantes e os significados para eles, sendo o próprio discurso o produto para análise. Conforme Bardin, a análise temática de um texto procura “ter em conta como material de análise os próprios significantes, [nos quais] trabalha-se então diretamente no código” (BARDIN, 1977, p. 82).

As categorias para codificação dos dados foram definidas a partir dos conceitos teóricos de Anthony Giddens e operacionalizadas na forma de referências presentes nas falas dos entrevistados: práticas relacionadas aos diferentes usos da bicicleta; práticas relacionadas a diferentes usos da roupa e acessórios e práticas associadas à saúde e ao corpo.

APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS DE PEDAL

A partir de 2009 se formaram diversos grupos de pessoas com o objetivo de pedalar em Porto Alegre, estes grupos demonstram uma identificação com uma série de questões sociais, tais como: conscientização em relação à segurança e respeito no trânsito, inclusão, bem-estar, saúde, sustentabilidade/reciclagem, feminismo, interação, voluntariado, entre outros.

Com o intuito de ilustrar estas identificações, segue uma descrição dos grupos existentes na cidade, mapeados no ano de 2020. O critério de identificação dos grupos foram as páginas dos grupos de pedal na internet e em redes sociais (*Facebook* e *Instagram*).

O Pedal da Inclusão (PI) tem o objetivo de possibilitar que pessoas com deficiência possam sentir a liberdade e a alegria de pedalar. As bicicletas são adquiridas por meio da venda de tampinhas de garrafas *pet* e doações, promovendo a inclusão, o envolvimento e a conscientização em relação à reciclagem, bem-estar e meio ambiente. O grupo é formado por voluntários que têm em comum a paixão pelo ciclismo e a vontade de fazer o bem (PEDAL DA INCLUSÃO, 2016).

O Pedal Zona Leste (PZL) é um grupo formado por pessoas que moram na região leste de Porto Alegre, tem o intuito de fazer pedaladas para proporcionar segurança nos trajetos, indiretamente promove a troca de informações sobre tudo o que se relaciona com bicicleta, cicloturismo e atua com o trabalho voluntário (PEDAL ZONA LESTE, 2017).

O Pedal Zona Norte (PZN) é indicado para pessoas que estão em um nível avançado do ciclismo, possui um ritmo acelerado e tem o objetivo de proporcionar

maior segurança aos ciclistas (PEDAL ZONA NORTE, 2019). O Pedal das Guriás (PG) é um grupo exclusivo para mulheres, busca promover autonomia, empoderamento, amizade e solidariedade, além de conhecimentos técnicos (PEDAL DAS GURIAS, 2016).

O Massa Crítica (MC) é um evento de protesto por mais espaço e respeito no trânsito. O movimento é organizado de forma horizontal e totalmente colaborativo, considera o uso da bicicleta como um meio de transporte democrático, saudável e sustentável. Suas bandeiras são: meio de transporte ativo, mobilidade urbana, intervenção civil, sustentabilidade e justiça social. Os integrantes consideram que estão juntos por um trânsito mais humano, cidades mais bonitas, alegres e um mundo mais respirável (MASSA CRÍTICA, 2019).

O Pedal da *Freeway* (PF) – Vila Velô tem como objetivo a superação, ingressar em equipes, intensificar os treinos e competir em provas, é um pedal para quem deseja aprimorar-se e progredir no ciclismo (VILA VELÔ BICICLETARIA, 2015). O Pedalegre é um grupo com objetivo de promover a integração entre ciclistas em um ambiente saudável, defendem o uso compartilhado e pacífico das vias e a boa convivência entre todos os meios de transporte. Seu foco são pessoas que estejam começando no ciclismo ou com pouca prática no esporte, visando apoiar e aprimorar as práticas deste exercício (PEDALEGRE, 2011).

O Pedal *Ecoville* (PEV) é um grupo de pessoas interessadas em realizar passeios ciclísticos noturnos, na companhia de amigos, em um ambiente seguro orientado por pessoas acostumadas a pedalar na cidade (PEV PEDAL ECOVILLE, 2015). O Pedal Zona Sul (PZS) é um grupo de pedalada da cidade de Porto Alegre (PEDAL ZONAL SUL, 2015).

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Foram entrevistadas lideranças/representantes de cada um dos grupos descritos, quando não foi possível entrevistar o líder, foi entrevistado um participante indicado por uma liderança, apenas no grupo Pedal das Guriás e no evento Massa Crítica foram entrevistadas pessoas que se ofereceram para participar do estudo, por apresentarem uma organização sem lideranças. Os líderes dos grupos geralmente são as pessoas que criaram o grupo, os representantes são pessoas que participam da organização do grupo e dos eventos de pedal.

Para tanto, entre os dias 08/04/2020 e 11/06/2020, entrevistei nove pessoas, uma de cada grupo, utilizando um roteiro de entrevista semiestruturado. Este quantitativo de entrevistas foi considerado suficiente, já que uma pesquisa de caráter qualitativo não objetiva generalizar os resultados do estudo para a população estudada, mas entender, de maneira aprofundada, o fenômeno analisado.

Conforme Flick (2008), a amostragem em pesquisa qualitativa é uma maneira de reunir uma coleção de casos, materiais ou eventos, selecionados de forma intencional e deliberada, cujo objetivo é construir um corpus de exemplos empíricos para estudar o fenômeno de interesse da melhor forma possível (FLICK, 2008, p. 27).

O perfil dos entrevistados pode ser visualizado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** A aproximação com os participantes se deu da seguinte forma: foram contatadas duas pessoas já conhecidas, as líderes dos grupos Pedal da Inclusão e Pedal Zona Leste e, a partir destas, os demais foram contatados através do método bola de neve. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise. O contexto dos grupos de ciclismo foi algo novo para mim, eu conhecia apenas o evento Massa Crítica, mas eu nunca havia participado. Apesar disso, bastaram algumas participações e contatos para que eu pudesse desenvolver a pesquisa.

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados

Nome fictício	Gênero	Idade	Grau de instrução	Renda familiar (s. m.)	Grupo	Data da entrevista
JSA	Feminino	30 anos	Superior completo	De 1 a 2 s.m.	Pedal Zona Leste	08/04/2020
BP	Feminino	34 anos	Superior completo	De 1 a 2 s.m.	Pedal das Gurias	24/04/2020
GC	Feminino	30 anos	Superior completo	De 1 a 2 s.m.	Pedal da Freeway	27/04/2020
EPD	Masculino	55 anos	Superior completo	Acima de 5 s.m.	Pedalegre	12/05/2020
JT	Masculino	40 anos	Superior completo	Acima de 5 s.m.	Pedal Zona Norte	18/05/2020
RTSS	Feminino	42 anos	Médio completo	De 4 a 5 s.m.	Pedal da Inclusão	09/06/2020
PHSS	Masculino	39 anos	Médio completo	De 4 a 5 s.m.	Pedal Ecoville	09/06/2020
RNB	Masculino	63 anos	Médio completo	De 3 a 4 s.m.	Massa Crítica	10/06/2020

JVB	Masculino	52 anos	Superior completo	Acima de 5 s.m.	Pedal Zona Sul	11/06/2020
-----	-----------	---------	-------------------	-----------------	----------------	------------

Fonte: LAZZARINI, 2021, p. 34.

O objetivo foi identificar os diferentes sentidos relacionados à bicicleta, mais especificamente, busquei compreender como o uso da bicicleta se configurou estilo de vida e autorrealização para as pessoas nos diferentes grupos, busquei identificar se e como os sentidos associados à bicicleta variam de acordo com o grupo ao qual o ciclista pertence.

Na formulação do questionário foram incluídas questões que apresentavam, de forma indireta, os conceitos abordados. O objetivo era saber dos entrevistados se e como o uso da bicicleta estava relacionado a um estilo de vida e a autorrealização. Partindo dos elementos associados a cada um desses conceitos, formulei perguntas aos ciclistas, para que eles pudessem descrever os significados associados a essa atividade a partir das questões colocadas por mim.

O Quadro 2 - Operacionalização de Conceitos foi construído a partir do contraste entre as definições de Anthony Giddens e os conteúdos das entrevistas, sendo, a coluna 1: a definição do autor dos conceitos da análise; a coluna 2: o agrupamento por categoria analítica do conteúdo das entrevistas; e a coluna 3: o conteúdo das falas dos entrevistados.

Quadro 2 - Operacionalização de Conceitos

ESTILO DE VIDA E AUTORREALIZAÇÃO¹³: prática, descrição das atitudes do dia-a-dia.		
GIDDENS	OPERACIONALIZAÇÃO	ENTREVISTAS GERAL
Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de autoidentidade.	a. Práticas relacionadas aos diferentes usos da bicicleta.	• Opta pelo uso da bicicleta como meio de lazer, locomoção, esporte, trabalho, etc. • Tipos de passeio: dentro da cidade, cicloturismo, etc., • Tipo de treino: velocidade, lomba, distância, etc.

¹³ Os conceitos estilo de vida e autorrealização foram agrupados para análise por serem intrínsecos na teoria de Anthony Giddens.

Os estilos de vida são práticas rotinizadas, as rotinas incorporadas em hábitos de vestir, comer, modos de agir e lugares preferidos de encontrar os outros, mas as rotinas seguidas estão reflexivamente abertas à mudança à luz da natureza móvel da autoidentidade. [...] Todas estas escolhas são decisões não só sobre como agir, mas também sobre quem ser. [...] O estilo de vida diz respeito ao próprio centro da autoidentidade, seu fazer e refazer.	b. Práticas relacionadas a diferentes usos da roupa e acessórios.	• Roupa específica diferencia o ciclista de grupo da pessoa que usa a bicicleta para passeio, trabalho ou meio de locomoção, • Roupa específica como identidade de grupo (uniforme), • Uso da roupa para se sentir pertencente aos grupos, • Adota um estilo: <i>hard core</i>, ostentação, competição, <i>Euro Style</i>.
Autorrealização tem relação com o corpo que é entendido como um sistema de ação, um modo de práxis, há uma conexão integral entre o desenvolvimento corporal e o estilo de vida, o corpo, na modernidade, se torna uma questão de escolha e de opção, sendo parte da reflexividade.	c. Práticas relacionadas à saúde e ao corpo	• Alimentação saudável, • Diminuição do uso de álcool, • Evita o uso de tabaco, • Manter o corpo magro e forte • Manter a forma em função de uma imposição social, • Pratica um exercício que trabalhe a saúde cardiovascular, • Pratica um exercício que trabalhe a saúde mental/bem-estar/autocuidado(autoterapia).

Fonte: LAZZARINI, 2021, p. 35 (adaptação).

RESULTADOS DA ANÁLISE

Os resultados apresentados neste artigo são parte de uma pesquisa maior realizada em 2021 para um trabalho de conclusão de curso de bacharelado em ciências sociais intitulado *Grupos de pedal de Porto Alegre: um olhar sob a perspectiva de Anthony Giddens (2021)*.

O uso da bicicleta está relacionado à saúde física, emocional, senso de coletividade, lazer e é utilizado como meio de transporte alternativo, constituindo o estilo de vida das pessoas estudadas. Os integrantes dos grupos de pedal demonstram responsabilidade ambiental, buscam por um espaço urbano menos hostil e demonstram preocupação com questões como reciclagem, inclusão e segurança.

Para análise os conceitos de estilo de vida e autorrealização foram subdivididos em: a. práticas relacionadas aos diferentes usos da bicicleta; b. práticas relacionadas aos diferentes usos da roupa e acessórios; e c. práticas relacionadas à saúde e ao corpo. Nas práticas relacionadas aos diferentes usos da bicicleta, praticamente todos

os entrevistados citam que a bicicleta pode ser utilizada com diversos objetivos, quais sejam: meio de transporte, prática de exercício físico e mental, meio de subsistência, lazer, etc. Porém nem todos esses usos são considerados como estilo de vida pelos integrantes dos grupos:

... eu vejo dentro deste meio bicicleta vários círculos, tem a galera que é mais ativista que não pega ônibus, não anda de ônibus por nada, e só usa bicicleta, então passa a ser um estilo de vida, tem gente que já é mais conforme convém [...] depende da intensidade que tu usa a bicicleta, tem gente que trabalha com a bicicleta, enfim... [Como estilo de vida] acredito que é mais o pessoal ativista (JSA, Pedal Zona Leste, 2020).

Já os representantes dos grupos Pedal Zona Sul, Pedal da *Freeway* e Pedal das Gurias veem o uso da bicicleta como um estilo de vida de modo geral, não apenas quando configura um uso em específico. A líder do Pedal da *Freeway* entende que questões como saúde física e emocional, senso de coletividade e autoestima, são parte de um estilo de vida ciclista. O representante do grupo Pedal Zona Sul também entende a bicicleta com um estilo de vida porque ele sempre procura integrar a bicicleta a suas diferentes atividades.

O ciclista dorme cedo, acorda cedo, vive o dia, não vai pra festa, é uma coisa bem natural, acaba sendo intrínseca, bem orgânica, do estilo de vida ciclista, tipo as pessoas param de ir em festas, param de consumir muito álcool, param de usar drogas naturalmente e é bem geral, bem horizontal pra todos os ciclistas que eu conheço (GC, Pedal da *Freeway*, 2020).

Por outro lado, o representante do grupo Pedal Zona Norte entende que é a bicicleta que se insere no estilo de vida de diferentes pessoas:

Um meio de transporte, o estilo eu vou adotar esse e ponto final, é legal. Tenho colegas de trabalho que adotaram a bicicleta como um esporte competição, então tem um estilo que é competir, que é o tentar ser o melhor, que é o tentar aprimorar fisicamente, há esse estilo também. E tem o estilo de vida que é o fitness, em vez de ir pra uma academia, tu pega a bicicleta e faz o teu passeio. E tem um outro estilo que é só curtir o passeio, tem gente que pega a bicicleta e quer só fazer um passeiozinho: “vou até ali o Iberê, vou curtir o pôr do sol, vou tomar uma cervejinha e vou pegar minha bicicleta de volta pra casa”, tipo só um lazer. Mas de certa forma eu acho que a bicicleta se encaixa em todos, acho que a visão de se desprender do carro para pequenos deslocamentos é ótima, acho que a competição de performance tem espaço pra quem gosta, ou seja, tem espaço pra todos esses gostos aí (JT, Pedal Zona Norte, 2020).

Para os representantes dos grupos Pedal *Ecoville* e Pedal da Inclusão, o uso da bicicleta não configura um estilo de vida: “acho que não, tem gente que diz que

sim, mas eu não vejo dessa forma nem um pouco, tem pessoas que vivem com a bicicleta diariamente, fazem dela seu transporte, fazem tudo, mas eu acho que não” (RTSS, Pedal da Inclusão, 2020).

Nas práticas associadas à saúde e ao corpo, os representantes dos grupos Pedal Zona Sul, Pedal Zona Norte e Pedal Zona Leste veem que o uso da bicicleta está relacionado à saúde e ao esporte conciliados à lazer. A saúde mental é um uso muito recorrente, ela aparece nas falas dos representantes dos grupos Pedal da Inclusão, Massa Crítica, Pedal Zona Leste, Pedal da *Freeway*, Pedal *Ecoville* e Pedal das Gurias:

É um instrumento de emagrecimento, de saúde, a bicicleta faz super bem pra saúde cardiovascular, mantém as pernas em dia, faz muito bem pro pulmão, [...], pra mim o principal da bicicleta é saúde mental, eu acho que a saúde física é uma consequência da saúde mental, é que é muita endorfina... teve várias vezes que eu não estava me sentindo bem e eu peguei a bicicleta e me tratei pedalando, é uma terapia, eu digo que é o melhor antidepressivo que existe (GC, Pedal da Freeway, 2020).

Conforme a teoria de Giddens, autorrealização está relacionada ao corpo, tanto no aspecto da aparência visual, quanto no aspecto do cuidado (saúde física), o autor define este cuidado com o corpo como regime corporal. Os regimes e os padrões de sensualidade são os principais meios pelo quais a reflexividade institucional da vida social moderna se centra no cultivo do corpo (GIDDENS, 2002, p. 963). Os representantes dos grupos de pedal apresentam o uso da bicicleta como um meio de cuidar dos seus corpos, emagrecer, manter o peso, desenvolver a musculatura dos membros inferiores, cuidar da saúde cardiovascular e pulmonar, esse cuidado aparece tanto como o principal motivo para pedalar, quanto como uma consequência de pedalar.

Giddens traz a importância do cuidado com o corpo a partir de um aspecto psicológico, o que ele chama de autoterapia, ou seja, é a auto-observação contínua, viver cada momento plenamente, tendo a autocompreensão necessária para construir uma trajetória de vida de acordo com os desejos de cada um (GIDDENS, 2002, p. 71). Nas falas dos representantes dos grupos, fica muito evidente o uso da bicicleta com essa conotação de cuidado com o aspecto psicológico, tanto no sentido social, de estar em um grupo compartilhando momentos em cima da bicicleta, quanto no aspecto individual, de refletir e descarregar sentimentos ou emoções negativas e produzir os

hormônios que geram prazer, a própria questão do emagrecimento, além de gerar a satisfação física, gera a satisfação psicológica também.

Já a representante do grupo Pedal das Gurias, visualiza essa questão do corpo voltado para a saúde física, mas também para a parte da aparência, ressaltando uma cobrança social imposta, principalmente, sobre as meninas:

Eu acho que na maioria das vezes ele vem primeiro com uma relação de atividade física versus uma punição que tu tens que passar porque tu tens que te cuidar, tu tens que emagrecer, [...] eu acho que a gente tem um pouco essa relação, eu acho que passa sim muito pela questão de fitness: “ah, vou pedalar para emagrecer”, o que não é um problema [...]. Eu tive uma relação do corpo, mas no ponto de vista de saúde mental, em 2016 eu tive um período muito difícil e quando eu estava muito mal eu saía pra pedalar e aí eu pedalava 30 minutos pela cidade e voltava mais calma (BP, Pedal das Gurias, 2020).

Também aparece o caminho inverso, o cuidado com o corpo como forma de estar preparado para pedalar, é o que os representantes dos grupos Pedal Zona Norte, Pedal da *Freeway* e Pedalegre trazem:

Acho que muitas pessoas buscam a bicicleta por um cuidado com o corpo e outras pessoas passam a ter, tanto causa quanto efeito, pegam a bicicleta pra se divertir, pra andar com os amigos e daí acabam querendo melhor performance, melhorar desempenho e aí se ligam mais pra isso, daí mudam a alimentação, passam para uma alimentação mais funcional pra ter mais desempenho, acontece sim de parar de fumar, a beber menos, a dormir melhor. Aí vem tudo... muda o estilo de vida (GC, Pedal da *Freeway*, 2020).

Para o autor a autorrealização se relaciona ao cuidado do corpo e é o que a líder do grupo Pedal da *Freeway* traz, a questão da autoterapia, na qual a autorrealização está em dispor de um momento para cuidar de si mesma: “é um momento só meu, de autocuidado, é uma terapia, uma meditação” (GC, Pedal da *Freeway*, 2020).

Enquanto que para o representante do Pedal Zona Norte a autorrealização está em não deixar para depois o que se gosta de fazer, o que também pode ser entendido como uma forma de cuidado com o corpo a partir do aspecto psicológico:

Para mim [a autorrealização] está em eu me permitir fazer o que eu gosto, muitas vezes a gente não se permite fazer o que gosta devido a outras restrições, a família, o trabalho, acaba que a bicicleta fica de lado e aí tu fica deixando de lado o que tu gosta e isso não pode acontecer (JT, Pedal Zona Norte, 2020).

A autorrealização para a líder do grupo Pedal Zona Leste também aparece num sentido de cuidado com o corpo: “tem, como conclusão de algo que nem eu sabia, mas eu nunca parei um ano em uma academia fazendo exercícios e com a bicicleta eu consegui parar três anos” (JSA, Pedal Zona Leste, 2020).

A autorrealização para o líder do Pedal Zona Sul, também se relaciona ao corpo, porém a partir da perspectiva de superação de limites, o que se aproxima da visão dos representantes do Pedalegre e do Pedal das Guriás, para os quais a autorrealização está no fato de vencer desafios.

Com certeza, superação de obstáculos, superação de limites, eu acho que sim, é que o exercício físico tem aquela coisa da endorfina e por ser aeróbico, tu tens aquela energia no final, tem aquela sensação de realização né. [...] eu fiz uma ciclovagem agora em janeiro de seis dias, fui de cidade em cidade, fiz um circuito completo, só eu, a bicicleta e a minha *playlist*, então isso tem uma realização pessoal, uma realização psicológica no final que não tem descrição, é um momento muito particular né (JSA, Pedal Zona Sul, 2020).

Vencer desafios, por exemplo, agora em março eu fui fazer a Serra do Rio do Rastro, eu subi e desci a Serra do Rio do Rastro, é uma autorrealização, eu cinco anos atrás jamais imaginaria fazer isso, [...] é eu me ver amanhã melhor do que ontem e é o ciclismo que me faz isso (EPD, Pedalegre, 2020).

Nas práticas relacionadas aos diferentes usos da roupa e acessórios e da própria bicicleta os representantes do grupo Pedal Zona Norte e do evento Massa Crítica trazem a questão do uso da bicicleta como “uma maneira de demonstrar um perfil de ciclista: “tem a bicicleta de carbono, aí chama o Pelotão das *Barbies* (risos), ah, aparece até no Massa Crítica, bicicleta feita de fibra de carbono, aquelas bem cara, pelo estilo da bicicleta tu já pode tirar uma febre” (RNB, Massa Crítica, 2020).

Existe a bicicleta como símbolo de se mostrar, da ostentação, isso aí é comum pelo pessoal que compete, pelos ciclistas profissionais, uma superimagem, do cara posar com a bicicleta, como pelo cara que quer ter um supercorpo, uma maneira também de se mostrar como “eu sou o cara, eu sou bonitão, com um físico bonitão”, [...] e fora isso tem o ciclista arrogante, tem que ganhar e quando não ganha é um revoltado (JT, Pedal Zona Norte, 2020).

Num aspecto geral os representantes dos grupos utilizam a roupa com o intuito de terem uma aparência mais profissional:

Especificamente o uso da roupa traz uma conotação profissional ao ciclista, além de existir um “código de etiqueta” para o uso da roupa de ciclismo. Eles tentam parecer o mais profissional possível, existe uma coisa que o pessoal chama de *Euro Style*, que se tu procurar tu vai encontrar todas as descrições

de como combinar as roupas de ciclismo, tem um código do que se combina com o quê e o que não se deve fazer (JSA, Pedal Zona Norte, 2020).

Os homens são mais resistentes ao uso da roupa específica por ser colada ao corpo, segundo os representantes dos grupos Pedalegre, Pedal Zona Sul e do evento Massa Crítica, mas com o tempo vão aderindo ao uso:

A pessoa, lá no começo, principalmente, existe um simbolismo, uma visão, uma percepção, principalmente em relação a bermuda né, bermuda colada x homem, o homem ele não usa de primeira, aí ele começa a observar que os outros usam e: “eu vou usar também”, mas tem toda a relação com a comodidade, mas existe uma percepção de que usar roupa colada... masculinidade óbvio (JVB, Pedal Zona Sul, 2020).

Já a representante do Pedal das Guriás não utiliza roupa específica: “ah eu não gosto de *lycra* de ciclista, acho meio o ó, mas é porque também eu sempre pedalei dentro da cidade pra ir pra trabalho, o que eu que posso dizer, é que eu sinto um pouco ficar embarcada” (BP, Pedal das Guriás, 2020).

O uso da bicicleta e, em consequência, o uso da roupa e acessórios, demonstra um certo simbolismo, como pode ser visto nas falas. A bicicleta não tem apenas uma conotação de saúde, esporte ou lazer, ela também apresenta outras conotações, como significado de ostentação tanto material, quanto corporal, assim como, de competitividade.

A roupa, em especial, apresenta uma conotação de profissionalismo, embora a maioria dos grupos não seja destinado à formação de profissionais, como pode ser observado nas descrições dos grupos, apenas o Pedal da *Freeway* tem essa intenção. Outra simbologia da roupa é a “tendência de moda”, que está sendo utilizada pelos ciclistas em termos não só de conforto, mas também de estética.

Essa questão da estética tem duas visões, a positiva, para os que aderem ao uso da roupa seja por questão de conforto, de identidade de grupo ou individual; e a negativa, que remete, para algumas mulheres, ao fato de andar “mal vestida” ou com uma vestimenta inadequada aos lugares que frequenta, enquanto que para os homens, o aspecto negativo do uso da roupa específica está em utilizar uma roupa colada ao corpo, principalmente a bermuda, o que acaba, segundo os relatos, dando uma visão de “menos homem” aos que olham de fora.

Em síntese, considerando as noções de estilo de vida e autorrealização de Giddens, as práticas relacionadas aos diferentes usos da bicicleta configuram estilo

de vida, já que são práticas que os indivíduos abraçam e que preenchem suas necessidades, assim como, dão forma material as suas narrativas de autoidentidade, ao mesmo tempo, estão sempre abertas a mudanças. Já as práticas relacionadas aos diferentes usos da roupa e acessórios e as práticas relacionadas à saúde e ao corpo configuram autorrealização, uma vez que uso da roupa é uma maneira de se colocar no mundo, enquanto que a questão da saúde e do corpo se configuram em uma questão de escolha e de opção, a partir da reflexividade do indivíduo.

Sobre as diferenças entre os grupos, não foram identificadas diferenças significativas no que diz respeito às questões abordadas neste artigo - estilo de vida e autorrealização. As poucas diferenças identificadas foram consideradas como pontuais e que podem ser vistas como questões individuais dos entrevistados. No entanto, num aspecto mais amplo foi identificada a questão do feminismo do grupo Pedal das Gúrias, sendo o que mais se diferencia em função de se propor a ser um grupo só de mulheres, com um caráter ativista e por ser organizado de forma horizontal. O evento Massa Crítica também se destaca por ter um caráter ativista e ser organizado de forma horizontal. O Pedal da Inclusão se diferencia por ter o objetivo de proporcionar a sensação de pedalar a pessoas com deficiências físicas e cognitivas. É possível visualizar os resultados de forma sistematizada no

Quadro 3 - Sistematização dos Resultados.

Quadro 3 - Sistematização dos Resultados

ESTILO DE VIDA E AUTORREALIZAÇÃO: prática direta, descrição das atitudes do dia-a-dia.	
OPERACIONALIZAÇÃO	CONCLUSÃO
Práticas relacionadas aos diferentes usos da bicicleta.	• Os representantes do evento Massa Crítica e dos grupos Pedalegre e Pedal Zona Leste consideram como estilo de vida apenas usos específicos: quando a pessoa inclui a bicicleta em todos os momentos da vida; quando a bicicleta é utilizada para fazer exercícios e relações sociais ou quando as pessoas são cicloativistas. • Os representantes dos grupos Pedal Zona Sul, Pedal da Freeway e Pedal das Gúrias consideram que o fato de ser ciclista por si só é um estilo de vida, independente do uso destinado à bicicleta. • O representante do grupo Pedal Zona Norte entende que é a bicicleta que se insere no estilo de vida das pessoas. • Os representantes dos grupos Pedal da Inclusão e Pedal Ecoville não consideram o uso da bicicleta como um estilo de vida.

Práticas relacionadas a diferentes usos da roupa e acessórios.	• Pedal Zona Norte e evento Massa Crítica trazem a questão do uso da bicicleta como meio de demonstrar um perfil como ostentação física e financeira. • Para praticamente todos os grupos o uso da roupa específica denota um aspecto mais profissional ao ciclista, com exceção dos representantes dos grupos Pedal <i>Ecoville</i> e Pedal das Gurias. • Os representantes do Pedal Zona Sul, Pedalegre e do evento Massa Crítica trazem a questão do homem ser mais resistente ao uso da roupa em função da masculinidade. Apenas a representante do grupo Pedal das Gurias menciona não utilizar roupa específica e não ser comum o uso no grupo.
Práticas associadas à saúde e ao corpo.	• O uso da bicicleta relacionado à saúde conciliado ao lazer é o motivo pelo qual os representantes dos grupos Pedal zona Sul, Pedal Zona Leste e Pedal Zona Norte utilizam a bicicleta. • A autoterapia se configura no uso relacionado à saúde mental aparece nas falas de praticamente todos os grupos: Pedal da Inclusão, Massa Crítica, Pedal Zona Leste, Pedal da <i>Freeway</i>, Pedal <i>Ecoville</i> e Pedal das Gurias. • A preocupação com o cuidado do corpo num aspecto de saúde física: emagrecer, manter o peso, desenvolver a musculatura dos membros inferiores, cuidar da saúde cardiovascular e pulmonar, aparece tanto como o principal motivo para pedalar, quanto como uma consequência de pedalar em praticamente todos os grupos. Esta questão se configura tanto como estilo de vida, quanto como autorrealização no sentido de Giddens. • Apenas a representante do grupo Pedal das Gurias traz a questão do uso da bicicleta relacionado ao cuidado com o corpo num aspecto mais amplo, a partir da perspectiva de uma cobrança social por beleza/peso sobre as mulheres. • autorrealização para alguns dos representantes está em dispor de um momento para cuidar de si mesmos, seja na parte física ou psicológica: Pedal da Zona Norte e Pedal da Inclusão, Pedal Zona Leste. A autorrealização aparece no sentido de superar limites físicos, vencer desafios: Pedal Zona Sul, Pedalegre e Pedal das gurias.

Fonte: LAZZARINI, 2021, p. 54.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender como a bicicleta se relaciona aos estilos de vida e a autorrealização dos integrantes dos grupos de pedal de Porto Alegre. Procurei focar no universo dos significados, motivos, aspirações, valores e atitudes destes integrantes utilizando os pressupostos teóricos de Anthony Giddens.

Como resultados foram identificados claramente os conceitos de estilo de vida e autorrealização no uso da bicicleta. Segundo o autor, toda a prática rotinizada e aberta à reflexividade configura um estilo de vida, nesse sentido, os diferentes usos

da bicicleta: trabalho, lazer, saúde, fitness, etc. são usos que demonstram estilos de vida. A autorrealização encontra-se relacionada ao cuidado com o corpo e os entrevistados demonstram darem importância para esta questão, tanto como sendo o principal objetivo do uso da bicicleta, quanto como sendo uma consequência do uso e, muitas vezes, essa questão se torna importante para proporcionar um melhor desempenho do ciclista. A autorrealização também aparece num sentido psicológico, tanto para dispor de um momento para cuidar de si, quanto como uma forma de autoterapia.

É importante considerar que Giddens escreve sobre uma sociedade norte-ocidental e que existem críticas em relação à concepção da reflexividade na alta modernidade. No entanto, a presente pesquisa demonstrou que o universo dos grupos de pedal na atualidade se adequa à teoria da reflexividade na modernidade.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Carolina C. C. **“É uma sensação de vácuo...”**: Contribuições da Sociologia da Mobilidade sobre o uso da bicicleta na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2018.

BALDIN, Nelma e MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. Curitiba: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetivas e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 30/06/2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. Lisboa: Universitaire de France, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Carlos E. TAPIERI, Guilherme L. C. AMARAL, Marcelo C. Perfil e desafios das ciclistas e dos ciclistas de Belo Horizonte. In: ANDRADE, RODRIGUES, MARINO, LOBO (orgs.) **Mobilidade por bicicleta no Brasil**. 1ª edição, Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Decastro/publication/314398956_Mobilidade_ciclovitaria_a_convergencia_entre_o_urbano_e_o_turistico/links/58c19537aca272e36dcc84b0/Mobilidade-ciclovitaria-a-convergencia-entre-o-urbano-e-o-turistico.pdf Acesso em: 01/03/2021.

BORSATO, Ângelo F. B. **Motivações para uso de bicicleta como meio de locomoção em Porto Alegre**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2016.

DALPIAN, Paulo R. C. **Um carro a menos:** a contra-hegemonia e a resistência ao consumo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construções das identidades sociais e profissionais.** São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FINOTTI, Marcelo Abib. **Estilos de Vida:** Uma Contribuição ao Estudo da Segmentação de Mercado. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2004.

FLICK, Uwe. **Desenho de Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2006.

LAZZARINI, Alexandra Rodrigues. **Grupos de pedal de porto alegre:** um olhar a partir da perspectiva de Anthony Giddens. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2021.

MASSA CRÍTICA. **Página de facebook.** Porto Alegre, RS, 26 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/massacriticapoars/about>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDAL DA INCLUSÃO. **Página de Facebook.** Porto Alegre, RS, 12 de julho de 2016. Disponível em: https://www.Facebook.com/pg/pedaldainclusao/about/?ref=page_internal. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDAL ZONA SUL. **Página de Facebook.** Porto Alegre, RS, 8 de junho de 2015. Disponível em: https://www.Facebook.com/pedalzspoa/about/?ref=page_internal. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDAL DAS GURIAS. **Página de Facebook.** Porto Alegre, RS, 11 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/pedaldasguriaspoa/about/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDAL ZONA LESTE – VENDAS E TROCAS. **Página de Facebook.** Porto Alegre, RS, 27 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/pedalzonalestepoa/about/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDAL ZONA NORTE - PZN. **Página de Facebook.** Porto Alegre, RS, 23 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/348711418589217/about/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDALEGRE – CLUBE DE CICLISMO. **Página de Facebook**. Porto Alegre, RS, 31 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/pedalegre/about/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEV – PEDAL ECOVILLE. **Página de Facebook**. Porto Alegre, RS, 20 de março de 2015. Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/810548412315323/about>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VILA VELÔ BICICLETARIA. **Página de Facebook**. Porto Alegre, RS, 30 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.Facebook.com/vilavelobicicletaria/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, Daniele S. P. “**Mais amor, menos motor**”: análise sobre a atuação da rede cicloativista na construção da agenda da política de mobilidade urbana de Porto Alegre/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, 2017.

OLIVEIRA, Daniele S. P.; SILVA, Marcelo K. “Um carro a menos”: análise sobre a atuação do movimento cicloativista na disputa sobre a política de mobilidade urbana de Porto Alegre. **Revista Ideias**, Campinas: v.9, n.1, p. 17-42, jan/jun. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326531993_Um_carro_a_menos_analise_sobre_a_atuacao_do_movimento_cicloativista_na_disputa_sobre_a_politica_de_mobilidade_urbana_de_Porto_Alegre. Acesso em: 20/08/2021.

TRIGUEIRO, André. Prefácio. In: ANDRADE, RODRIGUES, MARINO, LOBO (orgs.) **Mobilidade por bicicleta no Brasil**. 1ª edição, Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Decastro/publication/314398956_Mobilidade_ciclovitaria_a_convergencia_entre_o_urbano_e_o_turistico/links/58c19537aca272e36dcc84b0/Mobilidade-ciclovitaria-a-convergencia-entre-o-urbano-e-o-turistico.pdf Acesso em: 01/03/2021.

*Artigo recebido em 8 de junho 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

**“DA CASA-GRANDE PARA A SENZALA”: O SURGIMENTO DO CORONAVÍRUS
E O AGRAVAMENTO DAS VULNERABILIDADES DAS EMPREGADAS
DOMÉSTICAS NO BRASIL**

**“FROM THE BIG HOUSE TO THE SLAVE QUARTERS”: THE EMERGENCE OF
THE CORONAVIRUS AND THE WORSENING VULNERABILITIES OF DOMESTIC
WORKERS IN BRAZIL**

**“DE CASA-GRANDE A SENZALA”: LA APARICIÓN DEL CORONA VIRUS Y EL
CRECIMIENTO DE LAS VULNERABILIDADES DE LAS EMPLEADAS
DOMÉSTICAS EN BRASIL**

Deinair Ferreira de Oliveira¹⁴

Ana Paula Neves Lopes¹⁵

Resumo

A pandemia de Covid-19 assolou o mundo deixando um rastro de destruição em todos os lugares. Além das consequências diretas da infecção, repercutiu nas condições de vida de grande parte da população, sobretudo entre os grupos mais vulneráveis, como a população negra, que ocupa os postos de trabalho mais precários, dentre eles, a categoria de empregadas domésticas. O Brasil conta com uma população de mais de cinco milhões de trabalhadores/as domésticos/as, sendo que a maioria desse grupo é composto por mulheres negras, pobres e periféricas. Objetivamos neste artigo debater como a pandemia de Covid-19 agravou o cenário de vulnerabilidades de mulheres negras empregadas domésticas, tomando como exemplo os casos da primeira vítima do coronavírus no Rio de Janeiro e da morte do menino Miguel, filho de uma empregada doméstica. Mediante uma revisão bibliográfica, buscamos discutir as questões de classe, raça e gênero que permeiam a profissão de empregadas

¹⁴ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), deinair@hotmail.com.

¹⁵ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apnevesl@yahoo.com.br.

domésticas, contextualizando com as heranças do Brasil escravocrata e colonial. Predominantemente exercido por mulheres, o trabalho doméstico representa um cenário de muita vulnerabilidade, que se agrava ainda mais em tempos de crise como na pandemia do coronavírus. Embora nos últimos anos essa categoria tenha conseguido algumas conquistas legais, ainda é um dos trabalhos mais mal remunerados, com quase nenhum prestígio e muita precarização.

Palavras-Chave: Empregadas domésticas; Mulheres negras; Coronavírus; Vulnerabilidades; Racismo.

Abstract

The Covid-19 pandemic has ravaged the world leaving a trail of destruction everywhere. In addition to the direct consequences of the infection, it had repercussions on the living conditions of a large part of the population, especially among the most vulnerable groups, such as the black population, who occupy the most precarious jobs, among them, the category of domestic workers. Brazil has a population of more than five million domestic workers, with the majority of this group made up of black, poor and peripheral women. The aim of this article is to discuss how the Covid-19 pandemic worsened the vulnerability scenario of black women domestic workers, taking as an example the cases of the first victim of the coronavirus in Rio de Janeiro and the death of the boy Miguel, son of a domestic worker. Through a bibliographic review, we seek to discuss the issues of class, race and gender that permeate the profession of domestic servants, contextualizing with the inheritance of slavery and colonial Brazil. Predominantly performed by women, domestic work represents a scenario of great vulnerability, which is even worse in times of crisis such as the coronavirus pandemic. Although in recent years this category has achieved some legal achievements, it is still one of the lowest paid jobs, with almost no prestige and a lot of precariousness.

Keywords: Housemaids; Black women; Coronavirus; Vulnerabilities; Racism.

Resumen

La pandemia de Covid-19 ha asolado el mundo dejando un rastro de destrucción por todas partes. Además de las consecuencias directas de la infección, tuvo repercusiones en las condiciones de vida de gran parte de la población, especialmente entre los grupos más vulnerables, como la población negra, que ocupa los trabajos más precarios, entre ellos, la categoría de trabajadores domésticos. Brasil tiene una población de más de cinco millones de trabajadoras domésticas, con la mayoría de este grupo compuesto por mujeres negras, pobres y periféricas. El objetivo de este artículo es discutir cómo la pandemia de Covid-19 agravó el escenario de vulnerabilidad de las trabajadoras domésticas negras, tomando como ejemplo los casos de la primera víctima del coronavirus en Río de Janeiro y la muerte del niño Miguel, hijo de una trabajadora del hogar. A través de una revisión bibliográfica, buscamos discutir las cuestiones de clase, raza y género que impregnan la profesión de empleada doméstica, contextualizándola con la herencia de la esclavitud y el Brasil colonial. Realizado predominantemente por mujeres, el trabajo doméstico representa

un escenario de gran vulnerabilidad, que se agrava aún más en tiempos de crisis como la pandemia del coronavirus. Aunque en los últimos años esta categoría ha logrado algunos logros legales, sigue siendo uno de los trabajos peor pagados, casi sin prestigio y con mucha precariedad.

Palabras Clave: Empleadas domésticas; Mujeres negras; Coronavirus; Vulnerabilidades; Racismo.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 assolou o mundo em meados de dezembro de 2019 e somente no Brasil já contaminou mais de trinta e quatro milhões de pessoas, levando a óbito mais de 680 mil brasileiros¹⁶. Não obstante esse cenário de calamidade provocado pela consequência direta do problema, a saber, a doença e o imenso número de vidas perdidas, a pandemia deixa também um rastro de destruição em vários setores, sendo mais expressiva entre os grupos vulneráveis, sobretudo a população negra que compõe a maioria dos/as empregados/as domésticos/as do país: mulheres negras, pobres e moradoras das periferias.

Embora o trabalho doméstico no Brasil possa ser exercido por todas as pessoas, devido a acentuada desigualdade de gênero no país, a maior parte dos postos de trabalho dessa categoria são ocupados por mulheres. Dentre estas, as mulheres negras respondem por 63% do total. Já os homens ocupam menos que 1% dos postos profissionais ocupados (PINHEIRO *et al*, 2019). Por essa razão, neste artigo, utilizamos a terminologia “empregadas domésticas”, uma vez que o aspecto de gênero pode repercutir em mais precarização além dos quesitos de raça/cor e classe social.

O Brasil é um país de extremas desigualdades e, mesmo nas cidades mais desenvolvidas, parte da população sofre com o abastecimento irregular de água, condições precárias de moradia e ausência de saneamento básico, o que agrava ainda mais as chances de infecção por coronavírus.

Nesse contexto, mulheres negras trabalhadoras domésticas geralmente estão submetidas a situações precárias de habitação e, quando expostas ao vírus em seus ambientes de trabalho ou durante o deslocamento até estes, podem se contaminar e

¹⁶ Dados relativos a agosto de 2022 extraídos do “Painel Nacional: COVID 19” do Centro de Informações Estratégicas para a Gestão Estadual do SUS (CIEGES), mantido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

transmitir para as suas famílias, além de não terem com quem deixar seus filhos enquanto trabalham, uma vez que escolas e creches foram fechadas em momentos específicos da pandemia. Por outro lado, quando demitidas dos seus trabalhos ou dispensadas sem remuneração, estas perdem a renda que representa o sustento das suas famílias, o que repercute em mais precarização e desigualdade.

Embora nos últimos anos tenha havido algumas conquistas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 66/2012), conhecida como PEC das empregadas domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dessas trabalhadoras aos demais profissionais, ainda é um dos trabalhos mais mal remunerados, com quase nenhum prestígio e muita precarização.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em fevereiro de 2021, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-CONTÍNUA), os trabalhadores domésticos no Brasil em 2020 compreendiam 5,1 milhões de pessoas. Foi o ano em que essa população apresentou a maior retração, com uma queda de 19,2%, quando comparada a 2019, em que havia 6,2 milhões de pessoas nessa profissão no país. Dentre os trabalhadores domésticos maiores de 14 anos, a referida pesquisa demonstrou que em 2020, no Brasil, 1.411 milhão de pessoas (27,9%) trabalhavam com carteira de trabalho assinada e 3.639 milhões de pessoas (72,1%) trabalhavam sem o registro na carteira de trabalho. Ou seja, mesmo após a regulamentação da profissão, a grande maioria das trabalhadoras domésticas ainda continua na informalidade.

Nessa perspectiva, objetivamos neste artigo debater como a pandemia de Covid-19 agravou o cenário de vulnerabilidades de mulheres negras empregadas domésticas, pobres e moradoras das periferias, tomando como exemplo os casos da primeira vítima do coronavírus no Rio de Janeiro e da morte do menino Miguel, filho de uma empregada doméstica.

CONTEXTUALIZANDO AS HERANÇAS DO BRASIL ESCRAVOCRATA E COLONIAL

Entre os séculos XVI e XIX as colônias europeias na América Latina e no Caribe receberam aproximadamente 10 milhões de africanos na condição de escravos (COSTA, 2012). Até 1850, período em que a comercialização de escravos foi banida,

os africanos trazidos para o Brasil como mão-de-obra escrava para trabalharem na indústria açucareira e, posteriormente, na mineração e pecuária, e por último, nas plantações de café, representavam um total de 3,6 milhões de pessoas. Somente em 1888, depois de mais de trezentos anos de escravidão, o Brasil libertou a sua população escravizada, sendo, portanto, o último país do hemisfério ocidental a adotar a medida (TELLES, 2003).

O regime escravocrata deixou “profundos vestígios de relações escravistas na estrutura da nossa sociedade atual” (MOURA, 1983, p. 131). Não obstante as diferenças nos padrões e modelos implementadas em cada um dos países da América Latina, a escravidão legou uma divisão racial nas sociedades, “demarcando dois grupos com diferentes estatutos políticos, jurídicos e sociais”, negros escravizados, e homens livres brancos (COSTA, 2012, p. 134). A cada um desses grupos também cabia um espaço específico: a casa-grande ou a senzala.

Os termos “casa-grande” e “senzala” fazem referência à obra de Gilberto Freyre “Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”, publicada em 1933, que trata sobre a formação social do Brasil. Entretanto, a obra de Freyre, embora tenha repercussão nacional e até internacional por retratar a escravidão no Brasil, tem recebido muitas críticas, sobretudo por suavizar ou romantizar o sistema escravocrata exercido no país.

Dentre alguns críticos, podemos citar Clóvis Moura (2021) que no livro “O negro: de bom escravo a mau cidadão” questiona o mito do bom senhor e da democracia racial. Para ele, a obra de Gilberto Freyre exalta a escravidão e os seus valores, por passar a imagem do senhor-de-engenho como homem bom, realizar uma glorificação do escravo como ser passivo, dócil e masoquista, além de retratar a mulher negra como objeto sexual e para o trabalho.

Embora estejamos de acordo com as críticas recebidas pelo autor e sua obra e seja contundente salientá-las, o aprofundamento nessa questão extrapola o objetivo deste trabalho. Por isso, é importante esclarecer que os termos casa-grande e senzala são utilizados aqui com o intuito específico de realizar uma analogia com as relações sociais construídas no período da escravidão no Brasil e que perduram ainda em nossos dias, reproduzindo desigualdades sociais pautadas no racismo.

Para Gilberto Freyre (2003, p. 81), o grande fator colonizador no país foi a família, funcionando como uma instituição total com influência até maior que a Coroa

e a igreja, se transformando na “aristocracia colonial mais poderosa da América”. O tipo de família aqui referido é o da família patriarcal, que tinha seu poder centrado no patriarca, o senhor de engenho, aquele que exercia o poder soberano, sem limites, que em todos mandava e era por todos obedecido.

É no seio da casa-grande que a família patriarcal se desenvolve e, conseqüentemente, se dá a formação da família brasileira (FREYRE, 2003). Os valores apreendidos no âmbito da casa-grande como o patriarcado, transcenderam o tempo e o espaço, estendendo-se para a esfera pública e interferindo na formação do caráter brasileiro e nas relações de poder estabelecidas entre empregadores e empregados, brancos e negros, homens e mulheres, por exemplo.

A casa-grande, do senhor de engenho e sua família, funcionava às custas dos trabalhos de uma parcela dos escravos da propriedade. Entre estes estavam as mulheres negras que atuavam nas mais diversas funções: cozinheiras, arrumadeiras, amas-de-leite. As mais jovens geralmente eram nomeadas de mucamas e auxiliavam nos serviços domésticos e como acompanhante das pessoas da família, especialmente as sinhás.

O acesso de negros e negras à casa-grande era vetado, exceto para a realização de trabalho escravo. Fora do cumprimento dessas atividades, essa população deveria restringir-se à senzala, vivendo em condições insalubres, sem direito às condições mínimas de sobrevivência, uma vez que tinham sua humanidade negada, cabendo a estes apenas o dever do trabalho forçado, o respeito, a obediência e a servidão aos brancos.

As mulheres negras em situação de escravidão precisavam priorizar os cuidados ao senhor de engenho e da família dele, em detrimento dos cuidados de suas próprias famílias e de si mesmas. Zelavam da casa que não era a delas, amamentavam e cuidavam de filhos que não eram seus. Poderia ser considerado um privilégio quando os membros de uma mesma família conseguiam permanecer na mesma propriedade.

Focando aqui a situação das mulheres negras escravizadas, estas possuíam especificidades, quando comparadas aos demais escravos, por conta da sua condição de mulher. Assim, além de uma rotina de trabalho extenuante e as violências físicas e psicológicas extremas enfrentadas, elas eram submetidas também à exploração sexual perpetrada por seus senhores e os filhos destes.

A partir dessa breve explanação do período escravocrata colonial é possível perceber uma série de antagonismos: casa-grande e senzala, senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres, dominadores e dominados, que constituíram o alicerce da sociedade brasileira com características que permeiam até os dias atuais, embora com novas configurações, como é o caso das relações entre empregadores/as e as trabalhadoras domésticas.

O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO PÓS-ABOLIÇÃO E A PERPETUAÇÃO DO RACISMO

No período pós-abolição, o trabalho escravo e a servidão que sustentaram a economia brasileira por vários séculos, enfim, deu lugar a formação de um mercado livre. Porém, antes que a população negra recém-liberta fosse inserida no mercado de trabalho ou ressarcida de alguma maneira pelos séculos de trabalho escravo, iniciou-se um esforço de embranquecimento da população através do incentivo à vinda de imigrantes europeus brancos para trabalharem no país.

Uma vez que o modelo de sociedade escravocrata colonial foi substituído pelo capitalismo dependente subordinado ao imperialismo, o negro, ex-escravo, passa a ser visto como elemento negativo da realidade, sendo dispensado por não se adequar ao modelo de operário exigido pelas classes dominantes. Enquanto isso, se busca fora do país o trabalhador considerado ideal, o homem europeu e branco, o qual é igualmente considerado o tipo ideal de brasileiro (MOURA, 1983).

Desse modo, as oportunidades de trabalho geradas nesse período têm como alvo o imigrante branco que chegava ao solo brasileiro, ficando o homem negro preterido na ordem competitiva do mercado, frente ao concorrente estrangeiro, e à mulher negra restou, sobretudo, o trabalho doméstico (COSTA, 2012).

Para Lélia Gonzalez (1979, p. 9), o racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação após a abolição da escravatura que reforçou e reafirmou sua eficácia estrutural, sobretudo estabelecendo uma divisão racial do trabalho que passou a ser compartilhado por “todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas”, que beneficiou e continua beneficiando determinados interesses:

Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele [racismo] é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. [...] a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo [...] ela se configura como exército industrial de reserva (GONZALEZ, 1979, p. 9).

Nessa perspectiva, grande parte das mulheres que realizavam o trabalho doméstico em condição de escravidão continuaram a fazê-lo após a abolição, enquanto pessoa livre. Entretanto, devido as condições miseráveis em que a população liberta foi deixada, sem acesso à terra, moradia, educação, trabalho digno ou qualquer tipo de proteção social efetiva, a maioria das relações de trabalho constituídas nesse contexto era em condições similares à escravidão. Muitas mulheres recebiam pelo seu trabalho apenas moradia e alimentação, sendo exigido ainda obediência servil e fidelidade aos patrões (SANTOS, 2013).

Assim, para a mulher negra, diante da falta de possibilidade de novas alternativas de trabalho, restou-lhe sua atuação como empregada doméstica e sua dependência e sujeição às famílias de classe média brancas. Esse vínculo, embora agora empregatício, manteve e reforçou a sua condição de “inferioridade” e subordinação (GONZALEZ, 1979).

Caracterizado como próprio das mulheres, o trabalho doméstico é responsável pela produção biológica dos seres humanos, cuidado, manutenção e socialização dos seus membros e, portanto, fundamental para a reposição das forças produtivas. Por ser executado no âmbito do lar, possui natureza diferenciada das regras do mercado, sendo constituído por dois níveis: o trabalho propriamente dito, e a formação de nova geração por meio da gestação (BRUSCHINI, 1990).

No âmbito profissional, o trabalho doméstico pode ser definido como o trabalho exercido por uma pessoa em um domicílio fora de sua unidade familiar e com recebimento de uma remuneração. Inclui diferentes tipos de serviços como: limpeza, arrumação, cozinha e cuidado de vestuário, cuidado de crianças, idosos, pessoas com deficiência e animais, dentre outros (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).

Tendo em vista as questões supracitadas e fazendo um paralelo com a situação das empregadas domésticas hoje, podemos observar que os padrões de classe, raça e gênero se repetem. Todos os dias, muitas mulheres pobres e negras saem de suas casas nas periferias e atravessam a cidade para chegar às casas de

seus/as empregadores/as, deixando seus filhos e famílias para cuidar dos filhos e da casa de outras pessoas, a fim de ganharem o seu sustento.

É óbvio que não existe nenhum problema em uma mulher exercer o trabalho doméstico, mas devido a sua existência estar pautada pela desigualdade social, uma vez que a remuneração do trabalhador não é paga por um lucro gerado por um empreendimento, mas pela renda pessoal do/a empregador/a, essa condição gera muita vulnerabilidade para as trabalhadoras (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020), que muitas vezes se submetem a empregos precários, com renda insuficiente e jornadas exaustivas. A maioria dessas mulheres não tem acesso a creches ou a locais/formas seguras onde/de deixar seus filhos, precisando submetê-los a situações de risco.

Além disso, devido o trabalho doméstico ocorrer em um ambiente familiar, com acesso restrito, muitas vezes as empregadas domésticas costumam enfrentar situações hostis, humilhações, abusos, assédios, baixa remuneração, informalidade e até cárcere privado. Também não é incomum as empregadoras usarem a estratégia de um falso vínculo familiar, através da ideia de que a trabalhadora “é quase da família”, para promover exploração, negação de direitos e racismo.

Para Lélia Gonzalez (1979, p. 15):

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

O racismo é um fenômeno social, complexo e estrutural. Sua ocorrência se dá, muitas vezes, de forma velada, sobretudo devido à disseminação da ideologia da democracia racial no Brasil, que busca sustentar que todas as pessoas possuem iguais acessos e oportunidades no país (ALMEIDA, 2019, p. 32), e o trabalho doméstico, por ainda manter resquícios da “casa-grande” pode se constituir em um local propício para a sua ocorrência.

Diante disso, podemos dizer que o mito da democracia racial consiste em “um elemento desarticulador da consciência do negro brasileiro. [...] o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o negro brasileiro” (MOURA, 1983, p. 127).

Para Almeida (2019, p. 32), o racismo é um processo histórico e político, o qual representa “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios” para determinados indivíduos ou grupos raciais.

Embora não institucionalizado, o racismo no Brasil se reproduz pela contradição entre a garantia formal dos direitos e, por outro lado, no não cumprimento desses direitos “em geral ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana” (GUIMARÃES, 1999, p. 56), e, portanto,

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas.

Predominantemente exercido por mulheres pobres e negras, o trabalho doméstico, como afirma Sanches (2009, p. 882), está “entre as ocupações mais precárias, com níveis de remuneração muito baixos, com más condições de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras. Embora algumas importantes mudanças tenham ocorrido nos últimos anos, como “redução do trabalho doméstico infantil, diminuição do número de trabalhadoras domésticas que dormem no domicílio, envelhecimento da categoria profissional, menor entrada de jovens até 29 anos nesta ocupação” (COSTA, 2015, p. 147), dentre outras, este ainda perpassa as dimensões de classe, raça e gênero numa combinação de perpetuação de desigualdades (COSTA, 2015).

Assim, as desigualdades entre negros e brancos na América Latina, resultantes das desvantagens acumuladas durante o período da escravidão, perduram até os dias de hoje (COSTA, 2012) e podem ser manifestadas através da determinação de lugares/espacos/profissões diferenciados para negros/as e brancos/as. Por exemplo, até hoje, mesmo com o sistema de cotas raciais para acesso às universidades, ainda é incomum ver negros e negras médicos/as, engenheiros/as, juizes/as, dentre outras profissões prestigiadas socialmente e melhor remuneradas, ou ocupando cargos de chefia. Por outro lado, os/as negros/as são maioria em profissões consideradas subalternas e mal remuneradas, ou mesmo na informalidade e desempregados/as.

O autor explicita ainda que:

Esse cenário de vulnerabilidade da população negra se agrava ainda mais em tempos de crise e o Estado precisa de um olhar aguçado para combater o racismo que se manifesta na desigualdade e na pobreza decorrentes da crise do coronavírus, sobretudo entre o grupo de mulheres negras empregadas domésticas, pobres e moradoras das periferias, alvo potencial das desigualdades de classe, raça e gênero.

Nesta seção iremos descrever a ocorrência de duas mortes e analisar de que forma elas se entrecruzam. Uma delas trata-se da primeira vítima fatal de coronavírus no Rio de Janeiro¹⁷, uma empregada doméstica que contraiu a doença de sua patroa que veio da Itália, e, posteriormente, o caso do menino Miguel¹⁸, que morreu depois de ser deixado dentro de um elevador pela empregadora de sua mãe, enquanto esta trabalhava como empregada doméstica.

A primeira morte por coronavírus no Rio de Janeiro foi confirmada no dia 19 de março de 2020. A vítima foi Cleonice Gonçalves, uma mulher de 63 anos, empregada

¹⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>>; <<https://camtra.org.br/relembra-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

¹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

doméstica, que tinha doenças crônicas como diabetes e hipertensão. Era moradora de Miguel Pereira, no sul fluminense, e semanalmente, havia mais de 10 anos, se deslocava 120 km da sua casa até o Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro, pegando três conduções para chegar ao trabalho. Por conta da distância, ela passava a maior parte da semana na casa dos patrões, chegava ao trabalho no domingo e retornava para casa na quinta-feira.

Ela, assim como muitas outras trabalhadoras domésticas no período, não teve sua rotina de trabalho alterada com o surgimento da pandemia de Covid-19 e das medidas de isolamento propagadas para conter a circulação do vírus. Por já fazer parte do grupo de risco da doença devido a sua idade e problemas de saúde, ficou ainda mais vulnerável ao continuar se deslocando para o trabalho e atuando como empregada doméstica. Com isso, ela contraiu o coronavírus ao ter contato com a patroa, que havia chegado de viagem da Itália (o país registrava, na época, o maior número de mortes por Covid-19 no mundo) e estava infectada com o vírus. Cleonice procurou uma Unidade de Saúde um dia após o surgimento dos primeiros sintomas, mas seu quadro de saúde se agravou rapidamente e ela veio a óbito dois dias depois.

No dia 02 de junho de 2020, Mirtes trabalhava como empregada doméstica em um prédio de luxo no Recife, Pernambuco. Sem ter com quem deixar o filho, Miguel, de 5 anos, por conta do fechamento das creches e pré-escolas no período da pandemia, ela precisou levá-lo para a casa dos patrões. Em certo momento, durante o trabalho, ela foi incumbida de levar a cadela da família para passear, e deixou o filho aos cuidados de sua empregadora. Uma vez que a criança ficou impaciente com a ausência da mãe e saiu do apartamento para procurá-la, depois de algumas tentativas de trazer a criança de volta, a empregadora deixou Miguel sozinho dentro do elevador, que se deslocou, e ao parar em um andar superior a criança desceu e acabou caindo do nono andar, o que ocasionou a sua morte.

Nas situações apresentadas é facilmente observável os contrastes sociais da existência de duas realidades distintas e antagônicas, embora em permanente contato social. Por um lado, temos a vida na “casa-grande”, representada nos dias atuais pelas mansões de pessoas brancas e ricas em áreas nobres das cidades e que exercem o papel de empregadores/as. Por outro lado, temos a vida na “senzala”, situada nas áreas periféricas das cidades, que agregam as pessoas pobres e negras, em sua maioria, e que se deslocam à “casa-grande” para trabalhar como empregadas

domésticas. Conforme ressaltado por Lélia Gonzalez (1979, p. 9): “um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos”.

Em ambos os casos, duas mulheres empregadas domésticas exercem atividades profissionais enquanto vivenciam a pandemia, e nesse contexto, uma perde a sua vida e a outra perde a vida do seu filho. Assim como na senzala, as vidas de Cleonice e do pequeno Miguel, enquanto corpos negros, estavam expostos a grande vulnerabilidade. Embora na “casa-grande” as empregadoras usufríssem de todos os cuidados tomados por suas empregadas domésticas, as primeiras se eximiam de qualquer responsabilidade para com as segundas.

No caso da Cleonice, foi a empregadora que a expôs ao vírus, mas, ao ser contaminada, a empregada não recebeu o acompanhamento e os cuidados necessários. No caso do Miguel, a mãe precisou se ausentar para exercer o seu trabalho, ficando o menino sob a responsabilidade da empregadora, que negligenciou o cuidado.

A “casa-grande”, portanto, em ambos os casos, não propiciou às trabalhadoras a segurança que os empregadores/as usufruíam, uma vez que a presença delas naquele recinto era específica: estavam no local para servir e não para serem cuidadas, mesmo que em uma situação excepcional como a da pandemia de Covid-19. Assim, não obstante o Miguel ser uma criança que precisava de supervisão e a Cleonice se encaixar no grupo de risco para Covid-19, as suas vidas, como afirma Butler (2017), não eram passíveis de luto, pois nunca foram consideradas vidas de verdade.

Cenários como esses são provocados pelo racismo, que desumaniza os corpos negros e afeta o ato de reconhecimento, criando uma representação destes como inferiores e indignos de proteção, tanto pelo Estado como pela sociedade (ALMEIDA, 2021). Nessa perspectiva, para a autora:

a vulnerabilidade de Miguel foi enquadrada como menos relevante do que a de Mel, a cadela da casa. Mel não poderia sair sozinha, deveria permanecer sob a custódia de Mirtes enquanto estivesse fora; ao mesmo tempo, um menino de cinco anos poderia ficar sozinho no elevador e ir para a cobertura do prédio (ALMEIDA, 2021, p. 11).

Portanto, corpos que não se encaixam nos padrões de reconhecibilidade não são considerados vidas humanas, logo, não são reconhecidos como dignos de

proteção e cuidado. “Assim, vulnerabilidade e precariedade não podem ser pensadas fora das relações de poder da biopolítica, que faz viver determinados segmentos da população e deixa morrer outros” (ALMEIDA, 2021, p. 07). Como destaca Lélia Gonzalez (1979, p. 16), “na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito”.

O IMPACTO DA PANDEMIA PARA AS MULHERES POBRES, NEGRAS, PERIFÉRICAS E EMPREGADAS DOMÉSTICAS

No âmbito da pandemia do coronavírus, a América Latina tem sido drasticamente atingida, sendo o Brasil um dos países mais afetados. Assim, as condições de desigualdades já existentes enfrentadas pela população negra se agravaram ainda mais com a pandemia de Covid-19.

Quando as medidas de isolamento foram adotadas para conter a propagação do coronavírus, as mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas viram-se na necessidade de “escolher” entre proteger a vida, permanecendo em casa e abandonando o emprego, ou lutar pela sobrevivência sua e de suas famílias mantendo-se no trabalho. Viver ou sobreviver? Eis a questão.

As mulheres que não fossem trabalhar correriam o risco de ser demitidas. Se já estávamos diante de uma crise sanitária mundial, imagina, então, a situação dessas mulheres ao se depararem com a possibilidade de ficar desempregadas em um contexto de tamanha instabilidade e falta de perspectivas:

A solução encontrada, em tempos de isolamento social, foi permitir que as trabalhadoras fizessem do local de trabalho uma residência. Assim, mulheres negras estão precisando desconsiderar o seu próprio lar - não apenas a residência, mas também a família e as relações sociais que a norteiam - para servir o outro. No entanto, tirar a rede de apoio dessas mulheres é um grande problema, considerando que a solidão e a falta de afeto é uma pauta temática do grupo em questão (DUARTE, 2020, p. 86).

Não obstante a crise do coronavírus afetar a todos indiscriminadamente, algumas populações sofrem mais diretamente suas consequências, em especial a população negra, que em sua maioria ocupa os postos de serviços mais precarizados, estando muitas vezes na informalidade, ou trabalhando em setores considerados

essenciais, que precisaram funcionar durante a pandemia, sem ter o direito do isolamento resguardado.

Esse grupo de maior exposição também é composto pela categoria das empregadas domésticas, que mesmo não sendo um serviço considerado essencial, e havendo uma recomendação governamental para que essas profissionais fossem liberadas do trabalho, muitas não tiveram esse direito garantido, sendo submetidas a situações de vulnerabilidade ou até mesmo casos mais graves como as situações que resultaram na morte da Cleonice e do Miguel.

Esses casos denotam como a população negra, que já sofre com a fragilidade das políticas públicas e a negação de direitos no dia a dia, padece ainda mais em tempos de crise e de precarização, sendo afetada duplamente, tanto pelo risco de contrair a doença no ambiente de trabalho e suas consequências, contaminando também os seus familiares, quanto por situações graves decorrentes, como não ter com quem deixar os filhos e a diminuição da renda, que via de regra já é insuficiente para o sustento da família, representando, então, mais pobreza e desigualdade.

Desse modo, mesmo com a importância central do trabalho doméstico para a organização social e econômica, este se caracteriza pela invisibilidade, desvalorização e baixa regulamentação, resultando em condições precárias de trabalho, além de grande vulnerabilidade para as trabalhadoras, que se agrava ainda mais em tempos de crises como este decorrente da pandemia de coronavírus (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, mesmo tendo libertado seus escravos, deixou para a população liberta e seus descendentes um legado racista que perdura até os nossos dias. Desse modo, a população negra, até hoje, enfrenta precarizações de todos os tipos, sendo os indicadores sociais ainda inferiores aos dos brancos, mesmo com as políticas compensatórias implementadas no país nos últimos anos.

Nessa perspectiva, o trabalho doméstico, exercido predominantemente por mulheres, representa um cenário de muita vulnerabilidade, que se agrava, sobretudo, em períodos de crise como o da pandemia de Covid-19. Por isso, é papel do Estado atuar efetivamente para combater as desigualdades e a pobreza decorrentes dessas situações. Embora nos últimos anos essa categoria tenha conseguido algumas

conquistas legais, ainda é um dos trabalhos mais mal remunerados, com quase nenhum prestígio e muita precarização.

Conhecer a realidade das trabalhadoras domésticas e trazer à luz as problemáticas que elas enfrentam neste período de pandemia de Covid-19 pode corroborar para a formulação de políticas públicas específicas para essa população. Políticas estas que minimizem os efeitos das vulnerabilidades a que estão sujeitas, tanto da doença, como dos impactos adversos resultantes da crise provocada pelo coronavírus entre mulheres negras empregadas domésticas, que vêm resultando em pobreza, desigualdade, exclusão, racismo e, em casos mais extremos, morte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. A morte de Miguel em tempos de pandemia: um estudo de caso a partir da importância do luto na filosofia de Judith Butler. **Dilemas**, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na pandemia, p. 01-15, 2021. Disponível em: <https://www.reflexpandemia2021.org/texto-100>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ALMEIDA, S. L. DE. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 66 de 2012. Altera a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. **Diário do Senado Oficial**, Brasília, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4083999&ts=1630420136008&disposition=inline>. Acesso em 02 mar. 2022.

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 288p.

CAMTRA. Lembrar para não esquecer: primeira vítima da COVID-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. **CAMTRA: Casa da Mulher Trabalhadora**, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://camtra.org.br/lembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>. Acesso em 02 mar. 2022.

Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Painel Nacional: COVID-19**. Centro de Informações Estratégicas para a Gestão Estadual do SUS – CIEGES. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

COSTA, J. B. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30,

nº 1, janeiro /abril. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

COSTA, S. Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 24, n. 2, p. 123-145, novembro 2012.

DUARTE, I. Empregadas domésticas negras no cenário da pandemia: aspectos sobre a vulnerabilidade. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 49, p. 75-92, jul./out 2020. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistas/rj/article/view/441>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

G1 PERNAMBUCO. Caso Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. **G1 Pernambuco**, Pernambuco, 05 jun. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>>. Acesso em 02 mar. 2022.

G1 RIO. Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 02 mar. 2022.

GONZALEZ, L. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1979.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD CONTÍNUA: **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?edicao=27762&t=downloads>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOURA, C. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? Dandara Editora, 2021.

MOURA, C. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. São Paulo: IBEA, 1983.

PINHEIRO, L. *et al.* Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PINHEIRO, L; TOKARSKI, C; VASCONCELOS, M. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Nota**

Técnica. N. 75. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3579
1. Acesso em: 12 jan. 2022.

SANCHES, S. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 879-888, set-dez, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a16.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SANTOS, Maurício Reali. **Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre no pós-abolição 120 (1896-1908)**. 2013. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/90308/000914742.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 02 mar. 2022.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

*Artigo recebido em 8 de junho 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

O MERCADO DE CARBONO COMO INSTRUMENTO PARA A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

THE CARBON MARKET AS A MECHANISM TO CLIMATE RESILIENCE

EL MERCADO DEL CARBONO COMO HERRAMIENTA DE RESILIENCIA ANTE EL CAMBIO CLIMÁTICO

Drisa Kern¹⁹

Resumo

O estudo busca relatar as necessidades de mitigação e adaptação ocasionadas pelas mudanças climáticas com um instrumento internacionalmente criado para incorporação das externalidades negativas decorrentes da emissão de gases de efeito estufa: o mercado do carbono. Foi analisado o cenário internacional de cooperação perante as mudanças do clima, que culminaram com o Acordo de Paris e as metas globais para a redução de emissões. Após, discorreu-se sobre o contexto nacional de tutela dos direitos ecológicos e de promoção de políticas públicas sobre o tema, em especial, apresentou-se o projeto de lei que cria o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, acrescido de ponderações para ampliar suas finalidades sociais, em detrimento das financeiras. Ao fim, conclui-se que a consideração de tais ponderações pode aprimorar o mercado de carbono como uma ferramenta de resiliência para o sistema socioeconômico posto.

Palavras-Chave: Mercado de carbono; Resiliência socioecológica; Mudanças climáticas; Sistema Nacional de Redução de Emissões; Acordo de Paris.

¹⁹ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), drisakern@gmail.com.

Abstract

This study aims to describe the mitigation and adaptation skills, required from the climate change effects, with an international mechanism created to absorb the negative externalities from the greenhouse gas emissions effects: the carbon market. First, it was analyzed the international cooperation system for climate changes that ended on the Paris Agreement. Then, it was described the Brazilian context on environmental law and environmental public policies, mainly in order to present the proposed bill about the national carbon market, called MBRE. In conclusion, the study presents the carbon market as an important mechanism for resilience in the social-ecological system we have nowadays.

Keywords: Carbon Market; Climate resilience; Climate Changes; Brazilian market on carbon emissions; Paris Agreement.

Resumen

El estudio busca describir la necesidad de mitigación y adaptación provocadas por el cambio climático a partir de un instrumento creado a nivel internacional para incorporar las externalidades negativas derivadas de la emisión de gases de efecto invernadero: el mercado de carbono. Se analizó el entorno internacional de cooperación frente al cambio climático, que culminó con el Acuerdo de París y las metas globales de reducción de emisiones. Después, se discutió el contexto nacional para la protección de los derechos ecológicos y la promoción de políticas públicas en el tema, en particular, se presentó la propuesta de ley que crea el Mercado Brasileño de Reducción de Emisiones. Finalmente, se muestra que el mercado de carbono es una importante herramienta de resiliencia para el sistema social y económico en la actualidad.

Palabras Clave: Mercado de carbono; Resiliencia ante el cambio climático; Sistema Brasileño de Reducción de Emisiones; Acuerdo de París.

INTRODUÇÃO

Mesmo sem ter qualquer órgão semelhante a um cérebro central, as plantas podem perceber o ambiente que as rodeia com uma sensibilidade mais elevada que a dos animais; competem ativamente pelos limitados recursos disponíveis no solo e na atmosfera; avaliam com precisão as circunstâncias; realizam análises sofisticadas de custo-benefício; e, finalmente, definem e realizam ações apropriadas em resposta aos estímulos ambientais. O caminho tomado por elas, portanto, é uma alternativa a ser levada em conta, especialmente em tempos em que a percepção das mudanças e a elaboração de soluções inovadoras tornam-se atitudes fundamentais (MANCUSO, 2019, p. 12)

Stefano Mancuso, cientista fundador da neurobiologia vegetal, em “A revolução das plantas” (MANCUSO, 2019) defende que, como mecanismo de sobrevivência, o reino vegetal trilhou um caminho na direção oposta do pensamento animal e, como resultado, encontrou um modo de vida mais resistente, adaptativo, cooperativo, democrático que o proposto pela humanidade.

Enquanto as criações humanas funcionam de acordo com um sistema centralizado, no qual um cérebro emite comando para órgãos que compõem o corpo, as plantas, de maneira sensível, sólida, e de inteligência distribuída, refletem um sistema resistente, pois adaptativo, e energeticamente autônomo. Nesse sentido, o autor demonstra, por relatos dos seus estudos, que as plantas desenvolveram boas soluções para a maior parte dos obstáculos que a intervenção humana impunha, e que poderiam, inclusive, partindo da lógica vegetal, sanar muitos dos problemas que a humanidade enfrenta atualmente.

Em se tratando de problemas globais, é evidente o colapso ambiental e climático no qual estamos inseridos. Poluição, aquecimento global, perda da biodiversidade, eventos climáticos extremos, são todas consequências do sistema político, econômico e social posto e, não há como negar, eram previstas há muito pela ciência.

Foram, inclusive, alertadas desde a lógica aristotélica no sentido de que os homens cuidam mais de seus bens exclusivos e menos dos que eles possuem em comum, perpassando pela “tragédia dos comuns” de Garret Hardin (1968) e pela “primavera silenciosa” de Rachel Carson (1969), culminando na “sociedade do risco” de Ulrich Beck (2011).

Atualmente, o grande desafio da sociedade é o enfrentamento das mudanças climáticas, cuja causa principal causa é o lançamento desenfreado de gases de efeito estufa ²⁰ (GEEs) na atmosfera pelas atividades humanas, e o consequente aquecimento global. Nas palavras de Morato Leite (2015, p. 524): “Trata-se, sem dúvida, do exemplo mais evidente da transversalidade das questões ambientais”. Um problema global, portanto.

O órgão que compila os dados, informações e estudos relacionados ao tema, a fim de fornecer aos governos base científica para desenvolverem suas políticas climáticas (IPCC, 2022a) – o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima,

²⁰ Dióxido de Carbono (CO₂); Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O).

IPCC – apontou em seu último relatório que, ainda que o mundo adote um rápido processo de descarbonização, haverá impactos climáticos inevitáveis até 2040 se considerarmos os gases de efeito estufa que já estão na atmosfera, bem como as tendências de futuras emissões (IPCC, 2022b). É por isso que a busca de medidas pontuais para reparação ou compensação de danos decorrentes da crise climática dá lugar à necessidade de transmutação de todo o sistema socioeconômico para um modelo mais resiliente.

Dessa necessidade, surgem iniciativas de incentivo à transformação no cenário das mudanças climáticas em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas - ODS. Dentre elas: o incentivo à alteração da matriz energética, as técnicas de pagamento por serviços ambientais, ou ainda, o mercado de créditos de carbono, que será ora analisado.

Posto isso, o presente estudo fará, através de revisão bibliográfica, um relato da construção histórica do mercado de carbono nos contextos internacional e nacional, seguido de inferências sobre a importância dessa ferramenta para a resiliência climática perquirida mundialmente.

Em um primeiro momento, serão abordados os acordos internacionais pelo meio ambiente e mudanças climáticas no cenário internacional e, em específico o Acordo de Paris e seus desdobramentos. Em seguida, será contextualizado o mercado regulado brasileiro, que é visto como potência mundial para geração de créditos de carbono, para, então, analisar o caminho percorrido até então para a regulamentação do sistema nacional de emissões no país.

Por fim, será proposto o papel do mercado de carbono como importante instrumento de resiliência ecológica, dentro do que os cenários nacional e internacional buscam como medidas para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Em tempo, observa-se que o presente ensaio não propõe, a partir das referências à *“revolução das plantas”*, que encontremos nelas as soluções ou instrumentos de resiliência para a comunidade global, mas que desenvolvamos, tal como elas, ferramentas para uma adaptação com vistas à redução da vulnerabilidade causada pelas mudanças climáticas.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CRIAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO

ACORDOS INTERNACIONAIS PELO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os problemas ambientais em uma esfera transfronteiriça começaram a ser compreendidos no final da década de 60, impulsionados pela observação do fenômeno da chuva ácida no continente europeu, sobretudo entre a França e Alemanha, que levou um grupo de cientistas políticos e empresários a pensar a questão ambiental, o Clube de Roma. Resultado disso foi o relatório Limites do Crescimento que desde já reportava que as limitações ecológicas da terra teriam influência significativa no desenvolvimento global do século XXI, e defendia uma inovação proativa para frear a pegada ecológica da humanidade (MEADOWS *et al.*, 1972).

O primeiro marco sobre a preocupação mundial com os recursos naturais e a sustentabilidade do planeta foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas e que resultou em um documento conhecido como Manifesto Ambiental (UNITED NATIONS, 1973). Ainda incipientes, as discussões versavam sobre a internacionalização das questões ambientais tanto por países industrializados, como em desenvolvimento (SQUEFF, 2016, p.196).

As mudanças climáticas e questões a elas relacionadas foram debatidas em espaços específicos, quais sejam: a Conferência de Villach (1985) e a Conferência de Toronto (1988). No mesmo ano desta última, foi instituído o já mencionado Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, órgão mundial de maior relevância científica em matéria de mudanças climáticas e de direcionamento de políticas públicas a nível internacional.

O segundo marco, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, iniciou uma série de compromissos globais sobre o tema, orientando-se sobre o relatório Nosso Futuro Comum, elaborado na conferência anterior (UNITED NATIONS, 1987). Também chamada de Cúpula da Terra (1992), originou a Agenda 21, cujo debate já ultrapassava a temática ambiental para integrá-

la às perspectivas econômicas e sociais dos problemas globais, propondo a ideia do desenvolvimento sustentável de maneira universal entre os países parte.

Nesse mesmo cenário, criou-se a Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima – UNFCCC, com o principal objetivo de estabilização de gases de efeito estufa a fim de impedir uma interferência humana perigosa para o sistema climático global. Além disso, instituiu-se o órgão supremo da Convenção, a Conferência das Partes (COP), que anualmente se reúne com a atribuição de orientar os países parte na adoção de medidas para enfrentamento das mudanças climáticas e redução de emissões de GEEs.

Por fim, a Conferência das Nações Unidas de Johannesburgo (2002) que, embora não tão bem sucedida como a anterior, manteve presente a ideia de uma cooperação internacional necessária na matéria.

DO PROTOCOLO DE QUIOTO AO ACORDO DE PARIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Dentro das proposições da Conferência do Clima (UNFCCC), o Protocolo de Quioto é criado em 1997. No entanto, entra em vigor somente em 2005, quando da 3ª Conferência das Partes, sendo o seu objetivo a complementação das metas da UNFCCC. Este documento representa a criação mundial do crédito de carbono como um título de compensação para os Gases de Efeito Estufa.

O Protocolo estabeleceu, fundamentando-se no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, uma polêmica diferenciação entre os países então desenvolvidos e os países em desenvolvimento, sendo que o compromisso de redução ou limitação quantificada de emissões foi atribuído somente àqueles países, listados pelo Anexo B do Protocolo (UNFCCC, 2008).

Para o funcionamento desse mercado, foram criados três mecanismos que auxiliam na implementação dos objetivos: o Comércio Internacional de Emissões (CIE) o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a Implementação Conjunta (JI). Passa-se a uma breve análise de cada um deles.

A Implementação Conjunta (IC) trazida pelo Artigo 6 do Protocolo (UNFCCC, 2008) permite a transação de créditos de carbono das partes do Anexo B quando financiam projetos em outros países do mesmo Anexo. Esse mecanismo baseia-se

no projeto financiado e deve ser complementar às iniciativas domésticas da parte que está financiando.

O Comércio Internacional de Emissões (CIE), disposto no Artigo 17, opera pela comercialização das cotas de títulos pré-estabelecidas pelo Protocolo entre as partes do Anexo B, de maneira que, uma parte que polua a mais possa comprar título de outra que emitiu a menos e não descumpriu nenhuma obrigação do Protocolo. O mesmo vale para entes privados e organizações que queiram participar da comercialização, desde que sob a responsabilidade de seu país (SQUEFF, 2016, p. 230).

Por fim, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com previsão no Artigo 12, permite que os países do Anexo B financiem projetos nos demais países e, assim fazendo, recebam Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) em cumprimento parcial de suas emissões. Assim, a inclusão de outros países no sistema, aumenta o limite de emissão dos estados desenvolvidos integrando, de fato, os países em desenvolvimento ao mercado internacional.

Além disso, as reduções de emissões certificadas são operadas também fora do âmbito da UNFCCC, no chamado Mercado Voluntário, logo, para cumprir com metas internas de redução de emissões, mediante certificações e regras próprias. Trata-se da instituição de certificados de crédito para sua circulação em mercados transacionáveis, nos quais participam os países envolvidos. Há um estímulo para que os poluidores comprem os títulos a fim de compensar suas emissões. Essa é a lógica do sistema, conhecido como *cap and trade*.

Uma das principais características desse mercado é a flexibilidade. Depois que se limita o número de títulos disponíveis, o que significa preestabelecer um nível máximo de emissão de gases, eles podem ser transacionados pelos agentes poluidores. Ao atribuir um direito de propriedade sobre um crédito de carbono, se está criando um controle sobre um direito que anteriormente era gratuitamente e ilimitadamente distribuído, o direito de poluir (SQUEFF, 2016, p. 211).

Um salto maior se dá para o desenvolvimento do mercado de carbono em 2015, quando as nações estiveram reunidas na Assembleia de Paris, a fim de adotar metas de controle das emissões de gases de efeito estufa e medidas de resiliência mais abrangentes que as adotadas no Protocolo de Quioto. Isso porque, somente nesse

momento é que efetivamente se comprometem mediante a assinatura de um documento com efeitos vinculantes (UNITED NATIONS, 2015).

Tal compromisso importa em: limitar o aumento médio da temperatura da terra abaixo dos 2°C, envidando esforços para, até 2100, atingir um aumento equivalente ao período pré-industrial, de 1,5°C. Essa meta universal representou a superação, em parte, do tratamento diferenciado entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento (WEDY, 2018, p. 57).

Ainda no Acordo de Paris, o Brasil comprometeu-se com neutralidade nas emissões de gases do efeito estufa até 2060, mas antes, com a redução de 37% das emissões até 2025 e 43% até 2030, o que representa sua Contribuição Nacional Determinada – NDC, e demonstra seu interesse por desenvolver uma economia de baixo carbono. Ficou decidido que tal compromisso deve ser revisto a cada cinco anos.

Ocorre que, o encontro que se seguiria para discussão das metas de redução internacionais aconteceria em 2020, mas foi transferido para o ano de 2021 em decorrência da pandemia da COVID-19. Trata-se da 26ª Conferência das Partes (COP-26), ocorrida em Glasgow, cuja pauta incluiu a definição de metodologias de aferição das reduções de emissões de gases de efeito estufa referentes aos artigos 6.2 e 6.4.

Sobre a COP-26, é de se mencionar a participação do Brasil na apresentação dos seus compromissos, que, criticada por diversas organizações da sociedade civil (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021), foi corrigida. Isso porque, em 2020, Ricardo Salles (então ministro do meio ambiente) anunciou uma NDC que, em termos práticos, era menos ambiciosa que a apresentada perante o Acordo de Paris. Ou seja, aumentava o limite de emissões com relação ao apresentado em 2015, indo na direção contrária da necessidade de metas cada vez mais ambiciosas para uma efetiva mitigação dos efeitos das mudanças do clima.

Após as críticas, o Governo anunciou, durante a COP-26, a mitigação de 50% de suas emissões até 2030, baseando-se no Quarto Inventário Nacional de Emissões e usando como linha de base o ano de 2005. Essa meta mantém o compromisso assumido no Acordo de Paris e não é, nem mais, nem menos ambiciosa, mas sim, insuficiente para a manter o aumento da temperatura média global em até 1,5°C.

Diante disso, reforça-se a característica de atualidade e constante aprimoramento desse mecanismo, em que pese hoje diversos mercados regionais, nacionais e subnacionais já estejam em plena operação para cumprimento dos compromissos globais até aqui manifestados.

O CENÁRIO BRASILEIRO COMO POTÊNCIA E A REGULARIZAÇÃO DO MBRE

O DIREITO AMBIENTAL NO ORDENAMENTO

A Constituição Federal de 1988, em consonância com um movimento mundial de ecologização das teorias constitucionais, coloca o meio ambiente ecologicamente equilibrado indispensável à saúde humana como um direito-dever fundamental, cuja previsão está no art. 225. Trata-se de um direito difuso e coletivo, de natureza transindividual e intergeracional (CANOTILHO; LEITE, 2015).

Nesse mesmo momento, a defesa do meio ambiente é inserida como um princípio da ordem econômica, por meio do art. 170, VI da CFRB/88, trazendo relação com o desenvolvimento sustentável, que objetiva a compatibilização da preservação ambiental com justiça social, crescimento econômico e, acrescenta, mais recentemente, participação social.

Diante destes marcos constitucionais, o Brasil se encaixa no modelo de Estado Democrático, Social e Ecológico de Direito. Compromete-se com a superação das desigualdades e promoção de condições mínimas para o bem-estar humano em relação ao ambiente, cuja responsabilidade abrange os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário (SARLET; FERSTENSEIFER, 2017).

No entanto, assim como a nível internacional, o cenário brasileiro presencia o agravamento da degradação ambiental, pela emissão desenfreada de gases de efeito estufa e aumento do desmatamento, ocasionando aquecimento global, eventos climáticos extremos e cada vez mais frequentes. A interpretação quanto ao direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, portanto, ultrapassa o objeto do art. 225 da CFRB/88 para conferir um Direito Fundamental também a um clima estável e seguro ou à integridade do sistema climático, incluindo-o como um bem jurídico a ser tutelado constitucionalmente.

O Brasil esteve presente nas referidas tratativas da ONU sobre direito ambiental e mudanças climáticas, e recepcionou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em sua legislação (BRASIL, 1998). Além disso, internamente aprimorou o seu aparato institucional com a Comissão Interministerial de Mudanças do Clima, em 1999, a qual aprovou o mecanismo de desenvolvimento limpo. Após, no ano 2000, criou o Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima para conferir maior participação social aos debates.

Outras importantes ações foram a instituição de um Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Decreto nº 6.263/2007), o qual apresentou um Plano Nacional Sobre Mudança do Clima em 2008 que, em muito, tratava da adaptação à mudança do clima como uma forma de superação da vulnerabilidade com vistas à resiliência. Destaca-se o trecho:

A capacidade de adaptação de um sistema depende basicamente de duas variáveis: a vulnerabilidade, que é reflexo do grau de suscetibilidade do sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, e da resiliência, ou seja, da habilidade do sistema em absorver impactos preservando a mesma estrutura básica e os mesmos meios de funcionamento (BRASIL, 2008, p. 87)

Esse instrumento ganhou outra nomenclatura quando novamente apresentado, trata-se hoje do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), que teve edições em 2016 e 2021.

Ocorre que, no âmbito interno e em tempos recentes, a litigância climática tem se tornado cada vez mais atual para questionar judicialmente as medidas ou atos omissivos do Poder Público sobre a temática, inclusive no que tange ao desmonte de instituições e políticas ambientais e climáticas (SEIFERT JÚNIOR, 2021).

São exemplos: a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 59 (BRASIL, 2020b), que trata do restabelecimento do Fundo Nacional da Amazônia Legal, paralisado pelo Governo Federal em 2019; a Ação Direta de Preceito Fundamental (ADPF) nº 708 (BRASIL, 2020a), que discute a limitação da comunidade científica e da sociedade civil no comitê gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o entrave do financiamento de projetos, paralisando as atividades do órgão, medidas essas que também emanaram do Governo Federal; e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6121 (BRASIL, 2019b) que, em liminar, vetou a tentativa

de extinção do colegiado da Política Nacional de Mudanças Climáticas pelo conhecido “Decreto do Revogação”.

Esse controle jurisdicional tornou-se necessário diante da incapacidade responsiva estatal em gerenciar as políticas públicas ambientais e climáticas do Brasil. Nesse cenário, recentemente e, em especial, quanto aos posicionamentos do atual governo federal, fala-se em um estado de coisas inconstitucional ambiental ou ecológico instaurado no país, que exige uma busca pelo restabelecimento da segurança jurídica e efetividade da norma constitucional no estado democrático de direito.

Em outros termos, esse estado decorre da inobservância do Poder Executivo (federal, estadual e municipal) aos graves riscos ecológicos e suas irreversíveis consequências danosas à Natureza e à sociedade, em um real afrontamento ao referido art. 225 (CAÚLA; RODRIGUES, 2017, p.150).

Conforme Ingo Sarlet e Tiago Ferstenseifer (2021, p.309):

[...] a não atuação (quando lhe é imposto juridicamente agir) ou a atuação insuficiente (a fim de não proteger o direito fundamental de maneira adequada e suficiente, inclusive por imposição do princípio da proibição de proteção insuficiente ou deficiente em matéria de direitos fundamentais), no tocante a medidas legislativas e administrativas voltadas ao combate às causas geradoras da degradação ecológica, pode ensejar, em alguns casos, até mesmo a intervenção e o controle judicial, inclusive acerca das políticas públicas levadas a cabo pelos entes federativos em matéria ambiental.

Em se tratando de políticas públicas ambientais e climáticas, os marcos legislativos que sistematizam o tema no ordenamento jurídico brasileiro são a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, de 1981, e a Política Nacional de Mudanças Climáticas - PNMCM, de 2009.

Vê-se, desde já, que há um lapso temporal entre elas que acompanha o referido agravamento das condições climáticas nacional e internacional e a incorporação dos direitos a um clima estável no espectro dos direitos do meio ambiente. Mais do que isso, a motivação principal de criação da PNMCM advém da própria Convenção do Clima, que motiva o Brasil a se comprometer perante a comunidade internacional com a redução de gases de efeito estufa.

Sobre esse último marco, ressalta-se o art. 11 (BRASIL, 2009), que faz especial referência à observância da governança ambiental e demonstra que “o governo brasileiro está formal e materialmente obrigado a buscar ativamente o cumprimento

da PNMC” (TALANOA, 2020, p. 65), assim como “[o]s princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos desta Política Nacional sobre Mudança do Clima”. (TALANOA, 2020, p. 47).

Quando elaborada, a Política de Mudanças do Clima já determinava, dentre seus objetivos, o “estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE”, como disposto no art. 4º, VIII, Lei nº 12.187/09 (BRASIL, 2009).

Mais adiante, no Acordo de Paris, em 2015, o Brasil comprometeu-se com neutralidade nas emissões de gases do efeito estufa até 2060, o que representa sua Contribuição Nacional Determinada – NDC, e um compromisso com o estabelecimento de uma economia de baixo carbono.

Contudo, em dissonância, tanto com a previsão legal, quanto com os compromissos internacionais, o país ainda não implementou o seu mercado de redução de emissões, mas caminha para isso.

A BUSCA PELA IMPLEMENTAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

O marco regulatório para o Mercado de Carbono Brasileiro, que teve início com o Projeto de Lei nº 508/2021, vem, então, para corroborar com as obrigações assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris. Ainda, para regulamentar uma vontade antiga de adentrar no Mercado do Carbono, considerando que grandes e vários parceiros comerciais do país (União Europeia, China, Chile, Colômbia, México e Argentina) já estão operando seus mercados.

A experiência internacional contabiliza 34 (trinta e quatro) sistemas de mercado (sejam regionais, nacionais ou subnacionais) (CEBDS, 2021, p.11), cuja cobertura se dá em maior parte sobre as fontes de emissão da indústria e da geração de energia. Tais referências serviram de base para elaboração do modelo brasileiro, em que pese deva observar com mais especificidade o setor que representa seu maior contingente de emissões: as mudanças de uso da terra e florestas (SEEG, 2021, p.29).

Ao mesmo tempo, trata-se de um instrumento de governança climática extremamente novo para o gestor público do Brasil, que envolverá a participação do

setor privado e uma relação com o mercado internacional, exigindo cautela e monitoramento na sua implementação.

A regulamentação de um Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões – SBCE e um Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, pode significar uma chance para o Brasil unir seu potencial em promover uma economia de baixo carbono e o desenvolvimento sustentável com as necessárias políticas públicas ambientais. Inclusive, no sentido de que a geração de receita vinculada ao mercado retorne para projetos desse mesmo setor (TALANOA, 2020, p. 55).

Em se tratando de receita, pontua-se que a precificação do carbono pode ser implementada por duas maneiras, ou mediante um mecanismo de tributação ou pela sistematização de um mercado. Segundo o CEBDS, aquele modelo foi rejeitado pelo “risco de aumento da carga tributária e mau uso das receitas” (2021, p. 11), enquanto este é mais favorável para o país, pois “consiste na criação de um mercado compulsório com o objetivo de equacionar um problema externo: a incorporação dos custos sociais, econômicos e ambientais negativos causados pelas emissões de gases de efeito estufa” (2021, p. 5). Para tanto, atribui-se um limite anual de emissões, o qual é convertido em licenças (títulos), que podem ser transacionadas entre os atores. Assim, esse mecanismo abraça a lógica prevista pelos acordos internacionais e pelo ordenamento brasileiro acima descritos, quando referiam que as soluções em mudanças climáticas deveriam incorporar externalidades negativas que deixam o sistema mais vulnerável e menos resiliente.

Ainda quanto ao retorno financeiro do Mercado de Carbono e sua destinação, em recente audiência pública sobre a elaboração do MBRE, o Deputado Federal Marcelo Ramos, relator do texto original do projeto de Lei, referiu a importância dessa ferramenta como mecanismo de “combate à pobreza e distribuição de riqueza de populações tradicionais, estimulando essas populações à preservação da floresta” (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2021).

Para tanto, deve-se observar o importante caráter da participação social sobre a construção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Para Christian Luiz da Silva (2010, p. 49), “o ato de construir e de tecer em conjunto é o que configura a interdisciplinaridade dessas políticas”, vez que as políticas públicas para o clima, como qualquer outras, precisam respeitar os anseios da população, através da

participação das organizações públicas, privadas e sociedade civil, sobretudo para garantir maior validade e eficiência no alcance de resultados.

Outra possibilidade ainda não vislumbrada pelo legislativo na formulação do MBRE, é o estabelecimento de mecanismos adicionais para controle de qualidade das iniciativas ecológicas brasileiras, tais como:

[...] por meio do reconhecimento de sistemas de certificação socioambiental que atestem as boas práticas das iniciativas quanto ao atendimento às salvaguardas socioambientais, incluindo processos de consulta, de consentimento livre, prévio e informado e de mecanismos de transparência e reporte de resultados e impactos gerados pelas atividades do projeto (CEBDS, 2021, p.49).

Nesse sentido, é fundamental a promoção do pilar da justiça social pelo mercado do carbono, que até o momento, pelo que se extrai das discussões publicizadas, aparenta estar focado, principalmente, em ser economicamente viável e lucrativo.

Por conseguinte, uma vez atestado o grande potencial brasileiro para implementação do SBCE, em termos financeiros, resta observância às seguintes questões: (1) retorno financeiro para financiamento de projetos relacionados à proteção ambiental, (2) estabelecimento de mecanismos adicionais para boas práticas socioambientais e (3) participação da comunidade científica, organizações especialistas e sociedade civil na governança do MBRE.

Outras questões que não estão exauridas para a execução do sistema, mas que se espera serem levadas a cabo após o seu lançamento são a criação de uma agência reguladora, da organização de uma gestão de registro. Nesse sentido Caio Borges e Alessandra Lehmen pontuam (TALANOIA, 2020, p. 66):

No âmbito da governança, é necessário estabelecer uma rede coesa de órgãos e instituições de monitoramento das obrigações, com atores desempenhando funções bem definidas. Um comitê científico ou outro órgão especializado pode gerar dados e informações objetivas sobre a trajetória das emissões globais e setoriais para servir de insumo às deliberações dos órgãos de execução e supervisão. Um órgão multissetorial de governança, de composição no mínimo paritária entre órgãos de Estado e sociedade civil, deve supervisionar a execução da política e exigir dos órgãos implementadores informações e planos de ação que assegurem a conformidade.

Tais brechas devem buscar respostas que observem a Política Nacional de Mudança do Clima, a qual aponta instrumentos institucionais, descritos no art. 7º da Lei nº 12.187/09, que podem colaborar com a gestão do MBRE (BRASIL, 2009).

Em audiência pública sobre o PL 528/21, em setembro de 2021, realizada pela comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável da Câmara dos Deputados, o Secretário Adjunto da Secretaria do Clima e Relações Internacionais, Marcelo Donnini Freire, indicou que a vigência do sistema brasileiro aguardaria as tratativas e definições da COP-26, em Glasgow. A decisão, segundo o Secretário, dava-se para que o mercado interno pudesse ser aderente às regras que seriam estabelecidas sobre o Artigo 6 do Acordo de Paris (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2021).

Ocorre que, terminada a 21ª Conferência das Partes, a tramitação do Projeto de Lei seguiu inerte, e ainda se aguarda pelo lançamento do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões e do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões.

São diversos os fatores que precisam ser analisados a partir do lançamento desse marco regulatório para a adequação do Mercado de Carbono à resiliência ecológica e direito fundamental à segurança climática, preconizadas pela legislação e seus objetivos. É preciso observar que as novas ferramentas de ação climática não podem esvaziar o campo das políticas públicas para tornarem-se meras ferramentas econômicas e financeiras, sob pena de se perder uma oportunidade de impulsionar a governança ambiental e o desenvolvimento sustentável no país.

Enquanto isso, os projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa operam atualmente pelo mercado voluntário que, conforme a própria terminologia indica, não se relaciona e, menos ainda, é controlado pelo governo brasileiro. A regulamentação do SBCE, portanto, também simboliza uma segurança jurídica perante o cenário internacional sobre os créditos gerados no nosso território, além de centralizar informações e dados sobre os projetos em andamento no país, os quais podem, inclusive, cooperar com as metas nacionais de redução de emissões e, antes disso, podem mostrar na prática o quanto representam em termos de redução de desmatamento ou eficiência energética, por exemplo.

O MERCADO DE CARBONO COMO FERRAMENTA DE RESILIÊNCIA ECOLÓGICA

Consta na Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009), artigo 2º, inciso II, que:

Efeitos adversos da mudança do clima: mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, *resiliência* ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos;

Em superação de tais efeitos adversos, Gabriel Wedy (2019, p. 14) é claro ao introduzir sua obra *Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas* quando refere que “Adaptação e resiliência são necessárias para enfrentar o aumento das temperaturas e as suas consequências nefastas nos aspectos social, ambiental e econômico”.

Pontua-se, então, que as mudanças climáticas refletem uma situação clara de vulnerabilidade do sistema. Não é sobre reparar ou compensar um dano ambiental específico, seja a supressão da vegetação, a mortandade de determinadas espécies animais, o assolamento de um recurso hídrico. Mas sobre uma problemática sistêmica, complexa e, reforça-se, transnacional, que para fins deste estudo, traduz-se na poluição gerada pelos gases de efeito estufa.

Da trajetória dos acordos internacionais para o clima, observou-se que uma primeira noção de que o crescimento econômico contrariava a proteção ambiental evoluiu para a conciliação dessa dicotomia, através do mecanismo de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, o ordenamento nacional transformou-se para propor um direito fundamental não só ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas à segurança climática, e hoje, a litigância climática coopera pela resistência desses direitos frente ao posicionamento governamental.

Conceito que é amplamente utilizado pela socioecologia para o termo resiliência é o da capacidade de um ecossistema se recuperar para seu estado original após uma perturbação externa (WALKER et al., 2004, p. 2). Em outros termos, é a capacidade de absorção de um sistema, após uma mudança radical, a fim de manter-se e adaptar-se dentro desse novo cenário (BATTAGLINI, 2019), seja ele decorrente de um desastre natural, uma crise social ou uma simples variabilidade do ambiente.

Do ponto de vista ecológico, vemos que a resiliência se relaciona com a sustentabilidade dos ecossistemas e, do ponto de vista do direito ecológico, com o

desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, definido pelo Relatório Nosso Futuro Comum, como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (UNITED NATIONS, 1987).

A partir dessa visão geral sobre as terminologias *resiliência* e *desenvolvimento sustentável*, temos que este acrescenta àquele a visão de futuro e de contínuo fornecimento de bens e serviços. Nesse sentido, a resiliência está em sabermos incorporar as externalidades negativas causadas pelo nosso modelo de produção e consumo. Ademais, serve para direcionar decisões públicas, políticas e regras, ou seja, para moldar o sistema socioeconômico dentro de uma lógica mais ecológica e menos antropocêntrica.

Nesse cenário, o mercado do carbono foi o mecanismo encontrado para suprir uma demanda transversal, visto que formulado pelo meio internacional que buscava soluções aos efeitos das mudanças climáticas. Assim como a resiliência, o mercado do carbono absorve as demandas dos países em emissões de gases de efeito estufa, e busca mitigação, quando não neutralidade de emissões.

A resiliência pode, ainda, ser encontrada na própria ideia de estancar o aumento da temperatura global em 2°C. E por isso, para além do instrumento em si – mercado de carbono - é de extrema importância que se busque uma publicização e sinalização de metas de redução de emissões pelos países, bem como de que elas sejam constantemente atualizadas e cada vez mais ousadas, tanto a nível internacional, quando sobre os limites estabelecidos por cada país, mesmo que diferenciados entre si. Fato que se observa desde a expectativa de ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia (à época, o país representava 17% das emissões de CO₂) que assinou o protocolo somente sete anos após o seu lançamento, até a COP-21, realizada em Glasgow, quando se alertou para o fato de que o Brasil estava baixando sua meta de redução de emissões, gerando uma comoção global para correção de sua NDC.

Ademais, o mercado tem natureza de instrumento porque pode ser direcionado de acordo com as pretensões e objetivos de seus atores, conforme conclui:

Mercados são instrumentos, e não políticas, e seu desenho precisa ser moldado de acordo aos objetivos das políticas. Instrumentos de mercado são utilizados tanto para objetivos de política corporativa de neutralização como

para políticas climáticas nacionais e internacionais. Assim, há diferentes ambientes de comércio de emissões (CEBDS, 2021, p. 12).

Não é, portanto, a resposta em si, mas um mecanismo a ser observado por outras políticas públicas governamentais. Nesses termos:

Isto posto, resta claro que uma política nacional de sistema de comércio de emissões, atenderia ao mandato de inter-relação e a transversalidade da resposta a ser dada à questão climática, que exige tanto uma recuperação econômica verde e resiliente, como uma transição justa de práticas produtivas utilizadora de combustíveis fósseis condizente com uma economia de baixo carbono, além de investimentos associados à neutralidade de carbono e que incorpore a variável de risco ambiental. (TALANOA, 2020, p. 54)

Assim, da maneira como o cenário brasileiro responde à essa demanda transnacional e enquanto não regulamentado de forma coesa, eficiente e responsiva, o mercado do carbono não dará segurança a todos aqueles que estão buscando financiar, implementar e participar de projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, conforme contextualização do cenário nacional, a construção desse instrumento carece de espaços públicos de participação e de discussão sobre a redistribuição dos lucros do mercado para fins de redução das desigualdades sociais ou fomento às comunidades tradicionais.

Em determinados momentos na elaboração do Marco Regulatório para o mercado de carbono brasileiro vislumbra-se apenas a formulação de um instrumento econômico e financeiro, deixando de observar o direito fundamental à segurança climática, interesse de todos os cidadãos.

Por conseguinte, para o Brasil se inserir no mercado internacional de redução de emissões, deve fortalecer-se, internamente, pela regulamentação e também através de medidas que busquem a transformação social dentro do potencial para o mercado de carbono que se tem no país. A alternativa não é negar que ele seja uma ferramenta para uma política ambiental, socialmente justa, e resiliente, mas potencializá-lo ao máximo dentro dos objetivos propostos pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo relacionou as mudanças climáticas à um problema transversal e internacional que exige soluções sistêmicas de transformação no modelo socioeconômico hoje desempenhado.

Não restam dúvidas que a mudança de paradigma na relação homem-meio ambiente e mudanças climáticas somente virá pela reforma de base desse modelo, combinado com educação ambiental, aprimoramento de políticas públicas e de prioridades governamentais.

A referência inicial à Mancuso, ensinou que, para se transformar em um sistema resiliente, o reino vegetal criou mecanismos que extrapolam o “pensamento animal”. Assim, o presente estudo propôs que, para o sistema complexo e vulnerável hoje posto, sejam criados mecanismos cujas bases de pensamento extrapolem o convencional. Por esse motivo, inclusive, pode-se sugerir que a implementação do mercado de carbono no ordenamento brasileiro esteja tão intrincada e sendo vista de maneira extremamente cautelosa pelos formuladores de políticas que hoje levam a cabo o Projeto de Lei nº 528/2021.

Conclui-se que a resiliência não atua no sentido de zerar o desmatamento e a poluição, mas propõe a manutenção do sistema a um baixo nível de interferência na natureza, absorvendo as emissões que o processo produtivo demandará.

Uma vez entendida a importância do mercado de carbono como ferramenta de auxílio na mitigação de emissão de gases de efeito estufa, tem-se ele não é, e nem pretende ser, a única solução para a problemática, mas, sua lógica cria uma nova ordem mundial para a economia, ao incluir uma “moeda” de proteção ambiental no sistema.

Assim, é necessário que o Brasil regulamente internamente o seu mercado para participar mais ativamente do cenário internacional e trazer mais segurança aos atores brasileiros envolvidos nesse mercado, desde os financiadores até os beneficiários.

REFERÊNCIAS

BATTAGLINI, E. A interpretação de local: além da sustentabilidade no desenvolvimento regional. In: FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Ética Socioambiental**. Barueri: Manole, 2019.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: Rumo a uma Outra Modernidade. São Paulo: 34, 2011.

BRASIL. Plano Nacional Sobre Mudança do Clima. **Brasília: Governo Federal**, 2008. 132 p. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.653, de 1º de julho de 1998**. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019**. Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10145.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 528, de 23 de fevereiro de 2021**. Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima – Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1965628. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 708. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, 2020a.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6121. Relator: Ministro André Mendonça. Brasília, 2019b.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão nº 59. Relator: Ministra Rosa Weber. Brasília, 2020b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Meio Ambiente e Des. Sustentável (PL 528/21) – Mercado brasileiro de redução de emissões – 17/09. **Brasília: Câmara dos Deputados**, 2021. 1 vídeo (172 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DUp4qY9tcFw>. Acesso em: 20 set. 2021.

CANOTILHO, J.J.G.; LEITE, J.R.M (org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 536 p.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. 304 p.

CAÚLA, B. Q.; RODRIGUES F. L. O estado de coisas inconstitucional ambiental. **Revista de Direito Público Contemporâneo**, Rio de Janeiro, ano 2, v. 1, n. 2, p. 137-151, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://www.rdp.com.br/index.php/rdpc/article/view/42>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro Para O Desenvolvimento Sustentável. Proposta de Marco Regulatório para o Mercado de Carbono Brasileiro. **Cebds**, 2021. Disponível em: <https://cebds.org/wp-content/uploads/2021/08/cebds.org-mercado-de-carbono-marco-regulatorio-mercado-carbono-marco-regulatorio-sem-olhos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, [S.L.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dez. 1968. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.162.3859.1243>.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **About the IPCC**: the intergovernmental panel on climate change (ipcc) is the United Nations body for assessing the science related to climate change. Geneva, Switzerland, 2022a. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2022**: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. In Press. 2022b.

LEITE, J. R. M. (coord.). **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MANCUSO, S. **Revolução das plantas**. São Paulo: Ubu Editora. 2019.

MEADOWS, D. H. et al. **Limits to Growth**: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Senado cria retrocesso na meta de clima às vésperas da COP26: projeto aprovado às pressas e encaminhado para a câmara elimina redução absoluta e condiciona meta a projeção de emissões do país a ser feita por decreto de Jair Bolsonaro. 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/senado-cria-retrocesso-na-meta-de-clima-as-vesperas-da-cop26/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SARLET, I. W; FERSTENSEIFER, T. **Curso de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SARLET, I. W; FERSTENSEIFER, T. **Direito Constitucional Ambiental**: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SEIFERT JR, C. A. **Institucionalização e Desinstitucionalização das Políticas Públicas ambientais no Brasil**: da concepção à onda reversa. 2021. 131 p. Tese

(Doutorado em Políticas Públicas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224760/001126897.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 set. 2021.

SILVA, C. L. (org.). **Políticas Públicas e indicadores para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. 178 p.

SEEG. Análise das emissões brasileiras de Gases de Efeito Estufa: e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970 - 2020. **Brasil**, 2021. Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_9/OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

SQUEFF, T. A. F. R. C. **Análise Econômica do Direito Ambiental**: perspectivas internas e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TALANOA. **A Política Nacional de Mudança do Clima em 2020**: estado de metas, mercados e governança assumidos na Lei 12.187/2009. Rio de Janeiro: Observatório do Clima. 2020. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/12/Politica-Nacional-de-Mudanc%CC%A7a-de-Clima.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

UNFCCC. Kyoto Protocol Reference Manual: on accounting of emissions and assigned amount. Bonn: **Climate Change Secretariat (Unfccc)**, 2008. Disponível em: https://unfccc.int/resource/docs/publications/08_unfccc_kp_ref_manual.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm: United Nations Publication. 1973. Disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development**: Our Common Future. Oslo: United Nations General Assembly 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

UNITED NATIONS. **Paris Agreement**. Paris, 2015.

WALKER, B. et al. Resilience, Adaptability and Transformability in Social-Ecological Systems. **Ecology & Society**, v. 9, n. 2, 2004. Disponível em: www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5/. Acesso em: 19 abr. 2022.

WEDY, G. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas**: um direito fundamental. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2018.

*Artigo recebido em 8 de junho 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO: A PERICLITAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TRABALHO NA PANDEMIA DE COVID-19**THE EXPLOITATION OF CONTEMPORARY WORK: THE PERICLITATION OF THE EXECUTION OF THE WORK IN THE PANDEMIC OF COVID-19****LA EXPLOTACIÓN DEL TRABAJO CONTEMPORÁNEA: LA PERICLIACIÓN DE LA EJECUCIÓN DEL TRABAJO EN LA PANDEMIA DEL COVID-19**

João Carlos da Cunha Moura²¹**Giovanna Maria Brito Gonçalves²²****Resumo**

O presente artigo discorre acerca da exploração do trabalho que leva a distribuição desigual de recursos. A exploração dos diferentes trabalhadores se distingue tão somente pela forma que ocorre, de modo que o proletariado tem sua força de trabalho explorada pelo mesmo explorador, que seria o capital. Os ataques aos direitos de trabalhadores em diversas esferas, pelas políticas neoliberais, contribuíram para que esse grupo seja extremamente afetado pela pandemia. A pandemia retirou o véu que encobria a tragédia daqueles que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Esta pesquisa se desenvolveu na forma de pesquisa bibliográfica, utilizando de artigos, livros, além de outras obras publicadas sobre o objeto de estudo. O presente estudo se perfaz para a compreensão da dinâmica de exploração do trabalho e as modificações ocasionadas com o advento da pandemia de covid-19.

Palavras-chave: Exploração do trabalho; Capital; Pandemia de Covid-19.

Abstract

This article discusses the exploitation of labor that leads to the unequal distribution of resources. The exploitation of different workers is distinguished only by the way it occurs, so that the proletariat has its workforce exploited by the same explorer, who would be the capital. Attacks on workers' rights in various spheres, by neoliberal policies, contributed to this group being extremely affected by the pandemic. The pandemic removed the veil that covered up the tragedy of those who depend on the

²¹ Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), jc_yupe@hotmail.com.

²² Graduada em Direito pelo Centro Universitário Centro de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), giovannabrito98@outlook.com.br.

sale of their workforce to survive. This research was developed in the form of bibliographical research, using articles, books, and other works published on the object of study. The present study is made for the understanding of the dynamics of work exploration and the changes caused by the advent of the covid-19 pandemic.

Keywords: Exploitation of work; Capital; Covid-19 pandemic.

Resumen

Este artículo discute la explotación del trabajo que conduce a una distribución desigual de los recursos. La explotación de diferentes trabajadores se distingue solo por la forma en que ocurre, para que el proletariado tenga su fuerza de trabajo explotada por el mismo explorador, que sería la capital. Ataques a los derechos de los trabajadores en diversas esferas, por parte de políticas neoliberales, contribuyeron a que este grupo se viera extremadamente afectado por la pandemia. La pandemia quitó el velo que encubrió la tragedia de quienes dependen de la venta de su fuerza laboral para sobrevivir. Esta investigación se desarrolló en forma de investigación bibliográfica, utilizando artículos, libros y otros trabajos publicados sobre el objeto de estudio. El presente estudio está realizado para la comprensión de la dinámica de exploración laboral y los cambios provocados por el advenimiento de la pandemia de covid-19.

Palabras Clave: Exploración del trabajo; Capital; Pandemia de COVID-19.

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista apresentou-se como um método revolucionário à sua época, visto o crescimento populacional e a necessidade de atender as demandas existentes. De tal forma, várias novas técnicas foram implementadas a fim de dinamizar a produção e promover a manutenção de uma classe em ascensão. Esse tipo de produção inovadora detém aspectos que se baseiam na exploração dos indivíduos e da sua força de trabalho, levando a desvalorização do trabalhador em relação à moeda de troca, proporcionando assim a acumulação de riquezas para a classe burguesa – além das que já possuíam – provenientes da exploração dentro dos modelos econômicos anteriores que foram superados.

A deficiência estrutural do capitalismo, relacionada às crises do próprio Estado, diante do surgimento de um novo setor, apoiado em tecnologias consideradas inovadoras, de informação e comunicação, levou a um credo sobre a crise da racionalidade capitalista. Essa possível crise suscitou questões relacionadas a própria sustentação da sociedade do trabalho (CARDOSO, 2011, p. 270).

Desde seu surgimento e a transformação da ordem socioeconômica, esse sistema de capital tem cada vez mais se moldado para atingir meios diversos de

exploração do trabalho, e mesmo na ocorrência de adversidades, potencializa suas estruturas. Assim concretiza a sua finalidade de extrair ainda mais a força de trabalho dos sujeitos, sem, contudo, empreender remuneração condigna a estes. Diante da Pandemia de Covid-19, que se instaurou no mundo todo, questiona-se como esses rearranjos e meios de exploração atuam de modo a não assegurar garantias mínimas aos trabalhadores e os efeitos presentes nas relações de trabalho.

O presente artigo fora elaborado fundamentado em pesquisa bibliográfica, a qual nas palavras de Marconi e Lakatos (2011), se trata da investigação por meio de obras publicadas, que se apresentam em diferentes formatos, como livros, revistas, artigos, dentre outros impressos, que detém o objetivo de proporcionar o vínculo entre o pesquisador e seu objeto de estudo.

Dessa maneira, esta pesquisa traça em seu primeiro tópico a relação cíclica existente entre o trabalho, o trabalhador e o capital. No segundo tópico, apresenta a exploração existente à classe trabalhadora diante dos tempos contemporâneos. Por fim, no terceiro tópico destaca-se o impacto pandêmico na exploração do trabalho.

A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO, O TRABALHADOR E O CAPITAL

As descobertas tocantes às próprias determinações do que seria universal, a natureza se revela somente mais um objeto a ser modificado pela ação humana. Como sujeito da história, o homem perpetua o movimento de modificação da natureza a seu redor, bem como a si mesmo, transformando o ambiente e suas próprias perspectivas, de maneira que há a necessidade contínua de alcançar novas metas por meio da atividade que desenvolve. A história se caracteriza por um processo de "auto fazer-se" desse sujeito por emprego de sua atividade (AUGUSTO, 2013, p. 31-33).

Nesse contexto, de acordo com a caracterização de Navarro e Padilha (2007, p. 141), o trabalho possui um caráter múltiplo, exigindo assim a existência de conhecimento multidisciplinar. Trata-se de uma atividade laboral que acarreta uma experiência psicossocial, especialmente em razão de como é um aspecto central na vida cotidiana, o trabalho representa uma parte considerável do espaço e do tempo de desenvolvimento das atividades humanas. Não se resume a satisfação de necessidades básicas, mas atua também como meio de identificação, um

determinador das personalidades, que potencializa o desenvolvimento humano, no sentido de efetuar a participação na sociedade.

A atividade desenvolvida pelo sujeito não implica somente na produção de valor de uso, como também na produção de valor em si. O trabalho se apresenta como a subsistência do valor, quanto a sua determinação em sentido abstrato. Isso consiste na interligação de cada trabalho com todos os demais executados, de modo que a igualdade de labores dos mais variados indivíduos se dá por meio da redução para uma atividade que aparenta ser igual. Esse processo de redução acontece mediante a descaracterização dos elementos concretos de cada um dos tipos de ocupação existentes. Nesse sentido, todos os trabalhos se tornam iguais diante da sua designação como trabalho abstrato (AUGUSTO, 2013, p. 34).

A força desse trabalho, de acordo com Franco e Ferraz (2020, p. 846), trata-se do único componente utilizado na produção que tem a capacidade de gerar mais valor do que o seu próprio, denominado de mais-valia. Essa força motriz de todo o sistema econômico representa o lapso temporal de trabalho que o empregado disponibiliza para o seu empregador, não efetuando necessariamente a geração de valor que corresponde ao valor da sua força laboral, mas um valor excedente que resulta no acúmulo capitalista. O fortalecimento e expansão desse modo de produção permitiu ao capitalismo deter uma função estratégica de controle sobre toda a estrutura do trabalho e concentrar-se em aumentar o mais-valia, em termos absolutos ou relativos. Tal ocupação não diz respeito tão somente a racionalidade instrumental direcionada a ganância e acumulação irracional, mas a necessidade condicionadora da manutenção de capital para a sua própria sustentação, pois sem a constante expansão ele não se mantém (FRANCO; FERRAZ, 2020, p. 846).

Diante desse movimento cíclico, vale destacar que Marx (2014), afirma que todas as empresas existentes, que conduzem a processo produtivo de mercadorias, tornam-se em igual tempo, uma exploradora do trabalho empregado. Entretanto, somente com o modo de produção capitalista que decorre a verdadeira mudança, pois surge uma maneira de produzir e explorar que propõe uma nova estrutura econômica a ser aplicada na sociedade. Essa ocorrência se dá por meio de um desenvolvimento histórico, em que a organização dos processos de execução do trabalho e a criação de técnicas progressistas se especializam, de forma que todas as épocas anteriores e seus modos de produção foram superadas.

O tipo de produção capitalista é fundamental na produção de mercadorias, geração de valor de uso, de forma que, consoante ao trabalho real, a figura do trabalhador trata-se de mais um produtor do valor de uso. Contudo, a repartição social desse trabalho se baseia na produção genérica de mercadorias, sem discricionariedade e em larga escala, assim, o trabalhador não atua como sujeito individual nessa produção, mas como mais um dentro de um conjunto de trabalho que se move coletivamente (AUGUSTO, 2013, p.33). O trabalhador, quanto da sua cota de trabalho, dispõe de uma determinação realizada com a finalidade do capital, havendo o firmamento no valor de uso de produtos e no trabalho posto de forma abstrata (AUGUSTO, 2013, p. 35). De modo que a valorização real do trabalho realizado não se apresenta, havendo uma disposição vinculada aos interesses capitalistas.

Nesse processo observa-se a valorização da aparência, uma vez que se crê haver a prova de que o capital pode se autovalorizar, na fluidez da circulação, como um conceito que desconsidera o processo produtivo e, conseqüentemente, a exploração do trabalho. O aproveitamento da mesma força de trabalho possui a capacidade de gerar lucros distintos para vários capitalistas dentro de mesmo setor, assim há uma barreira para compreensão da natureza verdadeira do mais-valia (MARX, 2014). A exploração dos diferentes trabalhadores se distingue tão somente pela forma que ocorre, de modo que o proletariado industrial ou agrícola tem sua força de trabalho explorada pelo mesmo agente, que seria o capital, nas palavras de Marx (2012). Assim, por mais que se desenvolvam distintas atividades, na configuração moderna, constantemente haverá a manutenção da exploração.

É importante pontuar que a questão racial também se mostra como um fator determinante na dinâmica social do trabalho, de modo que a existência de modificações trabalhista e a exploração do trabalho possuem efeitos intensos nas populações racializadas. O impacto da valorização da força laboral de certos grupos sociais em detrimentos de outros, diante da sociedade de classes, representou uma aniquilação das oportunidades para pessoas negras, pois, historicamente, não possuíam elementos determinantes como: posições de vantagem social, poder político, possibilidade de concorrer na disputa da ascensão econômica, dentre outros. Enquanto pessoas brancas, pertencentes às camadas dominantes, possuem a capacidade de proteger-se e aos seus, bem como dispõem de condições de melhorar

a sua posição na organização do poder social, político e econômico, opunham-se as condições das populações negras que disputam constantemente as oportunidades residuais com os elementos marginais do sistema – começando pelos estratos mais baixos ou que não serviriam para outra atividade (FERNANDES, 2008).

Destaca-se, que a formação social brasileira é marcada pelas desigualdades entre os coletivos de pessoas negras, brancas, ricas e pobres. Essa diferenciação advém desde o período escravocrata e possui relações íntimas com as questões ligadas ao exercício do trabalho. Conforme Fernandes (2008), a distribuição de populações negras e mulatas nos espaços sociais estava inserida em um quadro de desvantagens quanto à competição com pessoas brancas nacionais ou estrangeiros caucasianos, de modo que, localizavam-se majoritariamente nas periferias e regiões marginalizadas. Os integrantes desses locais e possuidores das características da população negra, consideradas deficitárias, lutavam pela sobrevivência socioeconômica, por meio da economia de subsistência e postos de trabalho caracteristicamente rurais e semirrurais (FERNANDES, 2008).

É evidente, conforme Mello (2020), que existe não somente a fragilidade do trabalhador negro, mas as discrepâncias raciais presentes no mercado de trabalho, que certificam a permanência de um privilégio voltado aos brancos nessa esfera social. Muito embora “a informalidade e a precarização não sejam problemas exclusivos da população negra, é bem verdade que esse grupo, até então, está mais sujeito a esse tipo de problema” (MELLO, 2020, p. 24). A valorização do seu trabalho segue um movimento de dependência proporcional as características do sujeito que irá executar a atividade laboral. O sujeito branco terá sua força de trabalho majorada, enquanto o negro será relegado a trabalhos com baixa remuneração e alta exploração. Havendo, dessa forma, somente vantagens ao acúmulo financeiro das classes dominantes.

Em outra ponta, o capitalismo atual se apresenta em sua dinâmica planetária, posto o expurgo do socialismo real, conforme Netto (2014, p. 20), e com a consumação dessa irradiação, especialmente no fim do século XX. O regime do capital, diante dos seus domínios quase absolutos, experimentou revoluções tecnológicas, cada vez mais rápidas que tornam a anterior defasada, quanto a produção de bens materiais. Isso incorre na distribuição díspares de riquezas, em escala mundial, permitindo a modificação de toda a divisão social e técnica do

trabalho, implementando novas ordens sociopolíticas e econômicas com a elevada concentração de renda, propriedade privada e influência política, implicando na saturação de todas as interações socioculturais por meio da lógica mercantil (NETTO, 2014, p. 20).

O desenvolvimento das forças produtivas diante da grande industrialização foi moldado pelo uso das novas tecnologias que surgiram sucessivamente e a conectividade presente na rede da sistemática produtiva. Com essa configuração, houve a expressiva alteração da composição do capital de empresas e empregadores, especialmente ligados aos processos industriais de produção de bens, com a redução da força de trabalho empregada, sua consequente desvalorização, e uma aposta maior em elementos tecnológicos, em especial elementos computacionais. O reflexo desse movimento se apresenta não apenas no aumento de lucros proporcionados pelas inovações, mas também o rebaixamento da importância da força de trabalho, influenciando diretamente em procedimentos de desregulamentação das proteções trabalhista, na ampliação das terceirizações e da informalidade (FRANCO; FERRAZ, 2020, p. 848).

A sociologia do trabalho, de acordo com Santos et al (2020), se concentra na vulnerabilidade como um resultado da precarização do trabalho, em razão da centralidade do trabalho nos processos de interação social. Efetuando uma observação social, verifica-se que o desmonte dos direitos e a prejudicialidade normativa no ambiente de trabalho atinge, em especial, homens e mulheres negras (GALVÃO et al, 2019). A nova configuração do trabalho incidiu de forma profunda em comunidades marginalizadas, com baixa escolaridade e poder aquisitivo considerado ínfimo. Conforme Galvão et al (2019), as mobilizações coletivas foram historicamente integradas pelas populações menos privilegiadas que, diante desse cenário, deixam de integrar as organizações sindicais, pois são as principais atingidas pela mitigação de postos de trabalhos, pelo aumento da informalidade e pelo crescente trabalho autônomo.

As transformações mais recentes no tocante ao sistema de produção capitalista, propuseram a revolução tecnológica que resultou na alteração da produção e dos serviços, ação que implicou diretamente em mudanças nas relações sociais, nos dizeres de Cardoso (2011, p. 282). Se registra, nesse sentido, a

ampliação do poder concentrado no capital, sendo necessário repensar toda a estrutura, a fim de galgar quaisquer direitos.

O proletariado, enquanto classe, possui uma constante formação por uma cadeia de radicais que, nas palavras de Mattos (2013, p. 23), detém um enorme potencial de emancipação coletiva, o qual é delimitado pela necessidade de libertar todos os setores sociais. Conforme o autor, o ideal marxista busca se distanciar de uma concepção na qual há a supervalorização do papel filosófico como uma espécie de elucidação transmutadora, se aproximando da ideia de que o aspecto basilar de qualquer tentativa de transformação social real perpassa pela classe trabalhadora (MATTOS, 2013, p. 23).

No cenário nacional, a reforma consolidada referente às garantias trabalhistas se trata de um retrocesso, no que tange a proteção dos trabalhadores e as questões que lhes são caras, nos dizeres de Melo e Rancolato (2018). As previsões de avanços financeiros com a redução de direitos se mostraram fantasiosas, ao final das contas, diante dos mínimos resultados obtidos e frente a desburocratização proposta. O que se registra é a forte insegurança nas relações trabalhistas, que pode ser constatada pela pesquisa empreendida pelos autores acima citados e pela notória observação dos indicadores sociais nacionais. O pessimismo estabelecido no cenário atual, em que há o domínio de uma articulação política com tendências neoliberalistas e com o favorecimento dos donos dos meios de produção, possui suas bases na ineficiência em gerar empregos e movimentar efetivamente a economia (MELO; RANCOLATO, 2018).

O capitalismo, inerentemente, carrega consigo inúmeras contradições, a grande maioria relacionadas ao mundo do trabalho, posto que ao mesmo tempo que para o conceito social se trata de um meio de humanização e inclusão como sujeito ativo na sociedade, o trabalho é também, sob o filtro e a lógica do capital, instrumento de degrado, alienação e estranhamento (NAVARRO; PADILHA, 2007, p.14).

A EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

Nos primórdios do movimento de industrialização, houve a ruptura com os processos ligados à terra e ferramentas de trabalho, que atribuíam elementos típicos

da condição de camponês, anteriormente a maneira de produção capitalista. Desse ponto, esses sujeitos puderam denominar-se quanto ao mercado de trabalho como operários livres sem que estivessem ligados à terra, podendo deter um contrato de trabalho. Entretanto, desvinculados à propriedade, tornaram-se meros objetos, em que se exige a venda de sua força para o recebimento de um salário (SCOLARI, 2021, p. 50).

O modo de produção fordista estaria sendo substituído por novas formas de execução do trabalho, valorizando o método cooperativo, permitindo assim a criatividade inventiva dos sujeitos. Contudo, o que realmente acontece é a terceirização do trabalho, uma vez que as empresas concentradas no “primeiro mundo”, por exemplo, podem até estar usando um meio cooperativista, mas utilizam linhas de produção altamente exploradoras e fordistas localizadas nos países de “terceiro mundo” (ŽIŽEK; 2020, p. 30).

A concepção de exploração não se baseia na implicação de elementos morais, mas sim na disparidade existente entre a quantia paga pelo capitalista como remuneração salarial, e o valor devido e condizente com a exploração da força dos trabalhadores (SCOLARI, 2021, p. 62). De forma que, presente a disparidade entre esses dois fatores, se configura a exploração da classe trabalhadora em todos os seus aspectos.

Conforme Augusto (2013, p. 36), dentro do método de produção, o trabalhador atua na geração de valor maior ao valor de sua força de trabalho, de forma que resulta na execução do trabalho além do lapso que seria necessário para a reprodução da sua força de trabalho, e conseqüentemente no mais-valia. O capital está em um encadeamento que o autor chama de auto expansão, uma vez que não cria valor, se tratando de um produto que não gera um diferencial ou algo novo, havendo uma abstração. Nesse sentido, se apresentam como exemplar da relação existente entre as novas modalidades de trabalho ditos industriais, para Scolari (2021, p. 63), as empresas inovadoras tecnologicamente, em que essas empresas digitais transnacionais produzem em uma escala gigantesca, porém operam sem que haja o devido reconhecimento e proteção dos direitos trabalhistas dos seus empregados e a remuneração correta de sua força de trabalho.

Diante da desumanização cada vez maior do trabalho, a Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017) se concretizou em um cenário de mudança profunda no

contexto social brasileiro, tratando-se de uma ação caracteristicamente neoliberal. Desse modo, o objetivo central de tal mudança se atinha à flexibilização da legislação trabalhista e a extinção, ao máximo possível, de vínculos empregatícios (COSTA; ALMEIDA, 2018). Conforme Melo e Rancolato (2018), registrou-se, no pós-reforma, o aumento do emprego informal, mesmo com a presença de um discurso de criação de ferramentas que propiciam a proliferação de postos formais de trabalho, bem como um dificuldades para a sobrevivência das micro e pequenas empresas com o consequente alargamento de benefícios direcionados aos grandes empresários e conglomerados empresariais. A proposta de benefícios se apresenta com baixa significância, diante das necessidades de trabalhadores e empresários de pequeno porte.

Esse movimento ocasiona paradoxos quanto a exploração laboral, especialmente quando analisada as ferramentas modernas de trabalho. Enquanto possibilita aos empregadores redução ou não concessão de direitos de seus subordinados e a utilização crescente de plataformas tecnológicas, ao não registrar a existência de vínculos empregatícios, passa a ser questionada sobre esse modelo de trabalho. Há, nesse meando, a aplicação em larga escala de um trabalho precário, que se apresenta como falseadas colaborações ocasionais (SCOLARI, 2021, p. 64).

Em outra ponta, com o advento das novas normatizações trabalhistas, é perceptível a queda de demandas que lutam pela reparação de direitos trabalhistas. Essa diminuição acompanhou o ritmo da geração de novos postos de trabalhos, o que representa, de certa forma, a fragilização da geração de renda. Além desses efeitos, a ausência de segurança jurídica, promovida pelas alterações trabalhistas, evidencia que a existência de baixo valor atribuído ao trabalho, não se ocupando com os direitos dos trabalhadores – preferindo a extirpação destes – assim como as condições laborais as quais estão submetidos (MOURA, 2019). Essas novas configurações funcionam também como mecanismos de afastamento de qualquer ligação trabalhista, o que colabora com o enfraquecimento do trabalhador na luta pelos seus direitos e a produção de quaisquer provas nesse sentido. Os empregos existentes são poucos e obedecem a essa lógica.

As modificações presentes na legislação trabalhista possuem reflexos em legislações distintas, em especial com os benefícios previdenciários, posto se tratarem de setores que se correspondem, formando uma complexa relação (COSTA;

ALMEIDA, 2018). O pleno exercício de cidadania se dá pelo gozo das garantias constitucionalmente previstas. O exercício laboral representa a possibilidade de subsistência e progresso econômico, a tentativa de preenchimento do mínimo existencial, e se irradia nas questões previdenciárias, assegurando uma reserva financeira necessária para ser disposta na idade avançada do cidadão. Ocorre que, logicamente, sem trabalho, é quase inexistente a contribuição previdenciária e, conseqüentemente, inexistente o valor previdenciário digno para aquele que já não pode mais contribuir com sua força de trabalho.

Nesse contexto, o trabalhador é posto como valor diante da produção de mercadorias, uma fração da avaliação do que é produzido, se concretizando através do dinheiro, com um fim de caráter social. A relação de trabalho se dá por meio da produção, não por meio dos trabalhadores de forma direta, de forma que o trabalho se torna uma socialização por meio das coisas. Assim, o trabalhador é renegado como sujeito, uma vez que o meio de produção generalizado existente, objetifica e aliena esse sujeito (AUGUSTO, 2013, p. 38).

Muito embora haja o interesse de realizar uma recuperação histórica da organização e formação da classe trabalhadora, que seria essencial para a mudança da realidade apresentada, para Souza (2014, p. 102), além de toda uma estrutura de opressão, resta a problemática no tocante ao entendimento das populações que foram escravizadas. Esse contingente é aquele que especialmente sofre com os novos reajustes da exploração da força de trabalho. Historicamente, conforme Souza (2014, p. 102), possibilitaram, a contragosto, o desenvolvimento da economia do capital, como trabalhadores forçados, de modo que se registra uma formação identitária em comum com todos os outros sujeitos, que detiveram seu trabalho explorado.

As novas modalidades e execuções de trabalho, estas periclitantes quanto a visão dos direitos, se espalharam globalmente, de modo que toda a classe trabalhadora de distintos setores econômicos foi atingida. Em maior ou menor grau houve a transmutação dos métodos de trabalho, mas para uma significativa parte apenas sobrou o desemprego, já o restante que se manteve em algum tipo de ocupação, o fez diante da concessão de direitos e jornadas de trabalho com durações maiores (BRIDI, 2020, p.151-160).

Isto se mostra como um ciclo, com muito mais ligações do que se percebe. A título de exemplo, quanto a organização do trabalho em escala globalizada, conforme

Žižek (2020, p. 40), nos países em desenvolvimento é perceptível a existência de milhões de empregados manuais, existindo enormes distinções entre os operários imateriais, que atuam no cuidado de pessoas na terceira idade. Também se nota a gigantesca diferença entre os trabalhadores que estão na chefia de empresas e aqueles que passam longas jornadas de trabalho diante do computador, sozinhos em suas casas, e que por vezes possuem mais conforto do que os seus empregados, advindo da relação de acumulação dentro da dinâmica do trabalho.

O quadro no qual se encontra a realidade brasileira, bem como em outros países periféricos, está plenamente inserido na abordagem que apresenta a dominação e a reprodução de desigualdades, baseada num sistema de direito desumanizante que proporciona o crescimento cada vez maior de uma concorrência. Ao mesmo tempo, existem particularidades interessantes e, de certa forma, assustadoras, que historicamente fazem parte das estruturas governamentais desses países, são elas o atrativo e o tensionamento existente entre o populismo e a sua expulsão pelo autoritarismo violento na esfera estatal, e essa ação se manifesta muito além do campo exclusivamente político (PONZILACQUA, 2018, p. 243). A subordinação, como uma das inúmeras formas de exploração do trabalho – além dos trabalhos livres e que são tipicamente assalariados – se perfaz como uma ferramenta inerente aos mandos capitalistas e ao exercício obrigatório da mercantilização da força do trabalhador, esta que justamente se baseia nas mais diversas formas de exploração do trabalho (SOUZA, 2014, p. 94).

A dignidade da pessoa humana, enquanto princípio universal, orienta a existência digna de inúmeros sujeitos no âmbito nacional e internacional. Tal noção principiológica encontra-se no ordenamento trabalhista, conforme Leite (2019), ao estabelecer deveres entre empregadores referentes aos seus empregados quanto à salubridade do trabalho, remuneração digna e respeito a sua integridade. Nesse sentido, o valor social do trabalho se põe como um guia das relações trabalhistas, visto o valor de labor na sociedade e, em tese, não dá margem para a existência de quaisquer práticas que deturpem essa valoração, como o trabalho infantil, atividades em regime análogo a escravidão, assédio, trabalho degradante, à título de exemplo. Entretanto, a modificação normativa permitiu a execução do trabalho em condições prejudiciais aos trabalhadores, esvaziando a sua proteção e corrompendo a função social das empresas (LEITE, 2019). Dessa forma, registra-se mais um aspecto

prejudicial das leis trabalhistas, que atinge especialmente a classe trabalhadora, atendendo aos anseios dos donos dos meios de produção.

A insegurança quanto às questões financeiras, leva milhares de pessoas a buscarem formas de se manterem e suas famílias, sendo estes, em um quadro geral, sujeitos atingidos pela supressão de direitos e concentração de riquezas em classes mais poderosas. Mesmo que populações inteiras não se apercebem como privilegiadas em razão de suas posições na sociedade e vivam na ignorância quanto a realidade da população trabalhadora, ou como suas ações reverberam no campo contrário, Ponzilacqua (2018, p. 232) enuncia que, por exemplo, existe o efeito de um agente sobre outrem, sem que estes nunca tenham interagido de forma direta, ocorrendo essa interferência a distância.

As classes mais poderosas empreendem as modificações que necessitam para sua manutenção e a exploração das classes mais desamparadas. Desse modo, sob a justificativa de redução de ações estatais nas áreas das quais são oriundos programas e benefícios sociais, estes de acordo com as reivindicações de populações desatendidas, é promovida uma atuação desse mesmo estado com a finalidade de patrocinar a desregulamentação financeira, o consumo e o fluxo de capitais (PONZILACQUA, 2018, p. 243). Essas ações ocorrem a certa distância da classe trabalhadora, seja pela não distribuição do poder, seja pelos mecanismos indiretos que são utilizados e que permitem essa constância na exploração.

Como se observa a estrutura do sistema capitalista e suas grandes empresas passaram por transformações profundas. Contudo, essas modificações atingiram os objetivos do capital para disciplinar e atomizar a classe trabalhadora, ao invés de promover a libertação do trabalho assalariado dos aspectos alienantes e desumanizantes (SCOLARI, 2021, p. 69).

As violações admitidas pela legislação trabalhista passaram a possuir eficácia, validade e força legal, de modo que foram interpretadas como condizentes com a Constituição brasileira de 1988, mesmo prejudicando em algum aspecto a autonomia sindical, continuidade da relação trabalhista, irredutibilidade salarial e a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador. Essas alterações, que detêm a sua constitucionalidade discutida amplamente, ocasionaram a redução de inúmeros direitos e a validação de decisões jurídicas que em que se impera a não aplicação dos que ainda resistem (MOURA, 2019).

O IMPACTO PANDÊMICO NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Em meio às áreas periféricas, os trabalhadores domésticos, motoristas e entregadores de aplicativos, que entraram em contato com aqueles sujeitos que realizaram viagens, foram infectados e acabaram por infectar suas famílias em suas casas, e isto era uma realidade constante no auge do período pandêmico. As populações mais pobres e negras se apresentam de forma clara como os detentores de maior vulnerabilidade às consequências da pandemia (ESTRELA et al, 2020, p. 3434).

Assinala-se que os trabalhadores que mantiveram-se em atividade durante o pico das infecções, sem o direito à saúde minimamente assegurado – visto que esse direito abarca a possibilidade de adotar o distanciamento social adequado, o que não foi aplicado diante das circunstâncias iníquas de saúde e socioeconômicas – deveriam gozar de prioridade quanto ao controle da disseminação da doença e aos tratamentos na incidência da infecção por covid-19 (SANTOS et al, 2020). Ocorre que, essas pessoas que não possuíam a alternativa de cumprirem o isolamento, em razão das atividades que exerciam serem classificadas como essenciais e suas condições socioeconômicas serem deficitárias, não receberam a devida atenção e proteção de suas vidas. Notoriamente, muitos vieram a serem infectados e faleceram em decorrência das complicações da doença ou transmitiram para pessoas próximas, que tiveram tal destino.

Nota-se que a divisão de classes promoveu uma nova configuração em meio a disseminação do Covid-19. Por mais que exista o enorme apelo para todos se resguardassem em suas casas e efetuassem trabalhos de forma remota, apenas um grupo específico tem a possibilidade de fazer isso. Os trabalhos que foram executados em postos fora de casa, exigiam que os trabalhadores saíssem de suas residências, sujeitos a insegurança dessa situação, para que os outros sobrevivam na quarentena (ŽIŽEK; 2020, p. 42).

Observa-se que os ataques aos direitos trabalhistas em diversas esferas, pelas políticas neoliberais, contribuíram para que os titulares de tais direitos sejam extremamente afetados pela pandemia. Trabalhadores autônomos, informais e precários, não têm outra opção senão continuar em busca de uma fonte de renda,

para não morrer de fome, e arriscar-se contra o vírus (SANTOS, 2020). Diante de ações insuficientes do Estado, lhes restaram continuar com a efetivação de seu trabalho mesmo com os riscos à sua saúde, uma vez que se encontraram em desamparo social.

Abílio et al (2020), dispõe que existe um movimento de manutenção de trabalhos com longa jornada, ligado à diminuição dos valores de remuneração dos trabalhadores que atuam no setor de entregas, por exemplo. A disponibilidade desse tipo de serviço contribuiu para a efetivação do isolamento social no período pandêmico, mas significou também o risco de vida para esses trabalhadores e um aumento da possibilidade de contágio, resultando na potencialização da precarização do trabalho desses entregadores (ABÍLIO et al, 2020).

A pandemia retirou o véu que encobria a tragédia daqueles que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver, como os entregadores dos aplicativos, que não tem disponíveis condições mínimas de trabalho, o que levou ao acontecimento de diversas greves contra os perigos de exposição ao vírus e baixa remuneração (BRIDI, 2020, p.160). Os empregadores e grandes corporações, pertencentes ao lado “valorizado” da sociedade, não enxergam as necessidades dessas pessoas que pertencem a parcela invisibilizada da sociedade, por essa razão dificilmente fornecerão condições dignas de trabalho.

A interação entre os mecanismos de mobilidade e a Covid-19 se associam a dois outros fatores essenciais, que seriam a extrema desigualdade e a segregação socioespacial. Os níveis elevados das desigualdades sociais e das segregações espaciais tornam o alastramento do vírus menos democrático, havendo, em um primeiro estágio de contaminação, a dificuldade na disseminação da Covid-19 em espaços de vivência de pessoas excluídas, como periferias mais carentes das metrópoles (LEIVA; SATHLER; ORRICO FILHO, 2020, p.11). Entretanto, à medida que a doença adentrou esses espaços houve uma contaminação em larga escala, que foi negligenciada e por vezes fomentada.

A adoção do distanciamento social ordenou que diversos setores econômicos fossem fechados, a fim de barrar a propagação do vírus, e forçar que as pessoas se protegessem ficando em casa. Em alguns desses setores houve a possibilidade de continuarem as atividades por meio do teletrabalho, conhecido como *home office*, contudo, a organização dessa modalidade de trabalho encontrou diversas

dificuldades, pois muitos dos sujeitos que compõe a classe trabalhadora não detém a estrutura para essa ação em suas casas (SOUZA, 2021).

Quaisquer medidas no sentido de cumprimento de uma quarentena, de acordo com Santos (2020), incorrem em uma medida discriminatória em algum aspecto, posto que existem mais dificuldades para uns grupos sociais do que para outros, e é praticamente impossível para aqueles que exercem funções de cuidados. Durante o período pandêmico, em especial nos picos de contaminação em que era imperioso o cumprimento da quarentena, as distinções das formas de trabalho ficaram cada vez mais evidentes, posto que pessoas que antes não tinham de lidar com trabalho diretamente ligado ao cuidado humano, agora, se viam realizando esse tipo de serviço pouco valorizado. Na incidência pandêmica, de acordo com Prates et al (2021), a interação entre raça, classe e gênero gera uma delimitação acerca de quem realiza os trabalhos domésticos e o cuidado da população vulnerável, como idosos e doentes, e também dispõe quais as condições de execução dessas atividades.

As previsões referentes aos efeitos da pandemia, se mostram mais preocupantes quando levado em consideração a alta vulnerabilidade dos grupos familiares, pois há a grande densidade das aglomerações em espaços marginalizados. O número elevado de moradores em uma mesma residência e a baixa infraestrutura e saneamento se mostra preocupante, e associada a incapacidade estatal de lidar com a crise no setor de saúde e a falta de recursos suficientes para o tratamento dos doentes no auge da pandemia, se tornou uma situação desesperadora (LEIVA; SATHLER; ORRICO FILHO, 2020, p.12).

Diante de muitas questões que afloraram nesta pandemia, é necessário destacar que ganham os holofotes os acontecimentos relacionados ao gênero, posto que a quarentena se torna especialmente difícil para mulheres em situação de violência doméstica, e pode-se dizer até mesmo perigosa. Determinadas pessoas, assinaladas ao gênero feminino, além de estarem destinadas a papéis como cuidadoras de tudo e de todos, exercendo trabalhos desvalorizados, dentro da organização social, desempenham essa função dentro e fora de suas famílias, estando mais suscetíveis a todos os tipos de violência advindas de crises. (SANTOS, 2020). Enquanto trabalhadoras, mostram-se de grande importância para o funcionamento socioeconômico, mas não gozam da proteção necessária e se tornam ainda mais vulneráveis do que em condições de normalidade social.

Em outro setor, na ocorrência de uma duração estendida da pandemia, poderiam existir efeitos da Covid-19 na mobilidade urbana. Com a valorização exacerbada, por exemplo, de transportes privados, o que resultaria no sucateamento ainda maior dos serviços de transporte público. Consequentemente, essa individualização fundamenta a diminuição de recursos para garantir o pleno funcionamento com medidas de distanciamento e higiene, para tentar impedir o aumento de contaminações (LEIVA; SATHLER; ORRICO FILHO, 2020, p.16). Isso prejudica essencialmente o trabalhador que depende do transporte público, e outros serviços em razão de não possuir capital para desfrutar de serviços particulares e individuais.

Durante a pandemia, houve um aumento na requisição por um certo tipo de trabalho, qual seja a entrega de alimentos e muitos outros produtos, fato que ocasionou o crescimento não somente desse ramo, mas também da exposição ao vírus que aqueles que trabalham nessa área sofreram. De certo modo, isso chamou a atenção para as condições dramáticas que vivenciam (SOUZA, 2021). Em contrapartida, os setores de entretenimento amargaram com as restrições funcionamento e o impedimento da realização de eventos, por não serem serviços essenciais diante da crise sanitária. Tais setores, também chamados por Bridi (2020, p. 141) de economia criativa, foram imediata e distintamente comprometidos, em especial por necessitar do fluxo de pessoas. Desse modo, ao mesmo tempo que a requisição por serviços prioritários de entrega deteve aumento, serviços considerados descartáveis foram prejudicados, atingindo milhares de trabalhadores pela ausência de circulação econômica e pela baixa remuneração dos que foram demandados.

Neste gancho, quanto às distinções, surge a tentativa de compreensão quanto a como os agentes envolvidos nesse meio foram impactados, pois aqueles que se “destacam”, destinavam esses espaços para lazer e distração cotidiana, e para muitos excluídos esses locais eram fonte de renda, de subsistência e até um “respiro” frente às suas realidades. Serviços classificados como não essenciais continuaram com esse status para as pessoas que estão no conforto de suas posições como formadores de regras sociais, quanto aos sujeitos que não ocupam essa posição na sociedade, e veem tais serviços como único meio para prosperar, classificam-nos como extremamente necessário.

A previsão da Organização Mundial do Trabalho em 2020, afirmava que, no cenário brasileiro, os setores que mais foram afetados pela crise pandêmica seriam os setores varejistas, serviços de acomodação, alimentos e manufaturas. As áreas demonstram uma lenta recuperação após o pico de infecções e mortes, de forma que a reversão desse quadro de esfarelamento econômico somente é possível por meio da revisão da Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017) e da Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), responsável pela instituição do teto de gastos na visão de Costa (2020, p. 973). A reforma, a pandemia e a ausência de investimentos sociais pioraram a realidade dos trabalhadores, propiciando o aumento de contratações precárias, da informalidade e da insegurança laboral (COSTA, 2020, p. 973).

A crise econômica ocasionada pela Covid-19 destruiu ainda mais inúmeros postos de trabalho nacionais e estrangeiros. A emergência que se instaurou demanda a adoção de medidas que proporcionem a transferência de renda e promoção de empregos para proteger os trabalhadores que estão na informalidade e no subemprego. A longo prazo, se fazem necessárias políticas públicas que priorizem o desenvolvimento socioeconômico e se desfaçam dos ideais de austeridade fiscal, bem como que haja mais investimentos em programas sociais, no sentido de assegurar os milhões de trabalhadores com ocupações laborais informais e que residem em locais marginalizados (COSTA, 2020, p. 974).

A execução de diferentes tipos de trabalho de forma residencial, como afirma Souza (2021), se mostra bastante dificultoso, em especial para pessoas que não possuem habilidades tecnológicas. Entretanto, para os trabalhadores que não encontram alternativa de substituição em suas modalidades de trabalho, muito em razão de qual atividade se ocupam, e tem que continuar nas ruas, com destaque para a linha de frente de combate da pandemia, além das dificuldades existe um imenso descaso que lhes torna ainda mais vulneráveis. No panorama que apenas se agrava, não havendo esperança de significativa melhora socioeconômica ou contração no nível de contaminação, se observa que os efeitos da Pandemia se irradiam para ambos os lados da linha social, porém, muito por causa da constante invisibilidade que a classe trabalhadora possui, os impactos são devastadores visto que não há estrutura que possa, de alguma maneira, assegurar os indivíduos que ali estão situados.

Na era da informatização do trabalho, em que todas relações são interligadas de alguma maneira com o mundo digital, a sociedade está testemunhando a informalização do trabalho, sua precarização, flexibilização e terceirização, além da proliferação de subcontratos e jornadas de trabalho em tempo parcial com baixa remuneração e subproletariado, conforme Costa (2020, p. 972). Observa-se que houve um salto dos níveis de informalidade, pois concentravam-se em números baixos e, atualmente, figuram na casa dos 50% (cinquenta por cento). Ressalta-se que essa informalidade caracterizada corresponde ao seu sentido mais amplo, em que abarca o desfazimento de direitos, a extinção da rede de proteção social e a execução do trabalho sem carteira assinada. O desemprego crescente, o aumento da jornada e a redução salarial, são situações que se tornaram cotidianas para a classe trabalhadora (COSTA, 2020, p. 972). A constante informalidade, durante o período pandêmico, contribuiu para a insegurança laboral e transgressão da integridade dos trabalhadores e de seus direitos. Com isso a situação advinda da pandemia, que normalmente já é difícil, se tornou um martírio para essa classe.

A proteção do trabalhador trata-se de uma disposição que encontra suas fundações em disposições constitucionais, porém, no tocante ao mercado de trabalho e às contratações ali operadas, há o empenho em uma redução de custos tão significativa que representa uma agressão a essa garantia. Isso significa a satisfação crescente dos interesses do empregador em detrimento da estabilidade e interesses do trabalhador, fortalecidos por leis trabalhistas que se defrontam com o conteúdo constitucional (MOURA, 2019). As leis trabalhistas implementadas seriam inconstitucionais diante da violação à sua proteção integral, seja por baixa remuneração, redução de benefícios ou aumento da jornada de trabalho. Muito embora a atual configuração da legislação trabalhista apresente-se como violadora, continua em vigor e produz efeitos negativos. E diante do período pandêmico, os efeitos das alterações fomentaram a propagação da miséria, reduzindo a vida do trabalhador a um mero valor substituível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário pandêmico que se abateu em escala mundial, as implementações tecnológicas e a nova lógica do trabalho seriam a salvação das sociedades para

enfrentar o isolamento e os rigores necessários para impedir mais mortes. Contudo, isto se mostrou extremamente dificultoso para os trabalhadores, beneficiando somente as classes mais altas, uma vez que a operacionalização dessas tecnologias e sua aplicação de fato é realizada pelos primeiros.

Ante a progressão social e o advento de novas tecnologias, a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora ganhou novos mecanismos a fim de absorver qualquer tipo de benefício ao capital. Isto se mostra por meio das novas modalidades de trabalho e a necessidade de atender os anseios das classes dominantes, seja por meio da precarização do trabalho ou modificações legislativas que operem a extirpação de direitos trabalhistas, como ocorreu por meio da Reforma Trabalhista, a Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017). Por mais que se apresente em crise, as estruturas do capital se reinventaram de forma a empreender a sucessiva extração de todas as forças possíveis, e atingir a manutenção dos interesses das classes mais altas, pondo o trabalhador como um sujeito de menor valor em relação ao que é produzido.

Esse quadro de aproveitamento extremo do trabalho em detrimento daqueles que vendem sua força, agravou-se em meio a disseminação da Covid-19. Diante da distribuição desigual de recursos, o trabalhador se viu obrigado a arriscar-se em contrair a doença no momento de execução de suas atividades, a fim de manter sua subsistência. Assim, coletivos pertencentes às classes consideradas mais baixas e marginalizadas, tiveram que lidar com o desamparo estatal e comportamentos que implicaram no alastramento do vírus, muito por não lhes restarem outra opção.

Na existência do cenário crítico, como a pandemia, há a tendência de agravamento da situação de exploração na qual se encontra a classe trabalhadora. Por meio das inovações tecnológicas postas a serviço do capital iniciou-se uma nova maneira de utilização da força de trabalho. Essa utilização, ao trabalhador, de forma alguma significou bem-estar ou evolução quanto à relação de trabalho, somente a cíclica exploração com a manutenção dos interesses da classe dominante, pondo em risco a saúde e a integridade dos sujeitos a qualquer preço.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/74>. Acesso em: 08 ago. 2022.

AUGUSTO, André Guimarães. O sujeito histórico em “O Capital”. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v.1, n.1, p. 29-48, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/1>. Acesso: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 141-165, dez. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000300141&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2021.

CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, v. 23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000200011>. Acesso em: 26 ago. 2021.

COSTA, Ana Cristina Pereira da; ALMEIDA, Maria Goretti de. A reforma trabalhista e seus desdobramentos para a classe trabalhadora. In: IV Seminário CETROS “Crise e mundo do trabalho no Brasil: os desafios da classe trabalhadora”, 2018, Ceará. [Anais]. Ceará: Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-12758-15072018-160133.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online], v. 54, n. 4, p. 969-978, jul/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170x>. Acesso em: 26 mai. 2022.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid-19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903431&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”, volume 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR** [online], v. 17, p. 844-856, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395176936> <https://doi.org/10.1590/1679-395176936x>. Acesso em: 26 mai. 2022.

GALVAO, Andréia et al. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-270, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200253&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 mai. 2022.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LEIVA, Guilherme de Castro; SATHLER, Douglas; ORRICO FILHO, Romulo Dante. Estrutura urbana e mobilidade populacional: implicações para o distanciamento social e disseminação da Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 37, p. 1-22, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982020000100157&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Tradução: Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - o processo de circulação do capital**. Tradução: Rubens Enderle. 1 ed. São Paulo: Boitempo, v. II, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. Marx, o marxismo e o sujeito histórico. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v.1, n.1, p. 15-28, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/1>. Acesso: 27 ago. 2021.

MELLO, Luciana Garcia de. Reforma trabalhista e desproteção social: um devir negro do mundo. **Revista Da ABET**, v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2020v19n1.52350>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MELO, Francisco Egberto Martins; RONCOLATO, Carlos Eduardo de Oliveira Encontro. Os impactos da reforma trabalhista: um estudo sob a ótica da gestão do negócio. **Nacional de Cursos de Graduação em Administração - 29º ENANGRAD**. São Paulo: 2018. Disponível em: http://2018.enangrad.org.br/pdf/2018_ENANGRAD383.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

MOURA, Adryelly Regina Luiza. **A Reforma trabalhista: O afastamento da aplicação da Lei 13.467/17 por patente violação à Constituição Federal através do controle difuso de constitucionalidade**. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27522>. Acesso em: 26 mai. 2022.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>. Acesso em: 26 ago. 2021.

NETTO, José Paulo. Karl Marx, nosso contemporâneo. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 13-26, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/3>. Acesso: 27 ago. 2021.

PONZILACQUA, Márcio Henrique Pereira. A sociologia do campo jurídico de Bourdieu e Dezalay. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 226- 249, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000100226&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2020.

PRATES, Ian et al. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. **Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP**, n. 7, p. 1-39, fev. 2021. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Informativo-7-Desigualdades-raciais-e-de-g%C3%A9nero-no-mercado-de-trabalho-em-meio-a%C3%80-pandemia.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes et al. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 12, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>. ISSN 1678-4464. Acesso em: 26 mai. 2022.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Escravidão, trabalho e subalternidade: discussões atuais da historiografia do trabalho e da escravidão e o estudo da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 86-110, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/3>. Acesso: 27 ago. 2021.

SCOLARI, Fábio. Uma crítica do conceito de sociedade pós-industrial. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 9, n.16, p. 48-72, jul/dez. 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/420>. Acesso: 27 ago. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 19, out. 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462021000100501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo**. Tradução: Artur Renzo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

*Artigo recebido em 7 de julho de 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

**A ESTÉTICA DO MOMENTO - SOCIOLOGIA DAS PEQUENAS MANIFESTAÇÕES
COTIDIANAS**

**THE AESTHETICS OF THE MOMENT - SOCIOLOGY OF SMALL
EVERYDAY MANIFESTATIONS**

**LA ESTÉTICA DEL MOMENTO - SOCIOLOGÍA DE LAS PEQUEÑAS
MANIFESTACIONES COTIDIANAS**

Wanderson Barbosa dos Santos²³

Resumo

Este artigo tem como fio condutor o exame dos ensaios de Georg Simmel e Siegfried Kracauer dedicados à sociologia das pequenas manifestações do cotidiano. A ideia principal é apresentar, a partir da fortuna crítica dos autores, a forma dessa sociologia e sua conexão com os conceitos de ensaísmo e crítica. Defendemos, a partir dos escritos de Simmel e Kracauer, a forma de uma sociologia das pequenas manifestações do cotidiano ou uma sociologia dos microcosmos. Sublinhamos que essa sociologia, ao se dedicar a manifestações efêmeras e marginais, congrega um gesto sociológico e estético de compreensão da realidade histórico-social a partir dos fenômenos fragmentários e de superfície.

Palavras-chaves: Georg Simmel; Siegfried Kracauer; Manifestações do Cotidiano; Microcosmos; Superfície.

Abstract

This article aims to examine the essays by Georg Simmel and Siegfried Kracauer dedicated to the sociology of small everyday manifestations. The main idea is to

²³ Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB).

present, based on the authors' critical fortune, the form of this sociology and its connection with the concepts of essays and criticism. Based on the writings of Simmel and Kracauer, we defend the form of sociology of microcosms. We emphasize that this sociology, by dedicating itself to ephemeral and marginal manifestations, brings together a sociological and aesthetic gesture of understanding the historical-social reality based on fragmentary and surface phenomena.

Keywords: Georg Simmel; Siegfried Kracauer; Everyday Manifestations; Microcosms; Surface.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo examinar los ensayos de Georg Simmel y Siegfried Kracauer dedicados a la sociología de las pequeñas manifestaciones cotidianas. La idea principal es presentar, a partir de la fortuna crítica de los autores, la forma de esta sociología y su conexión con los conceptos de ensayo y crítica. Partiendo de los escritos de Simmel y Kracauer, defendemos la forma de una sociología de las pequeñas manifestaciones cotidianas o una sociología de los microcosmos. Destacamos que esta sociología, al dedicarse a manifestaciones efímeras y marginales, conjuga un gesto sociológico y estético de comprensión de la realidad histórico-social a partir de fenómenos fragmentarios y de superficies.

Palabras Clave: Georg Simmel; Siegfried Kracauer; Manifestaciones Cotidianas; Microcosmos; Superficies.

INTRODUÇÃO: DO FRAGMENTO AO MOSAICO

O presente ensaio tem como fio condutor o exame dos ensaios de Georg Simmel e Siegfried Kracauer dedicados à sociologia das pequenas manifestações do cotidiano. A ideia principal é apresentar, a partir da fortuna crítica dos autores, a forma de uma sociologia que se orienta a partir de ideias como o ensaísmo e a crítica. Da *Cultura Filosófica* (2020) de Simmel ao ensaio *O Ornamento da Massa* (2009) de Kracauer, podemos assinalar inúmeras correspondências entre os pensadores. A forma ensaística, a aproximação com a sociologia, a visada sobre objetos artísticos e a dedicação aos fenômenos do cotidiano são exemplos de tais correspondências que aproximam Simmel e Kracauer, sobretudo na exposição de uma reflexão estética e sociológica.

Do conjunto de correspondências encontradas nas obras de Simmel e Kracauer, propomos ensaiar os contornos de uma sociologia dedicada as pequenas manifestações da vida cotidiana. O olhar para o objeto cotidiano, superficial e “pequeno”, desvela do ponto de vista de uma análise da história do pensamento, uma

tradição intelectual que congrega uma tradição de reflexão que reúne o caráter singular da forma ensaio e da crítica.

Da análise da forma ensaística de Simmel e Kracauer propomos um destaque especial para as possibilidades de suas fortunas críticas no que diz respeito ao enfrentamento de problemas sociológicos contemporâneos. Observamos a atualidade da sociologia dos fenômenos cotidianos, na medida em que, torna-se mais frequente a crítica ao pensamento sociológico generalizador, da teoria que formaliza a experiência subjetiva e do discurso homogeneizante. O olhar para as pequenas manifestações do cotidiano, na linha de pensamento de Simmel e Kracauer, tenta reabilitar os aspectos da experiência subjetiva na produção de uma interpretação sociológica.

Nos escritos dos autores, a sociologia dos microcosmos não se confunde com uma espécie de atomismo irracionalista que hipostasia a vivência individual. Ao contrário, a sociologia desses autores parte do pressuposto de conexão entre o ponto de partida fragmentário e o cenário histórico social, isto é, trabalham na operação de redes de construção da realidade que entrelaçam os fios entre a experiência e a visão sociológica. O olhar para o fenômeno momentâneo e seus vínculos com uma realidade social mais ampla podem ser vislumbrados nos escritos dos autores através de exemplos como os ensaios sobre *A Psicologia do Coquetismo* (2006) de Simmel e *A viagem e a dança* (2009) de Kracauer.

O diagnóstico que funciona como pressuposto para esses teóricos é que, na modernidade, as configurações sociais se apresentam a partir de dinâmicas efêmeras, formas de associação momentâneas. A sociabilidade, o ritmo do sistema produtivo, a intensificação da vida nas grandes cidades são sintomas da aceleração do tempo. Nesse cenário, o fenômeno cotidiano se dissipa facilmente e imediatamente é substituído por outra experiência. O olhar que combina a descrição estética ao retrato sociológico do cotidiano objetiva “fotografar” as experiências efêmeras do moderno.

O meio para o registro estético do momento é o ensaio em sua inclinação poética. O gesto da sociologia de Simmel e Kracauer congrega de fato um núcleo de descrição literária. Do nosso ponto de vista, tal característica poética dos escritos dos autores advém da adoção da forma ensaio como meio de exposição das experiências históricas presentes no objeto do conhecimento.

A POÉTICA DO ENSAÍSMO

Pensando nas correspondências entre o registro poético e o ensaístico, a obra de Baudelaire se apresenta como parte do cânone no que diz respeito à combinação de gêneros. Em sua crítica moderna à modernidade, dois escritos do autor ajudam-nos a situar a compreensão dos fenômenos cotidianos e sua significação estética. No poema *A uma passante* (2019), Baudelaire descreve a aparição avassaladora do contato momentâneo no cenário da grande cidade. A mulher que passa e marca o eu lírico com uma experiência significativa: “Um raio... a noite vem! - Beleza fugidia, / Cujo olhar de repente me fez renascer, / É só na eternidade que eu te reveria?” (BAUDELAIRE, 2019, p. 295). Em outro escrito, dessa vez no ensaio *O pintor da vida moderna* (2010), o poeta de *As flores do mal* (2019) apresenta sua definição de modernidade, para ele: “[a] modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, 2010, p. 35, *grifos nossos*).

O fenômeno fugidio reivindica um modo específico para sua apreensão, uma espécie de olhar sensível ao seu movimento, contemplativo das formas vivas da beleza do momento. Nesse âmbito, a forma literária foi um terreno particularmente fértil para a exposição desses retratos do efêmero. Como a poética de Baudelaire que, ainda no século XIX advoga em relação ao protagonismo dos momentos mutáveis, inconstantes e singulares. O momento efêmero, no entanto, pode ser registrado, fotografado como sustenta Kracauer, afinal, mesmo sendo constituído pelas forças dinâmicas do encontro único, eles são portas de entrada para compreensão das manifestações culturais da vida moderna. Nesse aspecto, a literatura do século XIX se encontra com a sociologia de pensadores como Simmel e Kracauer, na medida em que, reconhecem a necessidade do olhar para os fenômenos do microcosmos para a montagem de um mosaico da sociedade.

Tal perspectiva de pensamento encontra-se naquilo de Robert Nisbet (1977) conceitua como uma sociologia como forma de arte. Nessa perspectiva, a sociologia tanto se aproxima de temáticas abordadas antes pela literatura, como também estetiza o conhecimento sobre a sociedade. Assim, elementos de imaginação, criatividade e busca por formas de expressões estéticas, aproximam alguns sociólogos dos artistas. A sociologia como forma de arte busca suas descobertas nos

objetos que se encontram marginalizados pelas ciências, o que para Nisbet se coloca como um problema, na medida em que a especialização da ciência moderna impõe tanto uma formação restrita ao cientista como também uma separação enfática entre a “descoberta” da ciência e a busca pela beleza. A sociologia como forma de arte se contrapõe a esse processo moderno de especialização e sistematização do saber e insere a estética como aliada na formação do pensamento ensaísta e acadêmico.

A noção de dependência entre arte e sociologia apresentada por Nisbet (1977) norteia os caminhos deste ensaio. Afinal, Simmel e Kracauer em suas tentativas de reabilitação da concepção de fragmento e superfície, atuam justamente nas margens do cientificismo moderno. Como pensadores do estético e do concreto, eles contribuem com o desenvolvimento de uma sociologia dos microcosmos, das superfícies e dos fragmentos.

A sociologia das pequenas manifestações do cotidiano parte desse pressuposto: os fenômenos modernos se condicionam a partir de uma lógica efêmera e, por esse motivo, deve-se refletir com um meio que apreenda a realidade em sua condição fugidia. Esse meio é o ensaísmo. O ensaio como forma de pensamento possui duas referências principais: Lukács e Adorno. Pensando alguns paralelos da concepção de ensaio dos dois autores, merece destaque uma certa equivalência entre essa forma de pensamento e o âmbito da arte. O ensaísta, ao se nutrir da poesia, tece seu escrito como se fosse literatura. Nesse aspecto, podemos assinalar o ensaísmo como uma espécie de meio-caminho, ou melhor, uma forma limítrofe que transita entre o mundo literário e as concepções científicas de sua época.

Mesmo sendo uma forma que navega sem âncora, o ensaio atraca no porto da literatura e da ciência e, em seu desembarque, entrega como espólio a crítica. Ele é navegado por um conceito particular de experiência que atua na articulação ambígua, ora harmoniosa, e, ora conflituosa, entre as vivências do autor e o mundo exterior. O entrelaçamento desse conjunto de fragmentos subjetivos e objetivos eclodem num gênero singularmente crítico, na medida em que, o ensaio somente se alicerça a partir do conjunto de conflitos nascentes do choque entre o eu e o mundo.

Lukács (2014), em sua concepção de ensaio, assinala o elemento estrutural da crítica no ensaísmo. Para o autor de *A teoria do romance* (2009), para além da concepção de crítica, o ensaio reúne o conjunto de possibilidades para se caracterizar como obra de arte: na medida em que o ensaísta se dedica às formas, à arte, à alma

e aos destinos. A dedicação às formas, portanto, concede ao ensaio as categorias de valor que o aproximam da forma artística, tanto pela poética da exposição da vivência intelectual, como também por sua dedicação aos objetos estéticos.

Por isso esses escritos falam das formas. O crítico é aquele que enxerga o destino nas formas, aquele cuja vivência mais forte é o conteúdo anímico que a forma, indireta e inconscientemente, abriga em si mesma. A forma é sua grande vivência; como realidade imediata, é a forma o elemento pictórico, o que há de realmente vivo em seus escritos (LUKÁCS, 2014, p. 40).

Em outra perspectiva, dessa vez encontrada na fortuna crítica de Theodor W. Adorno, o ensaio como forma contempla o diálogo iniciado por Lukács a respeito da relação entre literatura e arte. Adorno considera o jovem Lukács (ao lado de Simmel e Benjamin), um exemplo de ensaísta que contribui com a defesa de um pensamento dedicado à compreensão do objeto a partir de seus movimentos imanentes. Com uma orientação dupla de crítica e de interpretação, o ensaio para Adorno visa a história do conceito em busca de suas experiências na história. Como um movimento de recuperação, a forma do ensaio se afirma como adequada ao pensamento antissistemático, na medida em que seu objeto de pensamento são os fragmentos, os cacos e as ruínas da história: “[a] descontinuidade é essencial ao ensaio; [...]” (ADORNO, 2003, p. 35). Do pedaço, o ensaísta visa a essência do objeto, naturalmente, mediada pela experiência do pensador e a teoria: “[o] que determina o ensaio é a unidade do seu objeto, junto com a unidade de teoria e experiência que o objeto acolhe” (ADORNO, 2003, p. 36).

Portanto, o ensaio é a forma que reúne as melhores condições para a contemplação das pequenas manifestações do cotidiano, naturalmente, compreendido como fenômenos modernos que se estruturam por meio de lógicas efêmeras. O ensaísta visa essa dedicação ao traço do particular, ao microcosmo como parte do todo. Em outro âmbito, o ensaio como uma forma autônoma, pode se dedicar a objetos do âmbito da arte sem a necessidade de criação da novidade. A crítica precede tal movimento e oferece ao ensaísta a liberdade da interpretação da obra de arte, pois ao contrário da ciência tradicional, ele não visa a pura classificação das determinações e variáveis que compõem o objeto. Na contracorrente, o ensaísta visa o que há de mais singular no fenômeno, seus movimentos, o espírito que o constitui e as forças internas de sua formação. Além disso, cabe ao ensaísta a tarefa de estetização da vida cotidiana. O traço singular da manifestação cotidiana se

empobrece na investigação esquemática e sua descrição puramente formal. O ensaísta narra a passagem do momento, poetizando o movimento do objeto.

Em *Fragmentos da Modernidade*, David Frisby (1986), a respeito da forma de pensamento de Georg Simmel, destaca a relação entre estética e teoria social nos escritos do autor. Ao conferir uma ordem ontológica ao fragmento e a superfície, Simmel as insere no seu amplo entendimento sobre a “sociedade” como rede de associações, nesse sentido, o fragmento passa a ser lido em sua chave de conexão com uma totalidade de seu emaranhado de relações. Para Frisby, tal concepção de fragmento, portanto, pressupõe sempre uma função simbólica com a totalidade na qual, de certa maneira, já está contida na essência do fragmento (FRISBY, 1986). É nessa perspectiva que a sociologia de Simmel reivindica a sociologia que, tanto preenche lacunas do objeto fragmentário, como também contribui para o exame do jogo de experiências envolvidos no ato de conhecer.

A respeito do retrato intelectual de Kracauer e seus ensaios sobre o cotidiano, Chicote (2020) sublinha o papel fundamental de um conceito de crítica no autor e seu papel na compreensão de configurações subjetivas dos objetos analisados por ele. Como defende Chicote, o cotidiano é entendido como o âmbito da verdade para Kracauer e o ensaísta se dedica a mediar suas experiências na compreensão dialética da relação entre sujeito e objeto. Chicote defende que a ideia de mosaico aproxima os escritos de Kracauer das concepções dialéticas de Hegel, Marx e Lukács.

Daí que os aspectos formais de sua crítica, que em sua obra obtêm o nome de “mosaico”, podem ser consideradas como existência subjetiva consciente de categorias cuja existência objetiva também recebem o nome de “mosaico”. Esta compreensão dialética da coordenação sujeito-objeto coloca Kracauer em uma tradição teórica que passa por Hegel, Marx e Lukács, e que supõe que o desejo de mudar a realidade histórica anda de mãos dadas com seu conhecimento objetivo (CHICOTE, 2020, p. 83).

A sociologia junta-se a uma estetização do fragmento, entendido como momento de verdade e mediação para a totalidade. A estetização dos momentos da vida cotidiana presentes nas obras de Simmel e Kracauer destacam a correspondência fundamental entre a exposição ensaística e o caráter poético da interpretação. O jogo de interpretação da vida moderna transparece na tentativa do ensaísta de compor desenhos sobre o cotidiano. Mas, para além do caráter engenhoso desses pensadores, merece relevo a questão da forma do ensaio que materializa as intenções de um olhar estético sobre a sociedade.

Em certo sentido, ao ler a forma ensaio presente na obra de Simmel e Kracauer, observamos uma sociologia que pretende narrar também como literatura. A sociologia-ensaísta, olha, portanto, para as pequenas manifestações do cotidiano como sintoma de uma síntese do contexto histórico-social. Esse momento criativo se origina a partir do desenvolvimento da ensaística sobre a vida moderna e o entendimento que os momentos singulares do cotidiano somente podem ser apreendidos por uma forma de escrita que combinasse a estética e a sociologia.

SIMMEL E KRACAUER SOCIOLOGIA DAS PEQUENAS MANIFESTAÇÕES COTIDIANAS

Para nosso argumento, importa localizar o ensaísmo sociológico a partir da obra de Georg Simmel e seu papel para o desenvolvimento de uma tradição de pensadores dedicados ao que chamamos de sociologia das pequenas manifestações cotidianas. Por esse ângulo, podemos retomar algumas proposições do livro *Sociologia e Superfície* no qual Patrícia da Silva Santos (2016) apresenta uma importante análise e contextualização da constelação intelectual da sociologia alemã até o ano de 1933. Tomando como objeto os escritos de Kracauer, a autora destaca o papel de Simmel para o cultivo de uma sociologia multifacetada e desprendida das intenções de especialização do objeto de conhecimento. A dedicação aos fenômenos do cotidiano, segundo a autora, parte da sociologia das formas de socialização de Simmel e se materializam como um pensamento antissistemático. Na recepção de Kracauer das lições simmelianas, a sociologia se combina ao ensaio tendo em vista o exame dos fenômenos de superfície: “[o] olhar que Kracauer lançou sobre as manifestações de massa é informado pela teoria simmeliana de que as formas, sejam elas culturais, religiosas, artísticas etc., correspondem ao estágio de desenvolvimento histórico” (SANTOS, 2016, p. 59).

O papel central de Simmel para a sociologia das pequenas manifestações cotidianas, lembra o comentário de Habermas (2015) sobre o legado do pensador berlinense. No argumento de Habermas há uma chave importante para o prosseguimento do fio de nosso argumento: “Simmel foi mais um inspirador do que um autor ‘sistemático’ - mais um diagnosticador filosofante da época com impacto sociológico que um filósofo e sociólogo enraizado solidamente no domínio científico”

(HABERMAS, 2015, p. 237). Como sublinha Habermas, ao se posicionar de forma “flutuante” no cenário científico da sociologia, o pensamento simmeliano passa a se vivificar dessa posição de entremeio. São inspirações da arte, da poesia e da filosofia que dão forma ao ensaio do autor: “seus trabalhos deram o impulso que, de Lukács a Adorno, levaram à reabilitação do ensaio científico como forma” (HABERMAS, 2015, p. 239).

Se para Habermas o pensamento de Simmel pode ser definido a partir de uma espécie de dualidade entre ensaio e ciência, arte e sociologia, para Wolf Lepenies (1996) em outra perspectiva, o pensamento do autor da *Filosofia do dinheiro* (1958 [1900]), pode ser lido como uma tentativa de mediação entre poesia e ciência. O estudo de Lepenies (1996) aponta uma intenção de Simmel em apresentar seus ensaios como “obras de arte”, especificamente na elaboração estética de sua sociologia. Como destaca Lepenies em seu livro *As Três Culturas* (1996), a fortuna crítica de Simmel pode ser lida como um esforço para a mediação entre a esfera da arte e da ciência. O resultado é um ensaio que se propõe poético e a forma intelectual que congrega o artista sociológico e o poeta cientista.

Simmel desenvolve, portanto, uma forma de ensaio arqueável a um novo conjunto de objetos e fenômenos e é na aliança com a sociologia que tal postura intelectual visa o fenômeno cotidiano como narrativa estética. Assim como a obra de arte que se define pela apresentação singular e rara, as pequenas manifestações do cotidiano passam a ser lidas na mesma dinâmica. Há, nessa perspectiva, uma equivalência entre o gesto da obra de arte e o da efemeridade do traço do cotidiano. O que aproxima ambas as coisas são os contornos estéticos particulares que definem tanto a arte como as manifestações de superfície. O ensaísta orientado pela perspectiva de Simmel, então, investe suas forças intelectuais numa narração do instante, apreciando tanto o valor poético das formas, como seu significado para as sínteses de época.

Outra vez a referência ao livro *Sociologia e Superfície* (2016) se mostra essencial para o desenvolvimento da questão. Patrícia da Silva Santos (2016) dispõe a importante tese a respeito de uma conexão epistemológica entre Simmel, Kracauer e Benjamin. Na forma de excursão a autora sublinha que a herança crítica de Simmel pode ser vista na forma de conhecer o objeto que contempla sua “vivência” singular e a articula no conjunto de reflexões sobre a cultura (SANTOS, 2016, p. 62). A herança

epistemológica salientada por Santos (2016) também indica na exposição assistemática um ponto comum entre Simmel, Kracauer e Benjamin. Nessa perspectiva, os ensaios voltados para as manifestações de superfície são escritos em um duplo espírito: inicialmente são peças fragmentárias de um conjunto e, posteriormente, são reconstruídas de suas partes descontínuas num mosaico de pensamento.

Para o ponto que nos interessa neste ensaio, o reconhecimento da ponte epistemológica entre Simmel e Kracauer é importante para entender os contornos de seus ensaios sobre as pequenas manifestações cotidianas e seu significado para a sociologia. Ainda assim, é no aspecto epistemológico que podemos unir dois fios argumentativos que foram desemaranhados ao longo deste ensaio: o ensaísmo e a experiência. O ensaio une as experiências do escritor e as do objeto num movimento de compreensão de processos, como destaca Lukács sobre o entrelaçamento da experiência e a crítica na forma ensaio: “[o] ensaio é um tribunal, mas sua essência, o que decide sobre seu valor, não é, como no sistema, a sentença, e sim o processo de julgar” (LUKÁCS, 2014, p. 50).

No ensaio *O Curioso Realista* (2009), que Adorno dedica a Siegfried Kracauer, um conceito de experiência aparece ligado à sua concepção na sociologia de Simmel. Para Adorno (2009) a experiência deve ser lida como *medium*, isto é, uma mediação intelectual que permite ao pensador preencher as lacunas do objeto. Simmel é o exemplo dessa ensaística que tem como alicerce a experiência como *medium*.

Devia a Simmel não apenas a capacidade de interpretar fenômenos específicos, objetivos, voltando-se para aquilo que neles, segundo essa concepção, aparece em estruturas universais. Era-lhe, além disso, devedor de uma atitude de pensar e expor que, com demorado desvelo, articula um elo com o outro, mesmo lá onde elos intermediários atravancam o movimento do pensamento, onde o andamento poderia tornar-se tenso: pensar com o lápis na mão (ADORNO, 2009, p. 8).

Essa forma de pensar com o lápis na mão, isto é, da exposição por meio do rascunho, da visada para a produção de conhecimento que não objetiva o aprisionamento do objeto numa jaula sistemática, é muito particular do pensamento ensaísta de Simmel e Kracauer. Naturalmente, a vocação para essa forma de ensaio não é um traço exclusivo desses dois autores. Podemos pensar em outros, como o jovem Lukács, Walter Benjamin e Theodor W. Adorno.

Um breve rascunho de nossas ideias serve como ponto de passagem para o olhar para os ensaios sobre as pequenas manifestações cotidianas de Simmel e Kracauer. O porto no qual estão ancoradas as ideias de ensaio até aqui são: a compreensão da forma ensaio a partir dos conceitos de experiência, crítica e mediação; uma raiz epistemológica que une o pensamento ensaístico de Simmel e Kracauer; o entendimento do objeto cotidiano, da manifestação de superfície e do fenômeno efêmero como microcosmo reflexivo. Esses traços rascunhados que, naturalmente, se combinam com outros, montam uma primeira parte do retrato intelectual que propomos. É em Simmel que observamos uma proposta de pensamento que visa um olhar aprofundado para o caráter singular dos objetos e uma visada que não objetiva o estabelecimento do ponto final.

[...] a cultura filosófica precisa, em todo caso, manter a sua labilidade, precisa poder, diante de cada teoria singular, olhar para trás e retornar aos traços funcionais que todas elas têm em comum. *Os resultados do esforço podem ser fragmentários, mas o esforço não o é* (SIMMEL, 2020, p. 21, *grifos nossos*).

A partir de Simmel projetamos o tronco comum para a sociologia das pequenas manifestações cotidianas dos quais podemos derivar diversas ramificações nos escritos de Kracauer, mas também de outros pensadores da modernidade como Walter Benjamin²⁴.

A sociologia ocupa no pensamento de Simmel e Kracauer um papel fundamental, porém, não único. Como pensadores assistemáticos, seus ensaios dificilmente podem ser situados somente num âmbito restritivo das ciências do espírito. O ensaísmo dos autores é, portanto, multifacetado, condição que permitiu a eles uma dedicação intelectual a objetos não vistos como pertencentes a sociologia cientificista do período. Na valorização de objetos marginais, Simmel e Kracauer atuavam na contracorrente de um pensamento sociológico essencialmente preocupado com processos macrosociais da modernidade. Em outra perspectiva, é

²⁴ No ensaio *O todo e as partes - a forma ensaio e seu significado sociológico no pensamento de Georg Simmel e Walter Benjamin* (2021), foram analisadas as afinidades intelectuais entre os dois pensadores e as correspondências no que diz respeito a forma ensaio. O conceito fundamental que atua como ponte entre os dois pensadores é o de constelação (ou configuração), entendida como molde de pensamento ligado à forma do ensaísmo que visa o estabelecimento de conexões entre os fragmentos descontínuos da realidade. A constelação é, portanto, um modo de interpretação de ideias e valorização da experiência histórica inseridas nos fragmentos (SANTOS, 2021).

na pequena manifestação do cotidiano que eles visam apreender os movimentos dos processos sociais. Nesse sentido, olham para objetos marginalizados por uma visão sociológica mais tradicional. Simmel e Kracauer olham para as manifestações cotidianas visando suas dinâmicas singulares e, nessa perspectiva, reabilitando novos âmbitos para a sociologia, por exemplo, objetos estéticos.

O ensaio *Psicologia do Coquetismo* de Simmel (2006) transparece alguns atributos a respeito da lógica singular das pequenas manifestações do cotidiano. Ao olhar para o fenômeno do coquetismo, Simmel observa o movimento pendular dessa forma de relação social: se por um lado a sedução opera de forma lúdica para a revelação do querer agradar, por outro lado, ela somente se concretiza na medida que o desejo se coloca de forma tímida, como se fosse um segredo. Nesse jogo de sedução entre os indivíduos, o coquetismo existe como fenômeno flutuante, na medida em que, depende de uma fina tessitura de relacionamento entre impulsos de recepção e repulsa, proximidade e afastamento. Quando um dos impulsos é superado, seja na entrega definitiva entre os amantes ou na objeção definitiva, o movimento pendular do coquetismo, como fenômeno momentâneo, decididamente desaparece. Ele somente pode existir em sua não realização, na medida em que é um fenômeno cotidiano de entremeio.

A ideia é pensar o coquetismo como um microcosmo do qual pode-se interpretar o jogo de relações sociais entre indivíduos. Sua dinâmica interna é a do prazer da conquista, porém, numa sedução que se mantém no plano de uma fantasia contínua. A troca de olhares, os gestos, o movimento do corpo, nesse sentido, visam manter o jogo de interesses. O espírito do coquetismo é uma forma de sedução sem diretriz. Uma passagem do ensaio de Simmel é significativa para compreendermos seu olhar para essa forma de relação social. Nela o autor mira sua narração no olhar da coquete: “[e]le tem a atração do segredo, do furtado, que não pode ter duração, onde, por conseguinte, o sim e o não estão intimamente mesclados” (SIMMEL, 2006, p. 96). O próprio olhar no coquetismo congrega sua existência dualista, distanciamento e aproximação, desejo e desinteresse, prazer e sofrimento. Tal condição no dualismo, o pêndulo das formas de socialização entre indivíduo, segue o atributo mais abrangente dos encontros efêmeros da modernidade.

Do encontro efêmero entre indivíduos, a fantasia e as convenções sociais são mobilizadas no interior de sua forma. Desse pequeno conjunto de gestos que

configuram o comportamento de sedução, Simmel extraiu inúmeros significados sociológicos. Seu ensaio narrativo visava apreender o conjunto de fios que compõem o tecido das formas de socialização. No ensaio de 1909 que analisamos já há um exemplo do gesto sociológico de Simmel e sua combinação com uma narração artística atenta aos detalhes e as manifestações mais ínfimas das relações sociais.

No ensaio *A Aventura* Simmel (2014a) mostra, a partir do exemplo do ato de se aventurar, como convergem sentidos da experiência subjetiva e o significado sociológico do embate com o desconhecido. O tipo sociológico do aventureiro se apresenta, assim, como uma forma de extrapolar os âmbitos cotidianos da vida, na medida em que, como uma forma, ele visa o desconhecido numa combinação singular entre realidade objetiva e sonho. Para Simmel, a realidade objetiva se dilui processualmente na medida em que o aventureiro incorpora o espírito do momento incalculável e da configuração totalmente nova.

No ensaio sobre a aventura, Simmel equivale o aventureiro ao artista e ao filósofo. Para ele, ambos congregam o mesmo gesto: “[...] pois a essência da obra de arte é que ela recorta um pedaço da linha infinitamente contínua da plasticidade e da experiência [...]” (SIMMEL, 2014a, p. 171). A aventura como desdobramento da experiência subjetiva, uma forma sem diretriz de conhecimento, se aproxima da filosofia pois o pensador conclama o “insolúvel”, isto é, um ensaio para o conhecimento da alma. A aventura não pode ser objetiva, na medida em que ela não é um fim. A forma da aventura é meio de experiência: “[o] que é decisivo para este fato é que a aventura, segundo sua essência e seu encanto específicos, é uma forma de experiência” (SIMMEL, 2014a, p. 179).

Do desenho mais singular da forma da aventura podemos pensar no seguinte fio argumentativo: a aventura é uma forma aberta de formação, em razão do espírito do imponderável tensionar a criação de um conjunto de experiências novas. A aventura também compõe o repertório das pequenas manifestações cotidianas como fenômeno efêmero e elaborado no reino simbólico. A forma da aventura é adversária do fenômeno ordinário, isto é, comum a todas as coisas. Ela se movimenta a partir de sua lógica singular sendo intransferível entre os indivíduos. Não se pode confeccionar um manual de aventuras, na medida em que, a própria imposição de um caminho para o aventureiro se mostra contraditória com seu espírito. A aventura é uma forma que

demanda sempre sua singularidade, requisitando sempre um movimento que é alógico.

No âmbito das pequenas coisas encontramos desde os gestos até os resíduos materiais da cultura do passado. Esse tipo de ensaio, portanto, possui como característica tanto a perspectiva do olhar para o objeto como síntese, como também se voltam para a condição fossilizada da cultura do passado, isto é, para as formas antigas presentes como experiências do objeto. Esse é o caso do ensaio *A Ruína* de Simmel (2014b). Nele o vestígio arquitetônico é lido a partir da chave da preservação da cultura no embate entre as forças da cultura e da natureza.

As ruínas sintetizam uma reviravolta no âmbito das artes arquitetônicas: são fragmentos de uma obra de arte tornam-se novas totalidades mesmo em sua caracterização descontínua. O vestígio arquitetônico, assim, são para Simmel novas totalidades da arte na qual cultura e natureza passam a coexistir: “[d]ito de outra maneira: o que constitui a sedução da ruína é que nela uma obra humana é afinal percebida como um produto da natureza” (SIMMEL, 2014b, p. 137). Ao reunir cultura e natureza num fragmento específico, a ruína se apresenta a partir de um dualismo específico, de acordo com o olhar de Simmel: é tanto afastamento do espírito objetivo, na medida em que a obra é constituída por um processo de decomposição e destruição natural, ao mesmo tempo que a natureza somente se afirma no abraço com a alma humana.

O fragmento arquitetônico, visto na tradição da sociologia das pequenas manifestações do cotidiano, congrega ainda um outro dualismo: a relação entre o passado e o presente. Diz Simmel: “[a] ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos e restos, mas segundo seu passado como tal” (SIMMEL, 2014b, p. 141). Como vestígio, a ruína sintetiza a processualidade da cultura e seu caráter transitório, mas que, por outro lado, sublinha o papel das permanências e da cultura, mesmo que em aspecto vestigial. A visada de Simmel sobre as ruínas é decisivamente estética e sociológica. Há no pano de fundo de seu ensaio um sentido de explicação histórico da arte e outro de sociologia da arte.

O coquetismo, a aventura e a ruína devem ser lidos como formas de apresentação das pequenas manifestações do cotidiano. Um olhar insinuante, a decisão de sair sem diretriz ou o vestígio da história cultural, a partir do olhar da sociologia das pequenas manifestações cotidianas, são lidos como fragmentos do

mosaico da cultura. Ao pensador cabe a composição das peças descontínuas e sua montagem numa totalidade efêmera. Nesses pedaços da cultura podemos encontrar alguns sentidos perdidos. O pedaço tem uma relação enigmática com a totalidade. A sociologia das pequenas manifestações do cotidiano enfrenta tal enigma visando o estabelecimento dos fios que enredam o tecido cultural.

Ao voltarmos nosso olhar para os escritos de Kracauer e sua relação com a sociologia das pequenas manifestações do cotidiano, podemos assinalar uma relação biográfica e intelectual do autor com Simmel. Na mesma linha que o argumento de Santos (2016) em *Sociologia e Superfície*, propomos apresentar o caráter singular do ensaísmo de Kracauer. Esboçaremos algumas reflexões a partir de alguns ensaios como *Os empregados* (2008), *Ornamento da Massa* (2009) e o livro *Jacques Offenbach e Paris de seu tempo* (1994). Essas obras, lidas na constelação de escritos de Kracauer, iluminam uma série de questões presente neste ensaio a respeito das teses sobre a sociologia das pequenas manifestações cotidianas.

O conjunto de ensaios que compõem o livro *Os empregados* pode, numa leitura imediata, parecer de forma dissonante em nossa abordagem. Afinal, o título faz menção a um elemento totalmente atinado ao objeto de estudo de uma sociologia tradicional, isto é, o estudo dos estratos médios e as formas de organização de classe. Até aqui estamos nos acostumando a ensaios dedicados a pequenos gestos do cotidiano, a arte e a artefatos culturais. O ensaio de Kracauer é engenhoso na combinação entre a sociologia e o ensaísmo dedicado às pequenas manifestações. Essa aparente identificação com a produção tradicional da sociologia, no entanto, imediatamente se dilui nas primeiras páginas do livro. Kracauer propõe uma análise da situação dos estratos médios berlinenses, a classe de funcionários que emerge da burocracia e do trabalho liberal foram para Kracauer o mote para a apresentação de um retrato de fragmentos da modernidade.

O traço ensaístico da sociologia das pequenas manifestações cotidianas encontra-se na forma de composição que Kracauer (2008) adota no livro: a realidade é lida como um retrato em construção. O argumento, nesse sentido, congrega testemunhos, filmes e romances que contribuem com a construção de uma imagem dos empregados de Berlim. Para Kracauer, cada empregado representa um microcosmo de sentidos da realidade na qual uma visão mais generalista sobre sua situação, inevitavelmente, pauperizaria os contornos mais circunscritos da sua

subjetividade. O livro, portanto, apresenta um movimento contínuo entre o momento singular da experiência individual e seu diálogo com os âmbitos mais abrangentes, no que Kracauer defende uma interpretação da sociedade a partir de seus extremos.

A realidade é uma construção. Certamente a vida deve ser observada a fim de que a realidade se constitua. Mas esta de nenhum modo se encontra construída na série de observações mais ou menos casuais que conformam a reportagem; antes bem, se encontra única e exclusivamente no mosaico que se compõe a partir das observações individuais, sobre a base de conhecimento do conteúdo da realidade. A reportagem fotografa a vida; um mosaico como esta seria sua imagem (KRACAUER, 2008, p. 117-118).

Na sociologia de Kracauer o conhecimento é construído como um mosaico, ou seja, se forma a partir de fragmentos do microcosmo social. Esses mosaicos, porém, são imagens efêmeras, narração estética do momento. Para Kracauer o conhecimento é construído a partir de fragmentos e sua apresentação se dá como uma fotografia. A valorização do mosaico e do fragmento aproximam os escritos de Kracauer a outros ensaístas como, por exemplo, Walter Benjamin que pensa o objeto do conhecimento a partir de seu movimento imanente. É uma das formas de assinalarmos heranças intelectuais para olharmos para os aspectos referentes à construção do conhecimento, algo que já mencionamos nas páginas propedêuticas deste ensaio a respeito de possíveis pontes entre Simmel e outros pensadores. Voltando a Kracauer, a sua engenhosidade ensaística põe relevo a essas construções reflexivas sobre a realidade, como no livro sobre Jacques Offenbach.

Em *Jacques Offenbach e a Paris de seu tempo*, Kracauer (1994) apresenta a proposta inovadora de uma biografia da sociedade [*Gesellschaftbiographie*] tomando como mote a vida de Jacques Offenbach. O gênero da biografia se expande em seu trabalho, na medida em que abarca a sociedade pelo prisma da trajetória de um artista. Nesse percurso, importa para o autor a construção da atmosfera parisiense e uma minuciosa narração da modernização da cidade, as novas construções, sociabilidades e dilemas cotidianos enfrentados pelos indivíduos. O mosaico de Kracauer toma uma outra forma: os pedaços são compostos por fragmentos da experiência cotidiana. A nota sobre a transformação arquitetônica de Paris dá o tom do mosaico de experiência. As novas construções que visam dar maior fluidez para o consumo de mercadorias e a fabricação de desejo da capital parisiense empurra os indivíduos para um constante sentimento de não-pertencimento na cidade. O *boulevard* é visto sob esse prisma por Kracauer, na medida em que é símbolo máximo

da racionalização econômica moderna e ao mesmo tempo se apresenta como território de desenraizamento subjetivo. Em meio a essa interpretação da modernidade Kracauer situa a solidão de Offenbach e sua *exterritorialidade* na cidade²⁵.

Nas dicotomias entre contexto social e experiência subjetiva, Kracauer escolhe o caminho do indivíduo para sua interpretação da modernidade parisiense. É como se sua sociologia não pudesse se desprender de um microcosmo específico para, no caminho investigativo, esboçar seus movimentos mais singulares. A ousada defesa de uma proposta de biografia da sociedade expõe de antemão os caminhos da sociologia das pequenas manifestações cotidianas de Kracauer, na medida em que a história-social de uma cidade passa a ser narrada pela ótica da trajetória do indivíduo.

O jogo interpretativo desse ensaio pode ser sintetizado em duas possibilidades artísticas da pintura: o panorama e o retrato. Enquanto o panorama mostra uma visão ampla que denota existência coletiva aos personagens, o retrato se dedica aos aspectos minuciosos do contorno singular, da feição única e do detalhe que caracteriza. O primeiro se permite as distorções do olhar mais abrangente. O segundo visa a composição mais próxima do modelo original. Se pensarmos no exemplo da literatura, para caminharmos no detalhe do argumento, o primeiro gesto, o da generalização, pode ser lido como os personagens coletivos da literatura a exemplo dos encontrados em *Os miseráveis* (2014) de Victor Hugo. Seus personagens sempre são representantes de algo a mais e suas ações incorporam um espírito de coletividade. Numa outra perspectiva temos a literatura que narra o microcosmo, como *Madame Bovary* (2011) de Gustave Flaubert na qual o leitor se vê no emaranhado dos embates mais íntimos da personagem, a formação da subjetividade e os percalços de sua afirmação em relação aos costumes sociais. A trama se dá no âmbito das pequenas manifestações do indivíduo e a afirmação de sua personalidade. O ensaísmo de Kracauer, pensando nas imagens dos exemplos mencionados, caminha na perspectiva do retrato sociológico e do romance que narra os sentimentos e complexidades do objeto singular.

²⁵ Machado (2007) apresenta a questão da exterritorialidade de uma perspectiva da leitura dos ensaios de Kracauer e do jovem Lukács. Para o autor, na produção ensaística de Kracauer há como foco fornecer espécies de mosaicos sobre as transformações da modernidade. O indivíduo na modernidade, em sua condição transcendente, foi interpretado por Kracauer a partir de uma visada rumo às suas singularidades. No conceito de exterritorialidade emerge a perspectiva de apresenta o momento singular da modernidade, a partir de Jacques Offenbach, ao mesmo tempo em que são apresentados uma experiência sociológica de uma época (MACHADO, 2007, pp. 205-206).

A ensaística de Kracauer se situa no âmbito das pequenas coisas. No argumento de *O Ornamento da Massa* podemos ler tal predileção do autor a partir da definição de manifestação de superfície: “[o] lugar que uma época ocupa no processo histórico pode ser determinado de modo muito mais pertinente a partir da análise de suas discretas manifestações de superfície do que dos juízos da época sobre si mesma” (KRACAUER, 2009b, p.91). As manifestações de superfície são a chave para a compreensão de seu método de apreensão da realidade. A pequena manifestação singular é o primeiro passo da composição do mosaico de fragmentos. No argumento de *O Ornamento da Massa* subjaz uma ponte com o pensamento de Simmel no que diz respeito à ideia de interpretação de superfície e o caráter impermanente da ensaística.

[...] é presunçoso achar que o aprofundamento a partir da superfície da vida, a escavação de camada após camada de ideia subjacente a cada um de seus fenômenos, isso a que se pode chamar de interpretação - que isso, enfim, teria de levar necessariamente a um ponto final e que este flutuaria desamparado no ar, se não fosse direcionado por um desses pontos (SIMMEL, 2020, p. 21).

A visada em relação aos fenômenos de superfície aproxima Simmel de Kracauer inclusive no que diz respeito a adoção da forma ensaio como meio de exposição “sem ponto final”. Vejamos a forma como o estudo de superfície aparece nos escritos de Kracauer.

Em outro ensaio que compõe *O Ornamento da Massa*, dessa vez o texto intitulado *A viagem e a Dança*, Kracauer (2009) busca apontar em duas manifestações de superfície adotadas pela sociedade burguesa os significados para o estabelecimento de uma síntese de época. A viagem é instrumentalizada pelos estratos burgueses na tentativa de, por um lado, proporcionar o “desligamento” de sua situação cotidiana e, por outro lado, como forma de obtenção de “experiências”. No que diz respeito a manifestação da dança, o autor observa a sua transformação em um conteúdo em si, isto é, a dança deixa sua forma de apresentação objetiva de uma época e passa a se expressar apenas pela questão do movimento e ritmo: “[s]e, nos seus inícios, a dança era um ato de culto, hoje é um culto do movimento; se anteriormente o ritmo era uma declaração psicoerótico, hoje o ritmo satisfaz a si mesmo [...]” (KRACAUER, 2009a, p.83).

Em seu momento de aparência, a viagem e a dança representam duas formas de gozo da liberdade. A liberdade de trânsito e ampliação dos conteúdos subjetivos

por meio da viagem e a liberdade do movimento do corpo por meio da dança contemporânea. Embora, de fato, essas manifestações de superfície indiquem tais possibilidades da liberdade da sociedade burguesa, Kracauer encontra um significado oculto para elas. Da aparência de uma total libertação do indivíduo ambas, a dança e a viagem, se concretizam em expressões de formalização e disciplinarização do movimento na sociedade burguesa. A viagem na sociedade moderna não pode ser mais caracterizada por um ideal de aventura (como aquele apresentamos a partir do ensaio de Simmel), afinal, todo o percurso encontra-se de antemão já pré-estabelecido. A experiência, portanto, está condicionada a um manual pré-fabricado somente adaptado à situação do indivíduo moderno. De forma semelhante a dança contemporânea, liberta dos movimentos e ritmos da tradição, desemboca no que Kracauer chama de trama alienada que passa a gerir o desejo de liberdade dos estratos médios.

Enquanto oferece uma apresentação sobre a realidade a partir da pequena manifestação cotidiana, o ensaísmo de Kracauer prepara a crítica como uma segunda face de seus escritos. Se a partir do fragmento o autor elabora formas de apreensão da realidade, sua narração do fenômeno de superfície congrega também uma concepção de teoria crítica. No caso do ensaio *A viagem e a Dança*, Kracauer critica a tendência à formalização da sociedade burguesa nas expressões que sugerem uma “mecanização da vida”. O diagnóstico decorrente da interpretação da viagem e da dança é o da racionalização da vida na sociedade burguesa. Tal perspectiva aproxima Kracauer da contribuição de Georg Simmel e Max Weber revelando novamente as afinidades entre o seu ensaísmo e um modo de pensamento sociológico. O problema sociológico da submissão da vida à técnica moderna toma o seguinte contorno: “[a] técnica torna-se fim em si mesma que dá origem a um mundo que, dito de modo vulgar, não deseja mais que a tecnização de todos os acontecimentos” (KRACAUER, 2009, p. 86).

O ensaio que tem como objeto a pequena manifestação de superfície tem no seu início o pedaço fragmentário da realidade e ao final “fotografa” uma imagem sociológica. Do pedaço o ensaísta visa a essência e com o caco ele monta seu mosaico. Assim, sobre as formas da viagem e da dança na sociedade burguesa, Kracauer as examina como meios de racionalização e disciplinamento da vida que não são vistos dessa forma pelos “modernos”. O movimento que apreende da

superfície o modo de dinâmica de operação da técnica moderna e seu papel como alienação: “[o]s homens civilizados, por assim dizer, encontram hoje na viagem e na dança um substituto para aquela esfera que os nega” (KRACAUER, 2009, p. 87).

A sociologia das pequenas manifestações cotidianas tem nos escritos de Kracauer a forma da composição do mosaico, ao reunir os pedaços num todo sociológico, e da fotografia, ao compor uma cena que é representante estética e sociológica de um momento. Os retratos sociológicos construídos nesses ensaios visam a montagem de uma imagem representativa de um microcosmo estético e sociológico.

TEXTOS SEM PONTO FINAL

Dos contornos até aqui discutidos a respeito da sociologia das pequenas manifestações cotidianas, propomos esboçar um rascunho conclusivo. A narração de momentos efêmeros e a dedicação ensaística aos objetos de superfície, vistos sob o prisma de tradição de Simmel e Kracauer, contribuem com uma sociologia que se dedica a objeto que chamaremos de fenômenos do microcosmo. Essa sociologia do microcosmo atua no mesmo terreno do ensaísmo ao se dedicar a um objeto inespecífico. Ideias, literatura, comportamentos, artes, paisagens, vida cotidiana, são fontes para o ensaísmo de interpretação e também para a sociologia do microcosmo. Entremeio do ensaísmo e da sociologia é o informe procedimental do pensamento que tateia o objeto e o examina por diversos ângulos, ou seja, o balanço entre a interpretação do fragmento e o movimento de composição como “constelação” em Simmel ou como “mosaico” e “fotografia” em Kracauer. Esses autores pensam nos movimentos e conexões encontrados em seus fenômenos singulares, na medida em que são vistos como fios de composição de um tecido. Embora haja uma perspectiva de construção da realidade por meio do fragmento, tal possibilidade sempre se concretiza como um processo e não como um resultado. Em outras palavras, a sociologia das pequenas manifestações cotidianas tem em sua obra a produção de imagens efêmeras de um momento, sendo o próprio ensaio o desfecho parcial da “busca”.

Em *Cultura Filosófica* (2020), Simmel faz menção a uma fábula que contribui na compreensão, tanto da sua forma ensaio, como também da sociologia das pequenas manifestações cotidianas que examinamos neste ensaio.

Numa fábula, um camponês à beira da morte diz aos seus filhos que havia um tesouro enterrado em sua gleba. Eles então escavam e revolvem bem fundo toda a terra, sem encontrar o tesouro. Mas no ano seguinte a terra assim lavrada dá três vezes mais frutos. Isso simboliza a linha metafísica aqui indicada. Não encontraremos o tesouro, mas o mundo que escavamos à sua procura dará ao espírito três vezes mais frutos - mesmo se, na realidade, o interesse não se prendesse afinal ao tesouro, mas sim a que esse cavar seja a necessidade e a determinação interior do nosso espírito (SIMMEL, 2020, p. 21-22).

A sociologia das pequenas manifestações cotidianas, portanto, se concretiza como uma visada para a compreensão dos movimentos do objeto, seus processos e suas formas de determinações singulares. Um pensamento sem ponto final.

Ao longo do ensaio, vimos, portanto, o entrelaçamento da forma de pensamento ensaísta e a sociologia se estabeleceu a partir da crítica e da dedicação aos objetos de superfície. Tais temas são partes constitutivas da constelação da sociologia das pequenas manifestações do cotidiano analisando tendo como fonte os escritos de Simmel e Kracauer. A partir do exame dos ensaios e de seu horizonte histórico, podemos apontar a atualidade do programa de pensamento da sociologia dos microcosmos.

Um primeiro aspecto referente a sociologia dos microcosmos é sua perspectiva de conexão com o ensaísmo de interpretação. Sem a pretensão de estabelecimento da tese cientificista, fechada e generalizadora, o ensaísmo sociológico se mostra como uma forma mais sensível para o tratamento de objetos cotidianos e fenômenos da cultura. O que fortalece tal perspectiva é a combinação singular entre a visada estética e a sociológica. No âmbito da estética, o ensaísta se dedica à narração dos movimentos imanentes do objeto. No que diz respeito a sociologia, o autor opera com ela o jogo de conexões entre os fragmentos, estabelecendo assim as imagens, “fotografias” e os mosaicos de pensamento.

Outro aspecto da atualidade dessa sociologia que examinamos do texto, diz respeito a sua possibilidade de apresentação de resposta ao problema da apreensão do conhecimento, especificamente aquela que se refere a objetos efêmeros. Como vimos, esses pensadores partem do diagnóstico de Baudelaire sobre o caráter efêmero das relações modernas para propor uma espécie de olhar para essas

pequenas manifestações, sejam elas de superfície, sejam elas manifestações do cotidiano. Nesse sentido, a proposição intelectual para o problema, seguindo Simmel e Kracauer, é a descrição do microcosmo como ponto de partida para a reflexão e o movimento de crítica imanente ao conjunto de interpretações do ensaio. A alternativa acompanha a apresentação por meio do ensaio que se situa na fronteira entre ciência e literatura. Naturalmente, tal perspectiva parte do pressuposto enfático da sociologia como uma ciência da cultura e, nesse sentido, se estrutura a partir de um conceito de crítica e de elementos da experiência.

Derivado do último ponto, isto é, da tessitura que conecta o ensaísmo às ciências da cultura, podemos pensar uma outra contribuição dessa sociologia dos microcosmos de Simmel e Kracauer, a saber: a ideia de narração dos fenômenos cotidianos. A ideia de narração tem sua herança na perspectiva poética do ensaísmo, que se apresenta como se fosse arte. Em tal perspectiva, nossos autores são representativos de uma tradição sociológica que estetiza as pequenas manifestações do cotidiano, valorizando as formas de socialização efêmeras e a perspectiva do fenômeno de instantes.

Ao longo de todo ensaio procuramos destacar a ideia de sociologia das pequenas manifestações cotidianas e os fios que a conectam com a concepção de ensaio, a crítica e a estética. Como mostramos, Simmel e Kracauer são decisivos para o desenvolvimento dessa sociologia que visa os objetos de superfície da modernidade. O fragmento é na perspectiva dos autores objeto de uma dupla visada: estética e sociológica. Portanto, do problema da efemeridade das relações da modernidade, Simmel e Kracauer apresentam uma perspectiva propositiva para a apreensão desses objetos, a saber: uma sociologia crítica que se dedique aos movimentos imanentes do objeto, rascunhando e narrando seus momentos mais singulares. Textos sem ponto final.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O curioso realista. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, p. 5-22, nov. 2009.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida moderna**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHICOTE, Francisco M. G. Objeto y sujeto en Siegfried Kracauer. **Pandaemonium Germanicum**. São Paulo, v. 23, n. 39, p. 57-85, jan. – abr. 2020.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary: costumes de província**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FRISBY, David. **Fragments of Modernity: Theories of Modernity in the Work of Simmel, Kracauer and Benjamin**. Cambridge: MIT Press, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Textos e contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HUGO, VICTOR. **Os miseráveis**. São Paulo: Seguinte, 2014.

KRACAUER, Siegfried. A viagem e a dança. In: **O Ornamento da Massa: ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009a.

KRACAUER, Siegfried. O Ornamento da massa. In: **O Ornamento da Massa: ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009b.

KRACAUER, Siegfried. **Jacques Offenbach und das Paris seiner Zeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

KRACAUER, Siegfried. **Los empleados**. Barcelona: Gedisa, 2008.

LEPENIES, Wolf. **As Três Culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LUKÁCS, Georg. Sobre a essência e a forma do ensaio: Carta a Leo Popper. **Revista Serrote**, n. 18, nov. 2014.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. A exterritorialidade como condição do apátrida transcendental. Sobre Kracauer e Georg Lukács. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v.34, n.27, p. 181-206, 2007.

NISBET, Robert. **Sociology as an Art Form**. New York: Oxford University Press, 1977.

SANTOS, Patrícia da Silva. **Sociologia e superfície: uma leitura dos escritos de Siegfried Kracauer até 1933**. São Paulo: Unifesp, 2016.

SANTOS, Wanderson Barbosa dos. O todo e as partes: a forma ensaio e seu significado sociológico no pensamento de Georg Simmel e Walter Benjamin. **Revista Sociologias Plurais**, v. 7, n.3, 2021.

SIMMEL, Georg. **Cultura filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2020.

SIMMEL, Georg. A aventura. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, BERTHOLD. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014a.

SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, BERTHOLD. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014b.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SIMMEL, GEORG. **Philosophie des Geldes**. Duncker & Humblot. Berlin. 1958 [1900].

*Artigo recebido em 8 de junho de 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

**A TEORIA DO ETIQUETAMENTO E O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL:
PERSPECTIVAS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA**

**LABELING APPROACH AND STRUCTURAL RACISM IN BRAZIL:
PERSPECTIVES FROM CRITICAL CRIMINOLOGY**

**TEORÍA DEL ETIQUETADO Y RACISMO ESTRUCTURAL EN BRASIL:
PERSPECTIVAS DESDE LA CRIMINOLOGÍA CRÍTICA**

Ana Beatriz Getelina²⁶

Resumo

O presente trabalho se refere à análise do desenvolvimento do racismo no Brasil, como isso reflete na teoria do etiquetamento e a identificação de como as classes dominantes colocam a rotulagem de criminoso no negro. Dessa forma, a partir da criminologia crítica, o objetivo central do estudo é analisar a teoria do etiquetamento e a situação do racismo no Brasil, sobretudo como isso contribui para rotular classes menos favorecidas. Tendo por base o método dedutivo, a pesquisa se perfaz em bibliográfica, descritiva e qualitativa, utilizando-se de livros e artigos publicados em periódicos, além de dados obtidos através de sistemas informativos. Ao final, a pesquisa realizada identificou que as teorias racistas ainda são muito vivas na estrutura brasileira e que a meritocracia desponta como um mecanismo de fortalecimento da discriminação e desigualdades sociais.

Palavras-Chave: Criminologia Crítica; Racismo; Teoria do Etiquetamento.

Abstract

The present work refers to the analysis of the development of racism in Brazil, how this reflects in the labeling theory and the identification of how the dominant classes label the black as a criminal. Thus, based on critical criminology, the central objective of the study is to analyze the labeling theory and the situation of racism in Brazil, especially how this contributes to labeling less favored classes. Based on the deductive method, the research is bibliographic, descriptive and qualitative, using books and articles published in periodicals, as well as data obtained from information systems. In the end, the research identified that racist theories are still very much alive in the Brazilian

²⁶ Mestranda em Direito pela Universidade La Salle (Canoas/RS).

structure and that meritocracy emerges as a mechanism for strengthening discrimination and social inequality.

Keywords: Critical Criminology; Racism; Labeling Approach.

Resumen

El presente trabajo se refiere al análisis del desarrollo del racismo en Brasil, cómo éste se refleja en la teoría del etiquetado y la identificación de cómo las clases dominantes etiquetan al negro como criminal. Así, a partir de la criminología crítica, el objetivo central del estudio es analizar la teoría del etiquetado y la situación del racismo en Brasil, especialmente cómo contribuye a etiquetar a las clases menos favorecidas. Basada en el método deductivo, la investigación se realiza de forma bibliográfica, descriptiva y cualitativa, utilizando libros y artículos publicados en revistas, además de datos obtenidos a través de sistemas informativos. Al final, la investigación identificó que las teorías racistas siguen muy vivas en la estructura brasileña y que la meritocracia surge como un mecanismo para reforzar la discriminación y la desigualdad social.

Palabras Clave: Criminología crítica; Racismo; Teoría del etiquetado.

INTRODUÇÃO

A partir de uma análise das escolas criminológicas e de seus desdobramentos, este estudo intenta verificar as influências que propiciaram o fortalecimento do racismo estrutural observado na sociedade brasileira, e como isso se desenvolve para a seletividade dos negros como receptores do etiquetamento criminal na sociedade.

Primeiramente, será analisada a criminologia clássica, que separava o delito do que não era considerado delito mediante a verificação restrita do exposto na lei. Na sequência, a pesquisa adentra na criminologia positivista que, diferentemente da escola clássica, entende que o delinquente não era apenas considerado por sua racionalidade de escolha, mas por suas características fisiológicas, psicológicas e sociológicas. As características corporais são analisadas na intenção de padronizar o criminoso, bem como suas escolhas mediante o meio em que se insere.

Posteriormente, passa-se ao estudo da atual criminologia crítica que, ao invés de direcionar seu enfoque ao criminoso, passa a verificar as razões do crime. Com isso, a teoria do etiquetamento é tida como uma reação social, o criminoso é etiquetado mediante o reconhecimento social do indivíduo como delinquente.

Nessa esteira, em um segundo momento, a pesquisa objetiva a verificação do racismo presente na estrutura das instituições brasileiras, efetua-se uma análise de

como os negros permanecem sendo discriminados e como isso está incrustado na sociedade brasileira.

No último tópico, a pesquisa abordará que, devido à teoria do etiquetamento e pelo racismo estrutural da sociedade brasileira, o rótulo de criminoso é mais preponderante em relação aos indivíduos negros, de modo que tal situação reflete no modelo punitivista e no sistema carcerário brasileiro.

PANORAMA SOBRE AS ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS

O termo criminologia remete a um grupo de proposições que estão interligadas, refere-se a infração legal, os mecanismos operados pela sociedade para lidar com o crime e com as condutas tidas por desviantes, a verificação de como a sociedade se dispõe no atendimento das vítimas dos crimes, tal como ao enfoque dispensado ao sujeito executor dos atos desviantes (SHECARIA, 2014).

Desse modo, a criminologia é um campo de estudo que, diferente de outras áreas, consegue definir o objeto em análise, em que se pode verificar uma estruturação. No campo da criminologia, não se concebe uma solitária teoria, mas teorias criminológicas diversas que se modificam no decurso temporal, com enfoques dissemelhantes, desde a tradicional ligação entre crime e criminoso até a mais moderna crítica que faz uma análise inclusiva da vítima e do controle social da conduta delitiva (SANTOS, 2019).

À vista disso, Carvalho (2008, p. 12) elucida que:

[...] a unidade do pensamento criminológico nunca existiu, pois logo após seu surgimento inúmeras e diferenciadas correntes foram desenvolvidas. Dessa forma, importante pontuar que, diferentemente das disciplinas dogmáticas atreladas ao formalismo (dogmatismo), não houve (sequer há) padronização, ou seja, inexiste 'a' criminologia. Há criminologias, entendidas como pluralidade de discursos sobre o crime, o criminoso, a vítima, a criminalidade, os processos de criminalização e as violências institucionais produzidas pelo sistema penal. A premissa permite, inclusive, sustentar a fragilidade epistemológica de qualquer discurso criminológico que se pretenda científico, visto não ser factível a visualização dos pressupostos mínimos que possam auferir esta qualificação - v.g. unidade, e coerência metodológica, definição de objeto, delimitação de horizontes de pesquisa, direcionamento teleológico das investigações.

Ao considerar a existência de uma diversidade de enfoques presentes nas teorias criminológicas, é necessária uma breve análise dos principais fundamentos que englobam tais teorias. Por isso, a realização de estudo das escolas criminológicas, partindo do pensamento da Escola Clássica, que surgiu pelo rompimento da sociedade baseado no feudalismo, o qual se fundava na terra, senhor feudal (dominante) camponeses (dominado), para uma sociedade assente nas forças produtivas, estruturada em processos de produção e meios de trabalhos assalariados (SANTOS, 2019).

Quanto aos clássicos, salienta-se que eles se basearam em duas teorias distintas, a do jusnaturalismo de “Grócio”, em que se constata o direito como algo natural, da natureza imutável do ser humano, e a teoria do contratualismo de “Rousseau”, aqui, diferente da primeira, se tem um acordo entre os homens, a existência do contrato social, tendo o delito como sua violação e a pena como repreensão.

Nessa perspectiva, Beccaria (2011, p. 108) expõe o seguinte:

Quanto a mim, só falo aqui dos crimes que pertencem ao homem natural e que violam o contrato social; devo silenciar, porém, sobre os pecados cuja punição, mesmo temporal, deve ser determinada segundo outras regras que não as da filosofia.

Beccaria (2011), então, adentra nesse contexto como desenvolvedor da definição da legalidade dos delitos e das penas. Tanto que expõe ser necessário haver a aplicação pelo magistrado de um silogismo preciso entre o ato executado ser ou não conforme ao exposto na lei, em que resulta na aplicação da pena ou na manutenção da liberdade e, desse modo, o entendimento tido por conta do juiz acarretaria em incertezas.

Pontua-se que a decisão proferida de forma livre sem que esteja em consonância com a lei, a simples aplicação dessa, suscitará em um atentado à liberdade pública. Assim, atos por mais danosos que se considerem, não seriam alvos de repreensão criminal, caso não fosse uma determinação da lei ou da justiça que tal atitude verificada é tida como criminosa, por exemplo: o imperialismo, exploração do trabalho, racismo, etc., por não estarem abarcados na lei, não sofrerão punições, tendo ainda os crimes que mesmo considerados como tais, não são reprimidos criminalmente (BECCARIA, 2014; SANTOS, 2018).

Ainda, Penteado Filho (2020) indica que a punibilidade deve ser baseada no livre-arbítrio, considerando assim, a responsabilidade moral do sujeito, visto ser o homem capaz de tomar decisões, possuir capacidade racional. O criminoso para a escola clássica é tido como um ser pecador, uma vez que, mesmo que pudesse escolher pelo bem, não o fez.

Acerca da racionalidade da conduta e a aplicação punitiva, Santos (2019, p. 37-38) observa que:

O critério geral para a determinação da racionalidade da conduta é, precisamente, o da sua utilidade social prática, e o comportamento desviante dos parâmetros sociais racionais, sendo um concreto rompimento dessas normas qualificadas pela sua racionalidade, surge como atividade danosa e irracional, que exige uma forma de reação do sistema de organização social concretamente rompido: a reação punitiva. A natureza, fundamento, extensão e medida dessa reação social são definidas e limitadas pelos mesmos critérios de racionalidade: a reação social existe sob forma de penas públicas previamente estabelecidas em leis definidoras da conduta criminosa (em contraste com a incerteza de sua natureza e medida, e a indefinição dos fatos que motivam a sua aplicação, do sistema social anterior), instituindo o princípio da legalidade penal.

A determinação da lei sendo aplicada em sua estrita observância, facilita ao cidadão, com base em sua autodeterminação, analisar os infortúnios que uma ação contrária a lei pode acarretá-lo, esse prévio conhecimento pode por desviar o sujeito do cometimento daqueles atos previstos como criminosos (BECCARIA, 2011).

A Escola Positivista, por sua vez, despontou com a improficuidade das repreensões individuais, em que transpassa a racionalidade a um campo de ideologia de classe. Com seu início no século XIX na Europa, sendo alicerçada pelos fisiocratas e iluministas do século anterior, perpassou por três distintas fases, quais sejam: antropológica (Lombroso), sociológica (Ferri) e jurídica (Garófalo) (SANTOS, 2019; PENTEADO FILHO, 2020).

A visão da Escola Clássica, que considerava apenas a escolha do indivíduo mediante sua capacidade racional, e a verificação desta como sendo ou não reprovável em análise às leis postas, mostra-se débil na Escola Positivista, aqui além da escolha do sujeito, verifica-se as determinantes do meio em que o indivíduo está inserido para que se possa entender a escolha desviante cometida (SANTOS, 2019).

Acerca da ciência positiva, Santos (2019, p. 45) informa que:

A ciência positiva significa o conhecimento organizado das relações causais dos fenômenos naturais, produzida pela aplicação do método positivo,

consistente na observação regular e reprodução experimental dos fenômenos observados. A observação regular de fenômenos naturais particulares possibilita a indução de causas, ou leis gerais, que determinam a existência desses fenômenos e a formulação de hipóteses explicativas; a reprodução experimental ou verificação empírica da natureza causal das leis contidas nas hipóteses induzidas, é, portanto, a comprovação prática que confere ao conhecimento adquirido indutivamente o caráter de conhecimento positivo.

A observação do indivíduo criminoso, como objeto de estudo com o intuito de enquadrar seu biotipo físico como um método identificador da imagem dos desviantes, foi estudada e conceitualizada por Lombroso, seu livro *O Homem Delinquente* (2010), publicado em 1876, foi tido como um dos propulsores da criminologia positivista, Lombroso restou por ser titular da *Antropologia Criminal* (PENTEADO FILHO, 2020).

No supramencionado livro, Lombroso se detém a um estudo aprofundado do indivíduo criminoso, como se observa no capítulo 16, em que estuda diversas partes fisiológicas e de cunho intrínseco da pessoa. Com isso, diversos dados do corpo físico foram analisados, como estrutura torácica, estatura, peso, tipo de cabelo, um detalhado exame dos crânios, buscando uma padronização para o enquadramento do criminoso nato (PENTEADO FILHO, 2020).

Desse modo, Lombroso (2010, p. 100) aduz que:

A fisionomia dos famosos delinquentes reproduziria quase todos os caracteres do homem criminoso: mandíbulas volumosas, assimetria facial, orelhas desiguais, falta de barba nos homens, fisionomia viril nas mulheres, ângulo facial baixo.

Outra característica peculiar do estudo é a análise das tatuagens, a partir da qual ele constatou sua maior incidência nos considerados dementes. A relevância antropológica no exame dos locais e as quantidades das tatuagens demonstravam a vaidade instintiva, predicado do criminoso. A pesquisa fisiológica suscitou, inclusive, que a única forma de prevenção do delinquente nato seria o impedimento de fecundação dos alcoólatras com os criminosos, visto que àqueles já não havia possibilidade de cura (LOMBROSO, 2010).

Sobre a criminologia positivista vista pelo enfoque patológico, Batista (2015, p. 42) alude que:

A própria ideia de polícia surge como polícia médica, na perspectiva biopolítica de uma governabilidade das populações, que vai engendrar o higienismo. A concentração de pobres na cidade vai ser lida por sua patologização, pelas pretensões corretivas e curativas. O controle punitivo vai se utilizar do trabalho como medida ressocializadora. Os tratamentos vão dar

conta dos seres humanos recuperáveis e tratar de neutralizar os irrecuperáveis. A humanidade divide-se agora entre os normais e os anormais, a loucura e o crime serão alvo de terapêuticas.

Nesse sentido, Zaffaroni (2013) entendia que a aliança entre medicina e polícia era inevitável, em razão de que os médicos detinham os discursos, mas não o poder, enquanto o contrário, a polícia era detentora do poder, mas não possuía o discurso. Com isso, o poder policial era legitimado pelo discurso médico, o que se conhece como positivismo criminológico.

Por fim, a última fase da criminologia positivista foi engendrada pela teoria jurídica através de Garofalo (1892). Aqui nos deparamos com a ideia do delito natural, sendo a violação dos sentimentos altruísticos de piedade e justiça (ZAFFARONI, 2013).

Garofalo (1892, p. 77) expõe o que entende por crime ou delito natural:

[...]el elemento de inmoralidad necesario para que un acto perjudicial sea considerado como criminal por la opinión publica es la lesión de aquella parte del sentido moral que consiste en los sentimientos altruistas fundamentales, o sea, la PIEDAD y la PROBIDAD. Es, además, necesario que la violación hiera, no ya la parte superior y más delicada de estos sentimientos, sino la medida media en que son poseídos por una comunidad, y que es indispensable para la adaptación del individuo a la sociedad. Esto es lo que nosotros llamaremos crimen o delito natural.

Ainda, Shecaria (2014) compreende que o crime é uma revelação da natureza degenerada do indivíduo, assim sendo, o pensamento criminoso em si não deveria ser punido, visto não ser possível prever que tal pensamento poderia se transmutar em ato e, por conseguinte, um perigo a sociedade.

No tocante aos desdobramentos trazidos pela Escola Positivista, Zaffaroni (2013, p. 93) aduz:

O positivismo restaurou claramente a estrutura do discurso inquisitorial: a criminologia substituiu a demonologia e explicava a “etiologia” do crime; o direito penal mostrava seus “sintomas” ou “manifestações” da mesma forma que as antigas “bruxarias”; o direito processual explicava a forma de persegui-lo sem muitas travas à atuação policial (inclusive sem delito); a pena neutralizava a periculosidade (sem menção da culpabilidade) e a criminalística permitia reconhecer as marcas do mal (os caracteres do “criminoso nato”). Tudo isso voltava a ser um discurso com estrutura compacta, alimentado com os disparates o novo tempo histórico.

Em relação ao racismo na teoria positivista, entendia-se pela existência de uma criminologia diferencial para negros e indígenas, que se justificava pela inferioridade

racial, assim, tanto os afrodescendentes quanto os indígenas eram tidos como mais criminosos, devido a inferioridade que possuem em contraste com outros raciais (CALAZANS et al., 2016).

A criminologia positivista mediante o estudo clínico se desenvolveu até o final dos anos 1960, posteriormente a sociologia norteamericana introduz na criminologia um enfoque social nos fatores do delito (ALAGIA; CODINO, 2019). Hodiernamente, rompe-se com os paradigmas tradicionais das Escolas examinadas para um pensamento criminológico da reação social ao crime, em que fundamenta as teorias criminológicas críticas.

Quanto ao estudo das criminologias, a criminologia positivista se baseava em critérios tipológicos para assim definir quais os mecanismos deviam ser utilizados na reparação dos criminosos, enquanto a da reação social, serviu condições a existência da criminologia crítica (CARVALHO, 2008).

Com o trabalho do holandês Bonger, inspirado pelo marxismo, tem-se, no século XX, o nascimento da teoria crítica da criminalidade, tendo no capitalismo a base das razões que leva ao ato delinquente, os menos favorecidos como alvos efetivos da perseguição de condutas delitivas, diferentemente do sucedido com a criminalidade dos poderosos (PENTEADO FILHO, 2020).

Para Santos (2018), o estopim para a criminologia, por ele chamada de radical, foi a denúncia dos modos dominantes de análise do crime, através de um manifesto do grupo europeu de estudo do desvio e do controle social. No Brasil, a criminologia crítica se organizou na expectativa de pôr fim à violência punitiva, institucional e estrutural (CALAZANS et al., 2016).

Acerca da perspectiva da criminologia crítica, cabe transcrever as palavras de Carvalho (2013, p. 284):

A criminologia crítica emerge, portanto, como uma perspectiva criminológica orientada pelo materialismo (método) que, ao incorporar os avanços das teorias rotulacionistas e conflituais, refuta os modelos consensuais de sociedade e os pressupostos causais explicativos da criminalidade de base microsociológica (criminologia ortodoxa) e redireciona o objeto de investigação aos processos de criminalização, à atuação das agências do sistema penal e, sobretudo, às relações entre estrutura política e controle social.

Na criminologia crítica, deixa-se de analisar a patologia como desencadeadora do crime e começa uma verificação da criminalidade nos mecanismos de controle

social, as causas do delito passam a ser a reação social e os processos de criminalização (ALAGIA; CODINO, 2019).

Para que um ato seja reconhecido como transgressor de uma norma, desencadeando uma responsabilidade moral, necessita-se que haja uma reação social correspondente, o simples desvio não se faz o bastante, o simples pensar em violar um pressuposto normativo não possui o condão de se constatar um desvio e, como consequência, que se produza uma reação social (BARATTA, 2011).

Ademais, Baratta (2011, p. 161) detém a seguinte perspectiva em relação a criminalidade pela criminologia crítica:

Na perspectiva da criminologia crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. A criminalidade é [...] um “bem negativo”, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos.

No período de transição entre as teorias tradicionais e as teorias da criminologia crítica, surge a teoria chamada de *labeling approach* ou, como conhecida no Brasil, teoria do etiquetamento social que introduz a supramencionada seleção dos indivíduos estigmatizados (BATISTA, 2012).

A teoria do etiquetamento, então, contribuiu para o processo de ruptura criminológica ocorrida na década dos anos 1960, a partir da inclusão de diversas teorias ao sistema penal (ALAGIA; CODINO, 2019).

Enquanto a criminologia tradicional se preocupava em responder questionamentos como “quem é criminoso?” e “como o indivíduo se torna desviante?”, os precursores da *labeling approach* investigam os efeitos desse rótulo de “delinquente” nos indivíduos, bem como quem é definido como desviante (BARATTA, 2011).

Penteado Filho (2020, p. 91) exemplifica uma situação que atende alguns dos questionamentos citados:

A teoria da rotulação de criminosos cria um processo de estigma para os condenados, funcionando a pena como geradora de desigualdades. O sujeito acaba sofrendo reação da família, amigos, conhecidos, colegas, o que

acarreta a marginalização no trabalho, na escola. Sustenta-se que a criminalização primária produz a etiqueta ou rótulo, que por sua vez produz a criminalização secundária (reincidência). A etiqueta ou rótulo (materializados em atestado de antecedentes, folha corrida criminal, divulgação de jornais sensacionalistas, etc.), acaba por impregnar o indivíduo, causando a expectativa social de que a conduta venha a ser praticada, perpetuando o comportamento delinquente e aproximando os indivíduos rotulados uns dos outros. Uma vez condenado, o indivíduo ingressa numa “instituição” (presídio), que gerará um processo institucionalizador, com seu afastamento da sociedade, rotinas do cárcere etc.

Não seriam, em relação ao sistema penal, tratados igualmente, nem todos são vulneráveis a tal sistema, o etiquetamento social, baseado nas realidades encontradas em setores marginalizados e humildes, cria uma rejeição ao etiquetado, o que aumenta a mácula social do criminalizado (PIERANGELI; ZAFFARONI, 2011).

Conforme Carvalho (2013), não apenas a teoria da *labeling approach*, mas também as teorias conflituais na mudança para a perspectiva macrocriminológica devem ser consideradas. Nessa abordagem, o foco é direcionado ao sistema de controle social, deixa de se dedicar a análise do desviante e do desvio.

Segundo Baratta (2011, p. 119), O princípio do interesse social e do delito natural são negados pelas teorias conflituais da criminalidade, dessa maneira, o autor afirma que:

- a) os interesses que estão na base da formação e da aplicação do direito penal são os interesses daqueles grupos que têm o poder de influir sobre os processos de criminalização[...]
- b) a criminalidade, no seu conjunto, é uma realidade social criada através do processo de criminalização. Portanto, a criminalidade e *todo* o direito penal têm, sempre, natureza política.

No entanto, ainda consoante BARATTA (2011), tendo em vista que as teorias conflituais da criminalidade, apesar de denunciar as desigualdades e a relação de antagonismo e de hegemonia entre os grupos, não conseguem sair da esfera política para as condições estruturais da sociedade, onde há as interações e confrontos. Assim, tais teorias não lograram por superar os desenvolvimentos criticamente mais avançados da teoria *labeling*.

De acordo com Zaffaroni (2013), a teoria do conflito, por mais que tenha sido considerada, não chegou a estabelecer um sistema, ela é tida como resultado dos conflitos entre grupos, os conflitivistas se firmam em um ideário oposto do que seja sociedade. Logo, “a problematização e tentativa de superação desta concepção

abstrata dos conflitos ocorrem a partir da afirmação do materialismo histórico como método de análise dos temas criminológicos” (CARVALHO, 2013, p. 284).

Após estudo acerca das teorias criminológicas, passa-se à análise do racismo e como ele é tido como parte integrante da estrutura social no Brasil, com o fito de verificar como o negro foi colocado no patamar de principal destinatário da rotulagem criminal.

O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

De início, cumpre destacar que a escola Nina Rodrigues analisou o corpo negro como uma questão social e propôs um importante estudo para o entendimento das questões raciais na sociedade brasileira. Desse modo, traçou uma perspectiva que “[...] dizia respeito à nossa definição enquanto povo e a deste país como nação, o que os fazia colocar as relações raciais no centro de suas preocupações teóricas e de pesquisa, bem como de sua atuação política” (CORRÊA, 2001, p. 30).

O estudo feito por Nina Rodrigues, tendo recebido influência das teorias de Lombroso, concebeu ideias que reforçaram o racismo na estrutura brasileira, como no caso de concluir que a mistura de raças desencadearia em um sujeito “mestiço” que, na maioria das vezes, seria desequilibrado. Assim, a mestiçagem analisada na sociedade brasileira era componente fundamental para seus argumentos acerca das debilidades físicas, mentais e culturais. A mestiçagem comporia a confusão verificada na população brasileira (CORRÊA, 2001).

O “mito” da democracia racial se baseia na mestiçagem biológica, bem como cultural das três raças originárias, em que enaltece uma convivência harmoniosa entre todos os indivíduos. Dessa forma, os dominantes impedem que os denominados mestiços tenham consciência dos mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade (MUNANGA, 1999).

Entende-se que o afastamento do negro de qualquer possibilidade decisória na sociedade reforça a ideia de uma violência simbólica que, por sua invisibilidade aliada a algumas ascensões sociais de negros, deu origem ao chamado “mito” da democracia racial, que tem por real finalidade mascarar a dominação exercida sobre os negros (CORRÊA, 2001).

A democracia racial oculta as desigualdades entre negros e brancos com a sua falsa representação de convivência de forma harmoniosa entre as classes raciais, de

maneira que “há um silêncio produzido pela democracia racial, que nega as relações desiguais existentes entre negros e brancos. Sua tônica é primar pela igualdade formal entre as culturas” (COSTA, 2016, p. 35).

A remodelagem da criminologia positivista, ao lado das novas teorias sociais marxistas e weberianas no Brasil, alimentou a violência sobre os negros, uma vez que desencadeou prisões sem provas, meios ilícitos para obtenção de provas, inexistência de defesa eficiente, bem como a verificação de preconceitos nas investigações (CALAZANS et al., 2016).

Schwarcz (1993) aborda a presença de três grandes raças, branca, negra e amarela, sendo que os negros, amarelos e os oriundos da miscigenação dos grupos são relegados a uma classe inferior, contudo, não em razão de serem incivilizados, mas pela não possibilidade de virem a ser civilizados, não são aperfeiçoáveis, nem suscetíveis ao progresso.

A análise do racismo visto como estruturador no corpo social brasileiro é, partindo de um conceito foucaultiano, “dispositivo racial”, sendo nomeado pelas instituições, discursos, leis, etc. (BORGES, 2019).

Quanto à colocação do racismo na sociedade, Borges (2020, p. 13-14) afirma que:

O racismo engloba manifestações de ordem estrutural (das estruturas sociais e políticas); institucional (transcendendo o viés ideológico, sendo institucionalizado pelos sistemas de justiça criminal, mercado de trabalho, por exemplo); e cotidiano (manifesto em discurso, comportamento, na construção de um “outro” perigoso e expondo sujeitos cotidianamente). O racismo produz e legitima a marginalização de sujeitos, privando-os, inclusive do direito à autorrepresentação.

Almeida (2019) informa que há três concepções de racismo, o individualista, o institucional e o estrutural. O primeiro, por sua vez, estaria ligado a uma espécie de “patologia” ou “anormalidade”, ou mesmo considerado uma “irracionalidade”, o qual necessita ser combatido mediante sanções civis no campo jurídico. Aqui o racismo é visto no campo comportamental e psicológico do indivíduo ou mesmo de um grupo específico, fica assim restrito, não sendo considerado como um organismo presente na estrutura da sociedade.

Na concepção do racismo institucional, Almeida (2019) indica que a principal tese dos defensores desse entendimento é que a desigualdade racial faz parte das instituições, não se resume em comportamentos individuais. Nesse modelo, vê-se na

instituição o poder como instrumento da relação social, em que as instituições são estabelecidas de tal forma a manter o grupo racial no poder, incluindo parâmetros discriminatórios baseados na raça. Defende-se, ainda, que o racismo é parte estrutural da sociedade. Não é um fenômeno patológico, anômalo na sociedade, mas um objeto integrador da organização econômica e política da sociedade, o que caracteriza ser o racismo um fenômeno que sempre será estrutural, integrante “normal” da organização econômica, política, jurídica e até familiar da sociedade, não como um comportamento individual ou mesmo de forma institucionalizada. Nesse sentido:

Os sistemas punitivos são exemplos interessantes para enxergar mudanças e refinamentos das estruturas de dominação brasileiras. Nas Ordenações Filipinas, os escravizados eram meras mercadorias sem regulação ou ingerência do Estado ao que se considerava propriedade. Na primeira Lei Criminal, de 1830, com o regime escravocrata ainda vigente, havia formas diferenciadas de penalização entre os “livres”, “negros libertos” e negros escravizados. Nos Códigos Penais subsequentes, de 1890 e 1940, já havia o deslocamento de uma criminalização da cultura e dos costumes. Porém, sempre com garantias de controle da população negra (BORGES, 2020, p. 35).

Verifica-se que as instituições possuem o caráter racista, uma vez que se vive em uma sociedade que é racista, as instituições seriam um meio de materialização de uma estrutura social que engloba intrinsecamente o racismo (ALMEIDA, 2019).

Cabe ressaltar, ainda, o entendimento que Santos e Zaffaroni (2019) introduzem acerca da meritocracia, em que são avessos a ideia de que apenas o mérito do esforço individual é que seria capaz de promover uma elevação do nível de vida ou mesmo do sucesso pessoal. Trata-se de vulgarizar o individualismo radical, não se pode constatar um caráter filosófico ou ideológico sério.

A meritocracia, assim como o mito da democracia racial, apenas revela as contradições de classes, bem como os conflitos existentes na sociedade brasileira, em que a discriminação e o preconceito fortalecem as desigualdades raciais entre os negros e brancos em todos os setores sociais (COSTA, 2016).

Acerca das referidas contradições, cabe transcrever o entendimento de COSTA (2016, p. 92):

Essas são as contradições inerentes e imperantes da nossa realidade social capitalista que, para resolver os conflitos raciais e de classe, impõe como solução a ideologia do mito da democracia racial e a meritocracia. A primeira

nega a desigualdade racial como fundante das relações capitalistas e a segunda escamoteia a desigualdade social decorrente das contradições de classes.

O que se percebe no Brasil é um discurso da meritocracia marcadamente racista, pois essa negação do racismo mediante justificativa de que o indivíduo negro seria o único culpado quando vive em situação de vulnerabilidade, não tendo feito tudo que estava em seu alcance para que pudesse angariar uma melhor qualidade de vida, só faz por disseminar a desigualdade, miséria, violência, e culmina em um conformismo ideológico à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, Borges (2020, p. 39) compreende que “estamos em um país constituído sobre estruturas de opressão e dominação que têm seus fundamentos nas questões de classe, raça e gênero”.

A estrutura de dominação é um poder simbólico que, segundo Bourdieu (1996), propaga-se de forma invisível, o qual é aceito por àqueles que sofrem o poder, bem como por àqueles que o exercem, estar-se-ia a falar da chamada violência simbólica. No presente estudo, tal violência é desenvolvida pelos brancos, que possuem um acúmulo de capitais que os mantêm no poder, sobre os negros, o que reforça as discriminações raciais.

A ideologia racista, que se analisa como organismo pertencente a estrutura da sociedade, perfaz-se como um sistema simbólico e, por se encontrar estruturado, exerce um poder estruturante de dominação, em que há um conformismo lógico, uma concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1996).

A sociedade brasileira resiste a perceber que a exclusão da estrutura de importantes setores da vida social, dá-se pela falta de oportunidades, pela discriminação e pelo preconceito racial, assim, não assenti que o negro ocupe espaços que são reservados a elite branca (COSTA, 2016).

Ao considerar que o percentual de negros/pardos se revela como maioria, mesmo que ainda com pequena diferença, sobressalta a discrepância entre as classes raciais, primeiro pela ínfima atuação de negros/pardos em cargos de gerência, eletivos ou providos através de concursos públicos e segundo pela alta mortalidade em razão do crime e da taxa carcerária.

A TEORIA DO ETIQUETAMENTO E AS PERSPECTIVAS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Alagia e Codino (2019) vislumbram que a ideologia europeia foi enraizada no Brasil, constituindo-se em um padrão estético que não condiz com a história brasileira. Acerca disso, salienta-se que “quase como uma etiqueta, uma regra implícita de convivência, no Brasil cor combina com prestígio e com lugar social, e apesar de silenciosa é eloquente em sua aplicação” (SCHWARCZ, 2009, p. 94).

Tendo em vista o racismo como parte estrutural da sociedade brasileira, acaba por passar por todas as instituições, acontece que o sistema criminal se destaca, pois construído sobre essa submissão que se sustenta na hierarquia racial (BORGES, 2019).

Ao analisar os dados brasileiros, através de pesquisa realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) no período de julho a dezembro de 2021, vislumbra-se que, quanto ao encarceramento prisional por cor/raça, 67,34% dos encarcerados são negros/pardos.

Acerca disso, Borges (2019) analisa que o encarceramento em massa de indivíduos negros não retira deles apenas sua liberdade, mas também a privação de direitos, resta por fortalecer suas vulnerabilidades que já são salientadas pela opressão racial que sofrem, e agora etiquetados por um estigma social, que dificilmente os devolverá ao seu *status* anterior ao encarceramento, o que ocasiona uma morte social para tais indivíduos.

Acerca desses dados, cabe citar o entendimento de Alagia e Codino (2019, p. 160):

A la esclavitud le sucede la prisionización masiva y las ejecuciones extrajudiciales de negros. La selectividad punitiva tiene un gusto especial por la vulnerabilidad que ofrecen los grupos humanos racializados por un estereotipo de inferiorización.

A visão do negro como desumanizado e animalizado e, por diversos processos ideológicos, tido como algo que deva ser controlado, resta por fortalecer a caracterização do corpo negro como tendenciosamente criminoso (BORGES, 2019).

Segundo Schwarcz (2009, p. 74), há a existência de um tratamento diferenciado relacionado com a cor de pele, em que constatou o seguinte: “[...] isto é, se é negro, é mais perigoso; se for branco, talvez não seja tanto”.

Sobre a política do branqueamento, Costa (2016, p.93) diz o seguinte:

[...] refletir sobre atualidade da política do branqueamento a que os negros são submetidos. Essa política faz com que negros não se reconheçam como tais, porque incorporaram uma visão, um preconceito em relação a si e ao seu grupo etnicorracial, ou seja, são negros “aqueles que não se esforçam”. Esse branqueamento é fruto de um processo de negação do negro como ser humano ao longo da História, que o impede de elaborar a sua identidade de raça e de classe.

Nesse ínterim, analisou-se que o próprio indiciado, no momento em que era oportunizado o preenchimento de seu formulário, tentava branquear a resposta dada, nos quais indicava ser moreno claro, quase branco. Durante o processo de inquérito, quando o indiciado era pai de família, trabalhador, cada vez mais era transformado em moreno claro, sendo que, o inverso, quanto mais perigoso mais negro, também era tido como verdadeiro. Trata-se da tendência do branqueamento (SCHWARCZ, 2009).

Um elemento considerado como fundamental quanto ao etiquetamento da população negra como criminosa, principalmente dos jovens pobres e residentes nas periferias, é a atuação racista das agências de controle penal. As práticas do sistema de justiça criminal, compreendidas entre a união da teoria crítica do racismo e as teorias do sistema criminal, evidenciam as desigualdades sociais por elas criadas (CALAZANS et al., 2016).

O etiquetamento do negro brasileiro como potencial criminoso prejudica principalmente a sociedade negra jovem. Sobre tal temática cabe citar estudo feito por Alagia e Codino (2019, p. 509):

Por el lugar que Brasil ocupa en el registro de la violencia, merece atención especial. Su caso es ejemplo del exterminio de la juventud negra en las periferias urbanas pobres del país. Los homicidios dolosos son la principal causa de muerte entre los 15 y 24 años para jóvenes negros. De los 51.198 homicidios ocurridos en 2011 más de la mitad (27.471) fueron jóvenes, de los cuales el 71,44 % corresponde a población negra y masculina en el 93,03 %. En 1996 la tasa de homicidio era de 24,8 para elevarse a 27,1 en 2011 y los juveniles pasaron de 42,4 a 53,4 cada 100.000 habitantes. Cuando se miden tiempos más largos las cifras son de genocidio: entre 1980 y 2011 desaparecieron del Brasil por esta causa 1.145.908 personas. Solo entre 2008 y 2011 fueron asesinadas 206.005 personas.

A teoria do etiquetamento que se propagou como uma mudança de paradigma, é tida como uma melhor descrição etiológica de um delinquente, a criminologia crítica, e os sociólogos da etiqueta, viam a caracterização do delito e do delinquente como uma rotulagem definida pela classe dominante através de seus interesses (ALAGIA; CODINO, 2019).

Pelo estudo ora realizado, percebe-se que o racismo permanece estruturado na sociedade brasileira, mais fortemente incorporado ao sistema penal, etiquetando-se os negros como os mais propensos a ocasionar crimes, um estigma da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa, foi possível perceber que as teorias criminológicas, no decorrer do tempo, perpassaram por diferentes formas de como o delito e o delinquente são analisados, as razões pelas quais o crime acontece e como o criminoso é caracterizado.

Na primeira parte do artigo, foram analisados os ideais da escola clássica, em que a criminalidade era tida como escolha racional do indivíduo. A escola positivista, por sua vez, colocou em relevo a criminalidade através da fisiologia do indivíduo, tendo Lombroso como vanguardista do estudo.

Ainda, significativa foi a presença da escola de Nina Rodrigues no Brasil, que, com base na análise da criminalidade pelo método Lombrosiano, caracterizava o negro como problema devido à cor da pele. Assim, pouco a pouco, enraizou-se o racismo na estrutura da sociedade brasileira.

Dessa forma, a criminologia crítica despontou como meio de verificar a criminalidade não mais na análise fisiológica do indivíduo, mas como reação social, abarcando, com profundidade, a seletividade de bens a serem protegidos, quem dita quem é o criminoso, além das condições que permeiam o rótulo de “criminoso”.

Nesse sentido, a teoria do etiquetamento se mostrou como uma etiqueta elaborada pelos dominantes, na intenção de se manterem em seu *status quo*, seria uma etiqueta branca. Assim, na grande maioria das vezes, o negro recebe a etiqueta de criminoso, o que foi possível constatar com os dados pesquisados.

A criminalidade vista através da teoria crítica, pelos mecanismos da reação social, embora não mais fundada na análise das patologias em razão do delinquente,

o que se verifica são dominantes que detém o poder de etiquetamento, e os distribui as classes historicamente discriminadas, no estudo em questão, ao negro.

Ao analisar a democracia racial, percebeu-se que ela fortalece as desigualdades sociais, criando uma falsa constatação de que há uma convivência harmoniosa entre as classes sociais, o que na verdade é a externalização de uma violência simbólica das classes dominantes (brancos) sobre as classes dominadas (não-brancos).

Aliada a esse mito da democracia racial, a meritocracia desponta como um mecanismo de fortalecimento da discriminação e desigualdades sociais. Nessa conjuntura, conclui-se que as teorias racistas ainda são muito vivas na estrutura brasileira, de modo que o negro é etiquetado como criminoso em uma sociedade em que o racismo faz parte de sua estrutura.

REFERÊNCIAS

ALAGIA, Alejandro; CODINO, Rodrigo. **La descolonización de la criminología en América**. Buenos Aires: Ediar, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociología do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BORGES, Juliana. **Prisões: espelhos de nós**. São Paulo: Todavia, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas - São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL, DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Período de Julho a Dezembro de 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoimjY2M2UzMWMtZmJkOS00YjhlLWFMmGEtZGVmODM4YTE0MjI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThIMSJ9>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CARVALHO, Salo de. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim**, São Paulo, v. 21, n. 104, p. 279-303, set.-out. 2013.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil/Mariza Corrêa. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

COSTA, Paulo Roberto da. **A Lei 12.711/12 e as expectativas educacionais de jovens negros do ensino médio público**. 2016. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

CALAZANS, Márcia Esteves de *et al.* CRIMINOLOGIA CRÍTICA E QUESTÃO RACIAL. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 238, p. 450-463, dez. 2016. ISSN2447-861X. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/280>. Acesso em: 20 mai. 2022.

GAROFALO, Raffaele. **La criminología**: estudio sobre el delito y sobre la teoría de la represión. Madrid: La España moderna, 1892.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2010.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PIERANGELI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de direito penal brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS, Ílson Dias dos; ZAFFARONI Eugenio Raúl. **La nueva crítica criminológica**: criminología en tiempos de totalitarismo financiero. Quito: El Siglo, 2019.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Florianópolis: Tirant lo banch, 2018.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia da repressão**: crítica à criminologia positivista. São Paulo: Tirant lo banch, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

SHECARIA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

*Artigo recebido em 8 de junho de 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 RELACIONADOS À SATISFAÇÃO
COM A VIDA EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

**IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC RELATED TO LIFE SATISFACTION IN
HIGHER EDUCATION STUDENTS**

**IMPACTOS DE LA PANDEMIA DEL COVID-19 RELACIONADOS CON LA
SATISFACCIÓN CON LA VIDA EN ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN SUPERIOR**

Adriana Rezende Lopes²⁷

Oscar Kenji Nihei²⁸

Resumo

O presente trabalho tratou dos impactos da pandemia de COVID-19 na satisfação com a vida (julgamento pessoal sobre o quão satisfeito se está com a própria vida atual) de estudantes do ensino superior, sujeitos ao aumento de estresses surgidos com o isolamento social, a suspensão das aulas presenciais e adaptação ao ensino remoto. O objetivo foi selecionar e analisar pesquisas científicas que correlacionaram o impacto da pandemia de COVID-19 com a satisfação com a vida em estudantes do ensino superior, contextualizando os achados a partir de perspectivas sociais. Buscou-se artigos nas plataformas PUBMED, PSYCINFO e SCIELO, a partir da questão norteadora da pesquisa: Qual a relação dos impactos da pandemia de COVID-19 com a satisfação com a vida nos estudantes do ensino superior? Encontrou-se 192 artigos e a amostra final foi composta de seis artigos originais, quantitativos, que responderam à questão de pesquisa. Verificou-se nos artigos selecionados que maior impacto psicológico, acadêmico, financeiro e interpessoal da COVID-19 teve correlação significativa com menores escores de satisfação com a vida, bem como maior qualidade da relação com amigos e família teve correlação com maiores escores da satisfação com a vida. Os resultados indicam riscos à saúde mental nos universitários decorrentes da crise pandêmica, além de apontarem possível fator protetivo das relações afetivas de qualidade positiva. As reflexões sociais suscitadas sugerem haver demanda por investigações verificando tais fatores de risco e proteção considerando as desigualdades sociais conforme as características sociodemográficas.

²⁷ Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

²⁸ Doutorado em Ciências na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Palavras-Chave: COVID-19; Estudantes; Satisfação com a Vida.

Abstract

The present paper addressed the impacts of the COVID-19 pandemic on life satisfaction (personal judgment about how satisfied one is with one's current life) of higher education students, subject to increased stresses arising from social isolation, suspension of face-to-face classes, and adaptation to remote teaching. The goal was to select and analyze scientific researches that correlated the impact of the COVID-19 pandemic with life satisfaction in higher education students, contextualizing the findings from social perspectives. Articles were searched on the PUBMED, PSYCINFO and SCIELO platforms, based on the guiding question of the research: What is the relationship between the impacts of the COVID-19 pandemic and satisfaction with life in higher education students? 192 articles were found and the final sample consisted of six original and quantitative articles that answered the research question. It was found in the selected studies that greater psychological, academic, financial and interpersonal impact of COVID-19 had a significant correlation with lower life satisfaction scores, as well as higher quality of relationship with friends and family was correlated with higher satisfaction with life scores. The results indicate risks to mental health in university students resulting from the pandemic crisis, in addition to pointing out a possible protective factor of affective relationships of positive quality. The social reflections raised suggest that there is a demand for investigations verifying such risk and protection factors considering social inequalities according to sociodemographic characteristics.

Keywords: COVID-19; Students; Life Satisfaction.

Resumen

El presente trabajo abordó los impactos de la pandemia de COVID-19 en la satisfacción con la vida de los estudiantes de educación superior, sometidos al aumento del estrés derivado del aislamiento social, la suspensión de las clases presenciales y la adaptación al aprendizaje a distancia. El objetivo fue seleccionar y analizar las investigaciones científicas que correlacionaron el impacto de la pandemia de COVID-19 con la satisfacción con la vida en estudiantes de educación superior,

contextualizando los hallazgos desde perspectivas sociales. Se buscaron artículos en las plataformas PUBMED, PSYCINFO y SCIELO, a partir de la pregunta orientadora de la investigación: ¿Cuál es la relación entre los impactos de la pandemia del COVID-19 y la satisfacción con la vida en estudiantes de educación superior? Se encontraron 192 artículos y la muestra final estuvo conformada por seis artículos originales y cuantitativos. Se verificó en los artículos seleccionados que un mayor impacto psicológico, académico, financiero e interpersonal de la COVID-19 se correlacionó significativamente con puntajes más bajos de satisfacción con la vida, así como una mayor calidad de relación con amigos y familiares se correlacionó con puntajes más altos de satisfacción con la vida. Los resultados indican riesgos para la salud mental en universitarios derivados de la crisis pandémica, además de señalar un posible factor protector de relaciones afectivas de calidad positiva. Las reflexiones sociales planteadas sugieren que existe una demanda de investigaciones que verifiquen tales factores de riesgo y protección considerando las desigualdades sociales según características sociodemográficas.

Palabras Clave: COVID-19; Estudiantes; Satisfacción con la Vida.

INTRODUÇÃO

Os impactos da pandemia da doença de coronavírus 2019 (COVID-19) foram observados em investigações na população em geral, decorrentes das mudanças na vida cotidiana surgidas com a implantação de isolamentos e distanciamentos sociais, estratégias de saúde pública para conter o contágio da doença e evitar elevado número de pessoas necessitando simultaneamente dos serviços de saúde, arriscando a colapsá-los, além do medo do adoecimento e das repercussões sociais e financeiras da crise pandêmica (GOULARTE *et al.*, 2021; SERAFIM *et al.*, 2021; XIONG *et al.*, 2020).

As pesquisas observaram que a pandemia de COVID-19 impactou a saúde mental da população em 8 países (China, Dinamarca, Espanha, EUA, Irã, Itália, Nepal e Turquia) (XIONG *et al.*, 2020) e no Brasil (GOULARTE *et al.*, 2021; SERAFIM *et al.*, 2021).

Estudantes universitários são considerados vulneráveis ao sofrimento psíquico decorrentes da vida acadêmica mesmo em tempos não pandêmicos (GRANER;

CERQUEIRA, 2019). Durante a pandemia de COVID-19, os universitários foram expostos a estressores adicionais devido aos efeitos da mesma na educação superior, tais como a migração das aulas presenciais para a modalidade *online* e remota (ARISTOVNIK *et al.*, 2020; SAHU, 2020).

A satisfação com a vida é o julgamento cognitivo pessoal sobre o quão satisfeito se está com a própria vida atual, independente de avaliações objetivas sobre a qualidade de vida (DIENER, 1985). Tal satisfação foi observada como possível fator protetivo à saúde mental em graduandos de medicina e farmácia em investigações anteriores à pandemia de COVID-19 (CHO; JEON, 2019; MACHADO *et al.*, 2018), bem como em universitários durante a pandemia de COVID-19 (ROGOWSKA; KUŚNIERZ; BOKSZCZANIN, 2020).

No contexto social, especificamente das desigualdades existentes, a diferença dos impactos pandêmicos foi analisada em pesquisas envolvendo populações em geral (SIFF *et al.*, 2020) e em pesquisas com estudantes (ARISTOVNIK *et al.*, 2020). Segundo Siff *et al.* (2020), a pandemia de COVID-19 evidenciou de modo contundente a ligação entre a biologia e a sociologia. Do mesmo modo, revisão de estudos anteriores a pandemia em diferentes populações verificou dentre os fatores determinantes para o bem-estar subjetivo (conceito que engloba a satisfação com a vida e a frequência de afetos positivos e negativos) diferenças relativas aos dados sociodemográficos básicos, *status* socioeconômico, apoio social, religião e cultura (DAS *et al.*, 2020). Assim, tanto os impactos da pandemia quanto a satisfação com a vida são influenciadas por características do contexto social.

O presente artigo se propõe a abordar os impactos da crise pandêmica na satisfação com a vida dos estudantes, por meio de revisão da literatura para seleção e síntese de pesquisas em estudantes do ensino superior que correlacionaram os impactos da pandemia de COVID-19 com a satisfação com a vida, contextualizando os resultados a partir de perspectivas sociais. Com isso, objetiva contribuir para o entendimento de possíveis fatores de risco e proteção à saúde mental dos estudantes perante os impactos pandêmicos, bem como levantar dados e motivar reflexões passíveis de auxiliar no suporte aos discentes.

PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu alerta em 31 de dezembro de 2019 sobre casos de pneumonia causada por novo tipo de coronavírus, que ainda não havia sido identificado em humanos, na cidade chinesa de Wuhan. A OMS declarou o surto da COVID-19 em janeiro de 2020 e o caracterizou de pandemia em março desse mesmo ano (OMS, 2020a, 2020b).

A pandemia de COVID-19 trouxe preocupações sobre o impacto na saúde mental da população mundial, levando a OMS a divulgar documento em 18 de março de 2020 com recomendações à população sobre como lidar com as informações referentes a pandemia, proteger-se e dar apoio aos demais (OMS, 2020a).

Avaliando os impactos psicológicos da quarentena ocorridos em epidemias anteriores, revisão de estudos alertou sobre os riscos de confinamentos prolongados, perdas financeiras e medo da infecção favorecerem sentimentos de confusão, frustração, tédio, raiva e sintomas de estresse pós-traumático (BROOKS *et al.*, 2020).

Investigações na população em geral durante a pandemia de COVID-19 observaram impactos negativos na saúde mental devido ao medo da doença de alto contágio e potencial para agravos à saúde, bem como devido às medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades internacionais de saúde, com o objetivo de evitar a disseminação do vírus e prevenir colapsos nos sistemas de saúde, que acarretaram alterações nas rotinas diárias, com suspensão de atividades presenciais, quarentenas e adoção de novos hábitos (tais como distanciamento social, uso de máscara facial e atenção a higienização das mãos), além das decorrentes crises sociais e econômicas (GOULARTE *et al.*, 2021; SERAFIM *et al.*, 2021; XIONG *et al.*, 2020).

Revisão de estudos na população em geral de 8 países (China, Dinamarca, Espanha, EUA, Irã, Itália, Nepal e Turquia) observou níveis relativamente altos de sintomas de depressão, ansiedade, estresse e estresse pós-traumático (XIONG *et al.*, 2020).

Na população brasileira, Serafim *et al.* (2021) verificaram preocupantes percentuais de sintomas de estresse (42,2%), ansiedade (39,7%) e depressão (46,4%) em maio e junho de 2020, bem como Goularte *et al.* (2021) observaram alta prevalência de sintomas psiquiátricos de maio a julho de 2020 e consideraram que os

impactos na saúde mental da população brasileira deveriam ser considerados problema de saúde pública.

No contexto sociológico, revisão de estudos examinou os fatores envolvidos de maneira potencial e sistemática nas altas taxas de transmissão da COVID-19, incluindo falta de equipamento de proteção, densidade populacional e confinamento, verificando que os riscos de transmissão são proeminentes em populações desfavorecidas e concluindo sobre a necessidade de reflexões sobre as condições sociais para abordar e mitigar os danos e as consequências e dessas desigualdades na transmissão viral (SIFF *et al.*, 2020).

Em relação às desigualdades sociais, revisão de estudos internacionais apontou vulnerabilidades à exposição da COVID-19 conforme gênero, classe e raça, produzidas em contextos mundiais diversificados, nos quais aqueles com baixa renda tenderam a não ter os recursos necessários para aderir ao isolamento social e acabaram se colocando em condição de maior risco de exposição ao vírus pela necessidade de buscar recursos financeiros para a sobrevivência (ESTRELA *et al.*, 2020). Em relação ao gênero, os autores relataram que os homens apresentaram maiores taxas de adoecimento pela COVID-19, podendo estar relacionado ao seu papel de prover financeiramente a família (ESTRELA *et al.*, 2020).

Desse modo, verifica-se que a pandemia impactou a saúde mental da população mundial, sendo relevante a realização de pesquisas sobre diferenças na intensidade de tais impactos conforme as estratificações da organização social segundo gênero, raça e classe.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Os estudantes do ensino superior foram expostos aos impactos econômicos, sociais e de saúde da pandemia de COVID-19, porém a esses foram adicionados impactos acadêmicos causados pela adoção das medidas de prevenção e proteção recomendadas pelas autoridades sanitárias por grande parte das universidades pelo mundo. Tais medidas acarretaram suspensão de atividades presenciais, alterações no calendário acadêmico e transição para salas de aulas virtuais pela *Internet*, ocasionando efeitos psicológicos em estudantes e funcionários (SAHU, 2020).

Revisão de estudos anteriores à pandemia de COVID-19 sugeriu que universitários seriam vulneráveis ao sofrimento psíquico devido a estressores relativos a características da vida acadêmica e relacional (GRANER; CERQUEIRA, 2019). Desse modo, é possível pensar em aumento da vulnerabilidade ao sofrimento psíquico desses estudantes diante do incremento de estressores decorrentes da crise pandêmica que afetou diferentes aspectos da vida social e acadêmica.

Pesquisa em estudantes do ensino superior durante a pandemia de COVID-19, envolvendo 62 países em 6 continentes (44,9% Europa; 23,7% Ásia; 14,4% América do Sul; 8,6% África; 7,8% América do Norte; 0,6% Oceania), incluindo o Brasil, em cursos de 4 áreas do conhecimento (37,0% Ciências Sociais; 31,1% Ciências Aplicadas; 21,7% Ciências Naturais e da Vida; 10,2% Artes e Humanidades), a maioria com idade de até 24 anos (81,8%) e do sexo feminino (65,6%), destacou as desigualdades sociais entre os estudantes afetando o aproveitamento da aprendizagem remota, uma vez que dificultou ter disponível local adequado para estudar, possuir recursos necessários (aparelhos e boa conexão à *Internet*) e ter conhecimentos adequados à utilização de plataformas digitais de ensino (ARISTOVNIK *et al.*, 2020).

Ainda, Aristovnik *et al.* (2020) apontaram que fatores sociodemográficos e geográficos desempenharam importante papel no modo que os alunos perceberam os diferentes aspectos da vida acadêmica: a mudança para aulas remotas devido à pandemia teve maior impacto nos estudantes do sexo masculino, em cursos de meio período e das ciências aplicadas, com padrão de vida mais baixo e em regiões menos desenvolvidas (na África e Ásia); o impacto na vida emocional e circunstâncias pessoais foi maior nos estudantes do sexo feminino, em curso de turno integral, graduandos e com problemas financeiros; os estudantes com mais esperança e menos entediados foram aqueles mais satisfeitos com o trabalho e vida acadêmica, em cursos das ciências sociais e com melhor padrão de vida. Tais achados corroboram as preocupações de instituições internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a importância de programas educacionais que promovam maior igualdade digital, social, econômica e de gênero (ARISTOVNIK *et al.*, 2020).

Oliveira (2020) salienta que as desigualdades educacionais foram evidenciadas e aprofundadas com o ensino e aprendizagem à distância durante a

pandemia de COVID-19, convergindo-as com as contribuições de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre a estrutura escolar reproduzir as desigualdades sociais (BOURDIEU; PASSERON, 2008; OLIVEIRA, 2020). Desigualdades essas a serem abordadas não como resultado de diferenças naturais entre os alunos, mas considerando a relação entre origem social e desempenho escolar, tais como as tendências de investimento na educação (tempo, dedicação, dinheiro) que variam nos grupos sociais a partir das respectivas estimativas de êxito ou fracasso com base nos exemplos vividos por seus membros (BOURDIEU; PASSERON, 2008; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Daí verifica-se a relevância de dados sociodemográficos nas análises dos impactos da pandemia de COVID-19 na vida pessoal e acadêmica de estudantes.

Desse modo, é possível pensar que as desigualdades educacionais tendem a promover diferentes níveis de impactos pandêmicos vivenciados pelos estudantes, conforme a possibilidade de acesso aos recursos necessários e as motivações para empreender esforços para inserir-se e adaptar-se ao processo remoto, o que tende a acarretar diferentes intensidades no aumento do estresse e nos decorrentes prejuízos à saúde mental e ao desempenho nos estudos.

A SATISFAÇÃO COM A VIDA EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Diener (2000), um dos principais estudiosos sobre bem-estar subjetivo, afirma que as pessoas fazem julgamentos sobre a própria vida, e por isso busca entender como as pessoas avaliam a própria situação no mundo, como sentem e pensam a respeito de sua vida, independentemente de como os outros a veem. Nessa perspectiva, o bem-estar subjetivo é composto de um componente cognitivo, a satisfação com a vida (julgamento global sobre a própria vida), e um componente emocional, alto nível de afetos positivos (vivência de emoções e humores agradáveis) e baixo nível de afetos negativos (vivência de emoções e humores desagradáveis) (DIENER, 2000).

A Escala de Satisfação com a Vida (*Satisfaction With Life Scale* - SWLS) foi elaborada por Diener *et al.* (1985), na qual o pesquisado julga e mensura o quanto está satisfeito com seu estado atual de vida, avaliando se sente estar próximo ou distante daquilo que aspira para si. Desse modo, a avaliação centra-se no julgamento

do próprio pesquisado e não em algum critério considerado importante pelo pesquisador, e os autores justificam que embora alguns aspectos possam ser considerados desejáveis, por exemplo saúde e energia, os indivíduos podem atribuir valores diferentes a eles (DIENER *et al.*, 1985; ZANON *et al.*, 2014).

O bem-estar subjetivo, avaliado por meio da satisfação com a vida e do balanço de afetos negativos, é uma das 11 dimensões pelas quais é avaliado o bem-estar da população pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional que busca abordar a questão de como medir o bem-estar das pessoas e o progresso das sociedades (OCDE, 2020). A OCDE avalia o bem-estar a partir de 11 dimensões: 3 condições materiais (renda e riqueza; moradia; trabalho e qualidade do emprego) e 8 fatores relativos à qualidade de vida (saúde; conhecimentos e competências; qualidade ambiental; bem-estar subjetivo; segurança, equilíbrio trabalho-vida; conexões sociais; engajamento cívico) (OCDE, 2020). Além disso, a OCDE analisa o bem-estar considerando 3 tipos de desigualdades: horizontal (por exemplo, homens e mulheres, idosos e jovens), vertical (por exemplo, renda dos 20% mais ricos comparados com os 20% mais pobres) e privações (parcela populacional abaixo de determinado limiar de realização, como nível mínimo de habilidades ou saúde). A pesquisa da OCDE com dados até o ano de 2018, verificou em relação à satisfação com a vida que as diferenças entre sexo foram insignificantes, entretanto pessoas com menos de 30 anos e pessoas com nível educacional mais alto apresentaram maior satisfação com a vida (OCDE, 2020).

Pesquisa anterior a pandemia sugeriu que o bem-estar subjetivo (envolvendo a satisfação com a vida e afetos positivos e negativos) tende a ser fortemente influenciado pelas experiências emocionais, e essas variam ao longo do tempo e contexto (JOSHANLOO, 2019). Assim sendo, é possível pensar que as experiências emocionais decorrentes da pandemia de COVID-19 poderiam afetar os níveis pessoais de satisfação com a vida dos estudantes.

Investigação durante a pandemia em universitários de tecnologia da Polônia, com idade de 18 a 40 anos e maioria do sexo masculino (56,9%), observou que a ansiedade apresentou correlação negativa fraca com satisfação com a vida ($n=914$; coeficiente de correlação $=-0,35$; $p<0,001$) (ROGOWSKA; KUŚNIERZ; BOKSZCZANIN, 2020). Antes da pandemia de COVID-19, pesquisa também observou associação negativa com ansiedade em graduandos do curso de medicina

no Brasil ($n=417$; coeficiente de regressão multivariada= $-0,113$; $p=0,002$), com idade média de 22 ± 3 anos e maioria dos participantes do sexo feminino (51,1%) e vivendo com os pais (64,4%) (MACHADO *et al.*, 2018). Outra pesquisa anterior a pandemia observou correlação negativa fraca entre a satisfação com a vida e exaustão emocional ($n=452$; coeficiente de correlação= $-0,17$; $p<0,001$) em graduandos do curso de farmácia na Coréia do Sul, com idade média de $25 \pm 2,9$ anos e maioria da amostra do sexo feminino (81,9%) (CHO; JEON, 2019).

Determinantes do bem-estar subjetivo foram identificados por Das *et al.* (2020) a partir da revisão de 105 artigos em diferentes populações, publicados de 1965 a 2018, divididos em 7 categorias: dados sociodemográficos básicos (sexo, idade, raça/etnia); *status* socioeconômico (renda, educação, emprego, estrutura familiar, *status* de imigração); saúde e funcionamento (saúde geral ou autorreferida, doenças, incapacidades mentais e físicas, obesidade, privação de sono, atividade física); personalidade (traços de personalidade como autoeficácia, otimismo e autoestima); apoio social (número de contatos, qualidade dos contatos; amigos; família, satisfação com a família, satisfação social, discriminação); religião e cultura (conceituação do bem-estar subjetivo, formulação de padrões de comparação, religiosidade, visitas a casas de culto); geografia e infraestrutura (nível de desagregação do local de moradia e acesso a infraestrutura). Os autores verificaram que a maioria das investigações abordaram o bem-estar subjetivo pelo componente cognitivo, a satisfação com a vida, e que a medida mais comum de mensuração foi a escala SWLS (DAS *et al.*, 2020).

No aspecto sociodemográfico, Das *et al.* (2020) apontaram que os artigos analisados apresentaram resultados divergentes em relação à associação do bem-estar subjetivo com o sexo (mulheres associadas positivamente e negativamente) e com a idade (associação positiva, negativa ou ausência de associação), sendo que pesquisas com enfoque no processo de envelhecimento sugeriram que mudanças nas condições econômicas e nas responsabilidades familiares, personalidade, desenvolvimento pessoal contínuo, aposentadoria, perda social, estado de saúde, declínio físico relacionadas à idade geralmente influenciaram o bem-estar subjetivo. Em relação à raça/etnia, pesquisa nos EUA sugeriu que minorias, tais como mulheres afro-americanas, asiáticas e hispânicas, apresentaram menor bem-estar subjetivo se comparadas as brancas (DAS *et al.*, 2020). Os autores concluem que as discrepâncias nos achados sobre as relações entre demografia básica e o bem-estar subjetivo

poderiam ser atribuídas ao fato de que fatores relacionados as categorias *status* socioeconômico, saúde e funcionamento, e personalidade serem inconsistentemente controlados nessas investigações (DAS *et al.*, 2020).

Desse modo, as pesquisas em estudantes do ensino superior supracitados, antes e durante a pandemia, sugeriram a relação entre satisfação com a vida e saúde mental ao apontarem a associação negativa da satisfação com a vida com ansiedade (MACHADO *et al.*, 2018; ROGOWSKA; KUŚNIERZ; BOKSZCZANIN, 2020) e com exaustão emocional (CHO; JEON, 2019).

Apesar de estudos como o de Das *et al.* (2020) terem evidenciado a relação de determinantes sociodemográficos com o bem-estar subjetivo, que inclui a satisfação com a vida, há demanda por pesquisas que aprofundem a análise e reflexão das associações entre a saúde mental e a satisfação com a vida considerando possíveis diferenças conforme as características sociodemográficas em vários grupos populacionais, incluindo os estudantes.

PERCURSO METODOLÓGICO

Realizou-se revisão da literatura científica seguindo as etapas: formular questão de pesquisa; estabelecer critérios de inclusão e exclusão de artigos; definir os dados a serem extraídos; avaliar os artigos selecionados; interpretar os resultados; apresentar a síntese dos achados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A questão de pesquisa elaborada foi: Quais os impactos da pandemia de COVID-19 na satisfação com a vida dos estudantes do ensino superior?

Os critérios de inclusão definidos foram: artigos originais sobre o público de estudantes do ensino superior, com coleta de dados realizada durante a pandemia de COVID-19, com texto na íntegra disponível gratuitamente na *Internet* nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, avaliando a satisfação com a vida e a correlacionando com impactos pandêmicos. Os critérios de exclusão foram artigos de opinião, cartas, correções de artigos já publicados, editoriais, protocolos e relatos de experiência, além de artigos que não atenderam aos critérios de inclusão.

As bases de dados pesquisadas foram Pubmed, Psycinfo e Scielo por indexarem número significativo de periódicos nacionais e internacionais, sendo utilizadas três palavras-chave nas buscas com o operador booleano AND entre elas:

COVID-19, *students e life satisfaction*. Na pesquisa na base SCIELO, utilizou-se também as palavras-chave em português e espanhol: COVID-19, estudantes e satisfação com a vida; COVID-19, estudiantes e satisfacción con la vida.

A coleta de dados foi realizada de 10 a 23 de maio de 2022, tendo sido identificados 192 artigos (133 Pubmed, 58 Psycinfo e 1 Scielo).

Na primeira avaliação ocorreu a leitura de título e resumo, além de consulta ao texto caso necessário, sendo excluídos 140 documentos: 32 duplicados; 3 correções; 2 cartas; 1 protocolo; 11 textos na íntegra não disponíveis gratuitamente na *Internet*; 1 texto no idioma russo; 42 pesquisas com população-alvo que não atendeu ao critério de inclusão (amostras não constituídas por estudantes do ensino superior); 48 pesquisas sem avaliar a satisfação com a vida.

Na segunda avaliação ocorreu a leitura dos 52 artigos selecionados na primeira avaliação (14 Pubmed e PsycInfo, 32 só Pubmed, 6 só PsycInfo, 0 Scielo), sendo selecionados 6 artigos que atenderam à pergunta norteadora da pesquisa e os critérios de inclusão, realizando testes de correlação entre a satisfação com a vida e os impactos da pandemia de COVID-19 (3 Pubmed e 3 PsycInfo) (Quadro 1).

Quadro 1 – Processo de seleção dos artigos para a composição da amostra, 2022.

Identificação	Documentos identificados nas bases de dados = 192
Elegibilidade	Primeira avaliação (leitura de títulos e resumos)* = 192 133 Pubmed 058 PsycInfo 001 Scielo
	Documentos excluídos = 140 32 duplicados 03 correções 02 cartas 01 protocolo 11 sem acesso ao texto 01 texto em russo 42 população-alvo que não atendeu ao critério de inclusão 48 não avaliaram a satisfação com a vida
	Segunda avaliação (leitura do texto integral) = 52 14 Pubmed e PsycInfo 32 só Pubmed 06 só PsycInfo
Inclusão	Artigos incluídos na amostra = 6 3 Pubmed 3 PsycInfo

Fonte: Os autores (2022). *Em certos casos, buscou-se no texto dados ausentes no resumo.

CORRELAÇÕES ENTRE IMPACTOS PANDÊMICOS DA COVID-19 E A SATISFAÇÃO COM A VIDA DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A amostra para o presente trabalho de revisão resultou na seleção dos seis artigos originais que atenderam aos critérios de inclusão e responderam à pergunta norteadora da pesquisa (Quadro 2).

Quadro 2 – Artigos selecionados que realizaram correlações entre satisfação com a vida e impactos da pandemia de COVID-19 em estudantes do ensino superior, 2022

Autoria (Ano)	Título
Ang, Monte e Tsai (2022)	First-year college students' adjustment during the COVID-19 pandemic: The protective roles of hope and gratitude
Aslan, Ochnik e Çinar (2020)	Exploring Perceived Stress among Students in Turkey during the COVID-19 Pandemic
Duong (2021)	The impact of fear and anxiety of covid-19 on life satisfaction: Psychological distress and sleep disturbance as mediators
El-Bardan e Lathabhavan (2021)	Fear of COVID-19 scale: Psychometric properties, reliability and validity in Egyptian population
Gallegos, Zaring-Hinkle e Bray (2021)	COVID-19 pandemic stresses and relationships in college students
Kokkinos, Tsouloupas e Voulgaridou (2022)	The effects of perceived psychological, educational, and financial impact of COVID-19 pandemic on Greek university students' satisfaction with life through Mental Health

Fonte: Os autores (2022).

Os seis artigos selecionados utilizaram para mensurar a satisfação com a vida a escala *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) de Diener *et al.* (1985) com cinco afirmativas e opções fechadas de resposta variando de discordo plenamente a concordo plenamente: 1) A minha vida está próxima do meu ideal; 2) Minhas condições de vida são excelentes; 3) Eu estou satisfeito com a minha vida; 4) Até agora eu tenho conseguido as coisas importantes que eu quero na vida; 5) Se eu pudesse viver a minha vida de novo eu não mudaria quase nada (DIENER *et al.*, 1985; ZANON *et al.*, 2014). A satisfação com a vida avaliada se refere ao julgamento geral da pessoa quanto ao seu bem-estar e qualidade de vida, ou seja, é a avaliação

emocional e cognitiva da vida pelo próprio indivíduo, sendo que altos escores nessa escala indicam alta satisfação com a vida (DIENER *et al.*, 1985).

Os artigos selecionados realizaram correlações estatísticas entre a satisfação com a vida (utilizando o SWLS) e diferentes instrumentos para avaliar os impactos da pandemia de COVID-19, tais como '*Coronavirus Anxiety Scale*', '*Coronavirus Experiences and Impacts Questionnaire*', '*Fear of covid-19 scale*', '*Perception of COVID-19 impact (PCI) on well-being*' e '*The Coronavirus Impacts Questionnaire*'.

Os testes estatísticos de correlação entre variáveis geram coeficientes de correlação, que são medidas estatísticas que demonstram a força de relacionamento entre duas variáveis, não implicando em causalidade, mas em relação entre a variabilidade das variáveis (DANCEY; REIDY, 2013).

Os coeficientes de correlação variam de -1 a +1: valor zero indica ausência de correlação. Coeficientes com valores positivos indicam que as duas variáveis variam na mesma direção, ou seja, indicam que escores altos de uma variável tendem a se relacionar com escores altos da outra variável, bem como escores baixos em uma variável tende a se relacionar com escores baixos da outra. Por outro lado, os coeficientes com valores negativos indicam que as duas variáveis variam em direções opostas, ou seja, indicam que escores altos em uma variável tende a se relacionar com escores baixos na outra (DANCEY; REIDY, 2013).

Para favorecer a interpretação dos coeficientes de correlação, Dancey e Reidy (2013) sugerem a classificação: 0,1 a 0,3 = fraca; 0,4 a 0,6 = moderada; 0,7 a 0,9 = forte; 1 = perfeita. Desse modo, foram consideradas para a análise no presente trabalho as correlações com coeficientes $\geq 0,1$.

Os seis artigos selecionados são internacionais, com coleta de dados realizada durante a pandemia de COVID-19, em seis países (Chipre, Egito, EUA, Grécia, Turquia e Vietnã) de quatro continentes (África, América, Ásia e Europa), com texto na íntegra em língua inglesa, de abordagem quantitativa, utilizando o mesmo instrumento para mensurar a satisfação com a vida (SWLS) e instrumentos diferentes para avaliar os impactos da pandemia nos estudantes do ensino superior (Tabela 1).

Tabela 1 – Características dos artigos selecionados com as correlações entre impactos da pandemia de COVID-19 e satisfação com a vida em estudantes do ensino superior, 2022.

Autoria (país; período da coleta de dados)	Participantes (tamanho da amostra)	Características da amostra	Dimensões correlacionadas com a satisfação com a vida (coeficiente de correlação)
Ang, Monte e Tsai (EUA; set. 2020)	Graduandos 1º ano de uma universidade privada (n=408)	70,8% mulheres Idade média 17,9 anos (41,3% asiático-americano; 20,4% europeu-americano; 15,8% latino-americano; 12,1% multirracial; 9,3% preto americano)	COVID-19 Impacto Psicológico Negativo (-0,24*,§)#
Aslan, Ochnik e Çinar; (Turquia; maio a jun. 2020)	Estudantes de 13 universidades em 10 cidades (n=358)	78,8% graduandos 55,9% mulheres Idade média 23 anos 69,5% moram na cidade (53,1% Ciências sociais; 45,8% Ciências da Saúde; 1,1% Ciências naturais)	Percepção do Impacto da COVID-19 no Bem-Estar (-0,14*,§)#
Duong; (Vietnã; set. a out. 2020)	Graduandos de várias universidades (n=1.521)	56,7% mulheres Idade 18 a 20 anos 66,0% renda mensal menor de 130 dólares (estudante) (52,3% Economia e gerenciamento de negócios; 47,7% Engenharias e outros)	Medo e ansiedade da COVID-19 (-0,09*)#
El-Bardan e Lathabhava; (Egito; sem data coleta)	Graduandos de várias universidades (n=1.832)	77,2% mulheres Idade 18 a 23 anos 53,6% moram no campo (81,9% faculdade teórica; 18,1% faculdade aplicada)	Medo da COVID-19 (-0,24*,§)#
Gallegos, Zaring-Hinkle e Bray (EUA; abr. 2020)	Graduandos de Psicologia de uma universidade (n=501)	58% mulheres Idade 18 a 25 anos 55% moram com pais (55% hispânicos; 23% não-hispânicos brancos; 10% afro-americanos; 9% asiáticos; 3% multirracial ou outros)	Estresses relacionados à pandemia de COVID-19: financeiro (-0,14*,§)\$, trabalho (-0,14*,§)\$; acadêmico (-0,20*,§)\$. Mudanças relacionadas à pandemia de COVID-19 na qualidade do relacionamento com familiares e amigos: positivas (+0,30*,§)\$; frequência de comunicação (+0,16*,§)\$; compartilhar atividades (+0,15*,§)\$
Kokkinos, Tsouloupas e Voulgaridou; (Grécia e Chipre; mar. e abr. 2021)	Estudantes de várias universidades (n=1.654)	50% universidade pública 65,9% graduandos 72,9% mulheres Idade média 26,1 anos	Impacto da COVID-19: Psicológico (-0,26*,§)#, Acadêmico (-0,25*,§)# e Financeiro (-0,19*,§)#

Notas: *Correlação estatisticamente significativa ($p < 0,01$). §Coeficiente de correlação $\geq 0,1$.
#Correlação bivariada. \$Correlação entre variáveis no contexto da Manova (Análise de variância multivariada).
Fonte: Os autores (2022).

A pesquisa de Gallegos, Zaring-Hinkle e Bray (2021) em graduandos de Psicologia de uma universidade dos Estados Unidos da América (EUA), com idade de 18 a 25 anos, cujos dados foram coletados em abril de 2020 (período inicial da pandemia), perguntou aos participantes: *Em resposta à COVID-19, até que ponto você experimentou mudanças em cada um dos seguintes itens?* Os participantes respondiam entre diminuiu, não mudou e aumentou (resposta tipo *Likert* de 7 pontos), e os itens “qualidade positiva das relações com a família e amigos”, “frequência de comunicação com a família e amigos” e “compartilhar recursos com família e amigos” apresentaram correlações positivas (0,30, 0,16 e 0,15, respectivamente) com a satisfação com a vida (GALLEGOS; ZARING-HINKLE; BRAY, 2021), indicando que aumento na qualidade do relacionamento com a família e amigos em resposta à pandemia de COVID-19 tendeu a se relacionar com alta satisfação com a vida.

Ainda na pesquisa de Gallegos, Zaring-Hinkle e Bray (2021), perguntou-se aos participantes: *Em resposta à COVID-19, até que ponto você experimentou cada um dos seguintes itens?* Os participantes respondiam de nenhum a muito (resposta tipo *Likert* de 8 pontos), e os itens “estresses financeiros”, “estresses no trabalho” e “estresses acadêmicos” apresentaram correlações negativas (-0,14, -0,14 e -0,20, respectivamente) com a satisfação com a vida (GALLEGOS; ZARING-HINKLE; BRAY, 2021), indicando que aumento de estresse financeiro, no trabalho e acadêmico devido à crise pandêmica tendeu a se relacionar com baixa satisfação com a vida.

A investigação de Kokkinos, Tsouloupas e Voulgaridou (2022) em estudantes de várias universidades da Grécia e Chipre, com média de idade de 26,1 anos e dados coletados em março e abril de 2021, utilizou uma medida resumida de 3 itens, baseada no instrumento ‘*The Coronavirus Impacts Questionnaire*’ (CIQ) para avaliar a percepção do impacto psicológico (o coronavírus impactou negativamente minha saúde psicológica?), acadêmico (o coronavírus afetou negativamente meu desempenho acadêmico?) e financeiro (o coronavírus me impactou negativamente do ponto de vista financeiro?) da pandemia de COVID-19, para os quais os participantes respondiam de discordo plenamente a concordo plenamente (resposta tipo *Likert* de 7 pontos), sendo que os três impactos apresentaram correlação negativa (-0,26, -0,25 e -0,19, respectivamente) com a satisfação com a vida (KOKKINOS; TSOULOUPAS; VOULGARIDOU, 2022), indicando que percepção de maior impacto psicológico,

acadêmico e financeiro da pandemia de COVID-19 tendeu a se relacionar com baixa satisfação com a vida.

A pesquisa de Ang, Monte e Tsai (2022) em graduandos do primeiro ano de uma universidade privada dos EUA, com média de idade de 17,9 anos e coleta de dados em setembro de 2020, avaliou o impacto psicológico negativo da COVID-19 por meio de dois itens da subescala psicológica da escala '*Coronavirus Experiences and Impacts Questionnaire*' (CEQ), para os quais os participantes respondiam entre discordo plenamente a concordo plenamente (resposta tipo *Likert* de 7 pontos): 1) Fiquei deprimido por causa do coronavírus (COVID-19); 2) O surto de coronavírus (COVID-19) impactou negativamente minha saúde psicológica (ANG; MONTE; TSAI, 2022). Essa escala apresentou correlação negativa (-0,24) com a satisfação com a vida (ANG; MONTE; TSAI, 2022), indicando que impacto psicológico negativo da pandemia tendeu a se relacionar com baixa satisfação com a vida.

A investigação de Aslan, Ochnik e Çinar (2020) em estudantes de 13 universidades em 10 cidades da Turquia, com média de idade de 23 anos e coleta de dados de maio a junho de 2020, avaliou a percepção do impacto da COVID-19 no bem-estar, utilizando o instrumento '*Perception of COVID-19 impact (PCI) on well-being*', por meio de 5 questões, com respostas variando de discordo plenamente a concordo plenamente (resposta tipo *Likert* de 5 pontos), mensurando o quanto os alunos temem que a situação atual relacionada à pandemia de COVID-19 possa afetar negativamente sua vida em 5 áreas: 1) conclusão do semestre e graduação; 2) procura de emprego e desenvolvimento profissional; 3) situação financeira (por exemplo, subsistência durante os estudos; 4) relacionamentos com entes queridos e familiares; 5) relacionamento com colegas e amigos (ASLAN; OCHNIK; ÇINAR, 2020). Essa escala apresentou correlação negativa com a satisfação com a vida (-0,14) (ASLAN; OCHNIK; ÇINAR, 2020), indicando que alta preocupação relacionada ao coronavírus nas áreas acadêmica, profissional, financeira e de relacionamentos afetivo tendeu a se relacionar com baixa satisfação com a vida.

A pesquisa de El-Bardan e Lathabhavan (2021) em graduandos de universidades do Egito com idade de 18 a 23 anos, utilizou a escala '*Fear of covid-19 scale*' de Ahorsu *et al.* (2020) de 7 itens, com respostas variando de discordo plenamente a concordo plenamente (resposta tipo *Likert* de 7 pontos), para avaliar o receio frente à situação pandêmica, baseado nas seguintes perguntas: 1) Eu tenho

muito medo do coronavírus-19; 2) Me deixa desconfortável pensar no coronavírus-19; 3) Minhas mãos ficam úmidas quando penso no coronavírus-19; 4) Tenho medo de perder minha vida por causa do coronavírus-19; 5) Ao assistir notícias e histórias sobre o coronavírus-19 nas redes sociais, fico nervoso ou ansioso; 6) Não consigo dormir porque estou preocupado com o coronavírus-19; 7) Meu coração acelera ou palpita quando penso em pegar coronavírus-19 (AHORSU *et al.*, 2020; EL-BARDAN; LATHABHAVAN, 2021). Essa escala apresentou correlação negativa (-0,24) com a satisfação com a vida (EL-BARDAN; LATHABHAVAN, 2021), indicando que alto medo da COVID-19 tendeu a se relacionar com baixa satisfação com a vida.

A investigação de Duong (2021) sobre medo e ansiedade relativos à COVID-19 em graduandos de várias universidades do Vietnã, com idade de 18 a 20 anos e coleta de dados de setembro a outubro de 2020, utilizou a adaptação da Escala de Ansiedade do Coronavírus (*Coronavirus Anxiety Scale*), com 5 itens, com respostas relativas às duas últimas semanas variando de “jeito nenhum” a “quase todos os dias” (resposta tipo *Likert* de 5 pontos) para as seguintes questões: 1) Eu sinto tonturas, vertigens ou desmaios ao ler ou ouvir notícias sobre o coronavírus; 2) Eu tive problemas para adormecer ou permanecer dormindo porque estava pensando no coronavírus; 3) Eu senti paralisado ou congelado quando pensei ou fui exposto a informações sobre o coronavírus; 4) Eu perdi o interesse em comer quando pensei ou fui exposto a informações sobre o coronavírus; 5) Eu senti náuseas ou tive problemas de estômago quando pensei ou fui exposto a informações sobre o coronavírus (LEE *et al.*, 2020; DUONG, 2021). Essa escala apresentou correlação estatisticamente significativa ($p < 0,01$) com a satisfação com a vida (DUONG, 2021), entretanto o coeficiente foi inferior a 0,1 (abaixo de fraca).

Dos seis artigos selecionados para a amostra, cinco deles, realizados em diversas culturas (Chipre, Egito, EUA, Grécia, Turquia), com universitários de vários cursos superiores e em diferentes períodos da pandemia (coletas variando de abril de 2020 a abril de 2021), observaram nos universitários pesquisados a relação entre menor satisfação com a vida com os seguintes impactos relativos à pandemia de COVID-19: maior medo da COVID-19 (EL-BARDAN; LATHABHAVAN, 2021); percepção de maior impacto psicológico (ANG; MONTE; TSAI, 2022; KOKKINOS; TSOULOUPAS; VOULGARIDOU, 2022), acadêmico e financeiro (KOKKINOS; TSOULOUPAS; VOULGARIDOU, 2022) na pandemia; maior estresse e preocupação

devido à pandemia nas áreas acadêmica, financeira e profissional (ASLAN; OCHNIK; ÇINAR, 2020; GALLEGOS; ZARING-HINKLE; BRAY, 2021) e de relacionamentos afetivos (ASLAN; OCHNIK; ÇINAR, 2020). Por outro lado, a pesquisa de Gallegos, Zaring-Hinkle e Bray (2021) em graduandos de Psicologia nos EUA observou a tendência de maior satisfação com a vida relacionar-se com melhor qualidade nos relacionamentos com familiares e amigos, maior frequência da comunicação e mais compartilhamento de atividades durante a pandemia.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS A PARTIR DE PERSPECTIVAS SOCIAIS

O medo da COVID-19, associado negativamente com a satisfação com a vida nos artigos avaliados na presente pesquisa, e suas repercussões na saúde mental ganham uma perspectiva mais ampla a partir de uma abordagem sociológica. Miskolci (2021) aborda o medo da COVID-19 enquanto questão sociológica, com raízes coletivas e históricas, tais como o medo coletivo estruturado culturalmente no Ocidente com a peste negra, que em meados do século XIV exterminou dois terços da população da Europa, e “legou ao Ocidente o medo esporadicamente avivado de ameaças mortais à vida dos povos” (p. 164). Outra raiz histórica trazida por Miskolci (2021) é o retorno da tecnologia sanitária da quarentena para fins de saúde pública, esta datada por Michel Foucault (1979) quando da peste na França no século XVIII, trazendo evocações de “paralelos sombrios” (MISKOLCI, 2021, p.165).

Em relação ao presente trabalho, os dois artigos que correlacionaram medo da COVID-19 com menor satisfação com a vida em graduandos do Egito (EL-BARDAN; LATHABHAVAN, 2021) e Vietnã (DUONG, 2021), com maioria da amostra composta de jovens e mulheres, foram realizados em países do Oriente, sendo que a pesquisa no Vietnã encontrou correlação entre os impactos da pandemia e a satisfação com a vida estatisticamente significativa ($p < 0,01$), entretanto com coeficiente inferior a 0,1 (abaixo de fraca). Miskolci (2021) argumenta que o medo da COVID-19 possui raízes em medos coletivos relativos a fatos passados no Ocidente e faz emergir ansiedades em meio a emergência epidemiológica. O autor ressalta que pandemias se expressam em condições epidemiológicas e culturais singulares a cada nação, comentando haver na cultura Oriental respostas mais calmas e resilientes perante os desafios

(MISKOLCI, 2021). Tais argumentos geram o questionamento se a intensidade do medo da COVID-19 e sua correlação com a satisfação com a vida em graduandos poderia apresentar maior intensidade em países ocidentais devido a tais raízes sociais e históricas.

O aumento do estresse, preocupação e percepção de maior impacto psicológico, acadêmico, financeiro ou trabalho associado negativamente a satisfação com a vida foi verificado em 4 dos artigos selecionados na presente pesquisa, em estudantes dos EUA (ANG; MONTE; TSAI, 2022; GALLEGOS; ZARING-HINKLE; BRAY, 2021), Grécia e Chipre (KOKKINOS; TSOULOUPAS; VOULGARIDOU, 2022), e Turquia (ASLAN; OCHNIK; ÇINAR, 2020), com maioria da amostra do sexo feminino e mais jovens. Tais associações sugerem que fatores psicológicos e sociais, tais como os econômicos, laborais e acadêmicos, foram impactados pela pandemia de COVID-19 e afetaram os estudantes pesquisados na satisfação com a própria vida.

No entanto, apenas os 2 artigos realizados nos EUA dividiram a amostra conforme a raça/etnia: o de Gallegos, Zaring-Hinkle e Bray (2021) com maior participação de hispânicos (55%) e o de Ang, Monte e Tsai (2022) com maior participação de asiático-americanos (41,3%). Entretanto, não foram realizadas correlações conforme tais determinantes sociodemográficos. Caso tais correlações tivessem sido realizadas, essas favoreceriam a verificação das diferenças de intensidade dos impactos pandêmicos nas diferentes estratificações sociais.

A importância de analisar as desigualdades sociais e a relação com os impactos pandêmicos conforme gênero, raça e classe, pode ser refletido a partir do estudo de Estrela *et al.* (2020). Os autores apontaram que as estruturas sociais dos países levam ao desfavorecimento socioeconômico de minorias sociais e étnicas, trazendo o exemplo brasileiro onde a baixa renda associa-se a raça e citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, nos quais 75,0% da população brasileira em situação de extrema pobreza são autodeclarados negros ou pardos (ESTRELA *et al.*, 2020). Estrela *et al.* (2020) também reiteraram a necessidade de políticas públicas capazes de implantar ações estratégicas para a melhoria das condições de saúde, educação, moradia e renda dessa população em momentos pandêmicos e não pandêmicos.

A maior satisfação com o estado atual da própria vida se relacionou com uma melhor qualidade das relações com familiares e amigos, considerando a maior

frequência nos contatos e atividades realizadas em conjunto no período da pandemia de COVID-19. Esse resultado é consistente com alguns dos determinantes do bem-estar subjetivo identificados por Das *et al.* (2020): estrutura familiar, satisfação com a família, quantidade e qualidade dos contatos com amigos e família.

Menores escores de satisfação com a vida indicam julgamento pessoal mais desfavorável sobre o estado atual da própria vida e esses foram relacionados com: alto medo da COVID-19; percepção de maior impacto psicológico, acadêmico e financeiro da pandemia; maior estresse e preocupação com as áreas acadêmica, financeira, profissional e afetiva durante a pandemia.

As reflexões suscitadas pelos trabalhos de cientistas sociais apontam a relevância de considerar as diferenças sociais e culturais na abordagem as variáveis envolvidas nessas correlações, tais como as raízes coletivas e históricas do medo, as desigualdades sociais e educacionais vigentes capazes de gerar diferenças na intensidade da percepção e vivência dos impactos pandêmicos, bem como nos julgamentos pessoais sobre o nível de satisfação com a própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão da literatura verificou impactos psicológicos, acadêmicos, financeiros e interpessoais da pandemia de COVID-19 em universitários de 5 países em 4 continentes. Esses impactos se relacionaram com baixa satisfação com a própria vida, sugerindo riscos à saúde mental dos universitários durante a pandemia e apontando a necessidade de suporte acadêmico e emocional aos discentes.

Encontrou-se pesquisa na qual a qualidade das relações com família e amigos durante a pandemia relacionou-se com alta satisfação com a vida, sendo esse resultado capaz de sugerir o fator de proteção dessas relações aos impactos na vida decorrentes da crise pandêmica.

Os achados apontam a demanda de pesquisas com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na satisfação com a vida dos acadêmicos, avaliando fatores protetivos capazes de auxiliar no enfrentamento da crise pandêmica e das possíveis decorrências da pandemia no período pós-pandêmico. Do ponto de vista sociológico, as reflexões suscitadas levantam questões e sugerem a relevância de tais pesquisas demandadas abordarem as correlações entre os impactos pandêmicos e a satisfação com a vida, identificando fatores de risco

e proteção, considerando as possíveis diferenças na intensidade de tais impactos conforme as estratificações da organização social, tais como gênero, raça e classe. Desse modo, ao considerar as desigualdades sociais e educacionais, poderiam fornecer dados mais abrangentes para o entendimento das repercussões da crise pandêmica na satisfação com a vida dos estudantes.

REFERÊNCIAS

AHORSU *et al.* The fear of COVID-19 scale: development and initial validation. **International Journal of Mental Health and Addiction**, EUA, 1–9, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11469-020-00270-8>>. Acesso em: 23 maio 2022.

ANG, Jen Ying-Zhen; MONTE, Victoria; TSAI, Willian. First-year college students' adjustment during the COVID-19 pandemic: the protective roles of hope and gratitude. **Translational Issues in Psychological Science**, EUA, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/tps0000320>>. Acesso em: 23 maio 2022.

ARISTOVNIK, Aleksander *et al.* Impacts of the COVID-19 pandemic on life of higher education students: a global perspective. **Sustainability**, Suíça, v. 12, n. 20, 8438, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su12208438>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ASLAN, Imram; OCHNIK, Dominika, ÇINAR, Orhan. Exploring perceived stress among students in Turkey during the COVID-19 pandemic. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Suíça, v. 17, n. 23, 8961, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph17238961>>. Acesso em: 23 maio 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BROOKS, Samantha K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **Lancet**, Inglaterra, v. 395, n. 10277, p. 912-920, 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)>. Acesso em: 10 maio 2020.

CHO, Eun; JEON, Soohyun. The role of empathy and psychological need satisfaction in pharmacy students' burnout and well-being. **BMC Medical Education**, Inglaterra, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30717723/>>. Acesso em 7 jul. 2019.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para Psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2013.

DAS, Kirti V. *et al.* Understanding subjective well-being: perspectives from psychology and public health. **Public Health Reviews**, Suíça, v. 41, n.1, 25, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s40985-020-00142-5>>. Acesso em: 11 jun 2022.

DIENER, Ed. Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. **American Psychologist**, EUA, v. 55, n. 1, p. 34-43, 2000. Disponível em: <<https://content.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.55.1.34>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

DIENER, Ed *et al.* The satisfaction with life scale. **Journal of Personality Assessment**, Inglaterra, v. 49, n. 1, p. 71-75, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13>. Acesso em: 7 mar. 2020.

DUONG, Cong Doanh. The impact of fear and anxiety of COVID-19 on life satisfaction: psychological distress and sleep disturbance as mediators. **Personality and Individual Differences**, EUA, v. 178, 110869, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.110869>>. Acesso em: 23 maio 2022.

EL-BARDAN, Mohamed Fawzy, LATHABHAVAN, Remya. Fear of COVID-19 scale: psychometric properties, reliability and validity in Egyptian population. **Diabetes & Metabolic Syndrome**, Holanda, v. 15, n. 4, 102153, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.dsx.2021.05.026>>. Acesso em: 23 maio 2022.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia de COVID-19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3.431-3.436, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>>. Acesso em: 11 jun 2022.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da medicina social. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALLEGOS, Martin I.; ZARING-HINKLE, Brittany; BRAY, James. H. COVID-19 pandemic stresses and relationships in college students. **Family Relations**. EUA, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/fare.12602>>. Acesso em: 23 maio 2022.

GOULARTE, Jeferson Ferraz *et al.* COVID-19 and mental health in Brazil: psychiatric symptoms in the general population. **Journal of Psychiatric Research**, Inglaterra, v. 132, p. 32-37, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2020.09.021>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

JOSHANLOO, Mohsen. Investigating the relationships between subjective well-being and psychological well-being over two decades. **Emotion**, EUA, v. 19, n. 1, p. 183-187, 2019. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/emo0000414>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

KOKKINOS, Constantinos M., TSOULOUPAS, Costas N.; VOULGARIDOU, Ioanna. The effects of perceived psychological, educational, and financial impact of COVID-19 pandemic on Greek university students' satisfaction with life through mental

health. **Journal of Affective Disorders**, Holanda, v. 300, p. 289-295, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jad.2021.12.114>>. Acesso em: 23 maio 2022.

LEE, Sherman A. *et al.* Clinically significant fear and anxiety of COVID-19: A psychometric examination of the Coronavirus Anxiety Scale. **Psychiatry Research**, Irlanda, v. 290, 113112, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113112>>. Acesso em: 23 maio 2022.

MACHADO, Leonardo *et al.* Subjective well-being, religiosity and anxiety: a cross-sectional study applied to a sample of Brazilian medical students. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 185-192, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-6089-2017-0070>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

MISKOLCI, Richard. O medo da pandemia como questão sociológica. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2 especial; p. 163-168, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp9>>. Acesso em: 11 jun 2022.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>>. Acesso em: 14 jun 2022.

OLIVEIRA, Amurabi. As desigualdades educacionais no contexto da pandemia de COVID-19. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak. Suíça, 18 de março de 2020a. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331490/WHO-2019-nCoV-MentalHealth-2020.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Novel Coronavirus (2019-nCov): Situation report -1. Suíça, 21 de Janeiro de 2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **How's Life? 2020: Measuring Well-being**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9870c393-en>>. Acesso em 11 jun 2022.

ROGOWSKA, Aleksandra; KUŚNIERZ, Cezary; BOKSZCZANIN, Anna. Examining anxiety, life satisfaction, general health and coping styles during COVID-19 pandemic in polish sample of university students. **Psychology Research and Behavior Management**, Nova Zelândia, v. 13, p. 797-811, 2020. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2147%2FPRBM.S266511>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SAHU, Pradeep. Closure of universities due to coronavirus disease 2019 (COVID-19): impact on education and mental health of students and academic staff. **Cureus**. EUA, v. 12, n. 4, e7541, 2020. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.7759%2Fcureus.7541>>. Acesso em: 1 maio 2020.

SERAFIM, Antonio P. *et al.* Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. **PLOS ONE**, EUA, v. 16, n. 2, e0245868, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245868>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SIFF, Emily J. *et al.* SARS-CoV-2 transmission: a sociological review. **Epidemiology and Infection**, Inglaterra, v. 148, e242, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/s095026882000240x>>. Acesso em 11 jun 2022.

XIONG, Jiaqi *et al.* Impact of COVID-19 pandemic on mental health in the general population: a systematic review. **Journal of Affective Disorders**, Holanda, v. 277, p. 55-64, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jad.2020.08.001>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

ZANON, Cristian; BARDAGI, Marucia P.; LAYOUS, Kristin; HUTZ, Claudio S. Validation of the Satisfaction with Life Scale to Brazilians: evidences of measurement noninvariance across Brazil and US. **Social Indicators Research**, Suíça, v. 119, n. 1, p. 443-453, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11205-013-0478-5>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

*Artigo recebido em 8 de junho de 2022.

Aprovado em 12 de outubro de 2022.

**DECOLONIALIDADE E A AUSÊNCIA DE FUTURO EM “A VIDA NÃO É ÚTIL”, DE
AILTON KRENAK**

**DECOLONIALITY AND THE ABSENCE OF FUTURE IN “A VIDA NÃO É ÚTIL”,
BY AILTON KRENAK**

**LA DECOLONIALIDAD Y LA AUSENCIA DE FUTURO EN “A VIDA NÃO É ÚTIL”,
POR AILTON KRENAK**

Jair Ferrari Júnior²⁹

“A vida não é útil” é um livro do pensador e ativista indígena Ailton Krenak³⁰, publicado em 2020, que reúne textos adaptados de palestras, de *lives* e de entrevistas realizadas com a presença do autor entre novembro de 2017 e junho de 2020. Seguindo a mesma linha de sua obra anterior, “Ideias para adiar o fim do Mundo” (2019), Krenak narra, de maneira objetiva e sensível, suas percepções acerca dos temas de impacto nos textos veiculados pela mídia e pela ciência, tal como a crise ambiental decorrente do consumo dos recursos naturais e a pandemia de Covid-19 que, embora ainda no início quando da publicação da livro, seus efeitos já eram suficientemente relevantes para que o autor pudesse trazer a perspectiva de que a pandemia seria conduzida a um patamar de gravidade sem precedentes.

A obra pode ser inserida em um contexto relativamente recente no que tange ao trato dos discursos referentes aos povos originários, trazendo para o lugar de foco os seus próprios pontos de vista não só sobre sua vida e comportamento, como também participando de um movimento que os inclui nas esferas acadêmicas como

²⁹ Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), j.ferrari@unesp.br.

³⁰ Do povo Krenak, que vive em uma reserva junto ao Rio Doce, Ailton teve destaque na mídia na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, tal como informado em sua biografia na capa interna de *Ideias para adiar o fim do mundo* (KRENAK, 2020).

participantes ativos e não objetos de estudo. Essa inclusão coloca os indígenas como produtores de um conhecimento válido que até então lhes era negado ou silenciado.

Eni Orlandi (2008), linguista que estudou os povos originários a partir da Análise do Discurso Francesa, infere que silenciar trata-se de “[...] um processo de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas, pelo seu *jogo*” (ORLANDI, 2008, p. 60). A abertura para a voz do indígena nesse universo de sentidos compreende uma série de fatores sócio-histórico-culturais que estão presentes tanto em temas tradicionalmente associados a esses povos, como os direitos de sua livre manifestação de culto e aos territórios que lhes remanescem, como com as questões climáticas e ambientais a nível global. A obra de Krenak, desta forma, se insere no que chamamos de uma perspectiva decolonial do conhecimento.

Os Estudos decoloniais, desenvolvidos especialmente por acadêmicos em humanidades latino-americanos, surge como uma forma de resistência crítica aos modelos que, por séculos, foram determinados tão somente pelas perspectivas do colonizador. Destacando o caráter fundador dessa perspectiva da colonialidade do poder pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), cuja atribuição do significado se faz no excerto de sua autoria:

[o colonialismo] demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 118).

Esse colonialismo que nega o seu Outro é combatido quando o silêncio é interrompido. O livro de Krenak dialoga, nesse sentido, com outras publicações que se reconfiguram para haja uma ocupação desses lugares tradicionais por elementos que, até então, eram negligenciados como portadores de saberes válidos. Um exemplo disso é a etnobiografia “A queda do céu, palavras de xamã Yanomami” (2015), do líder indígena Yanomami Davi Kopenawa que, embora escrita pelo antropólogo Bruce Albert, que conviveu com os yanomami para se criar a referida obra, tem no texto a expressão em primeira pessoa do indígena, que narra sua cosmovisão e sua percepção de um mundo que, assim como para Krenak, poderá desabar sobre os ombros de toda a humanidade.

Os contextos acima elencados não esgotam as possibilidades de interpretação da obra de Ailton Krenak que, para além do livro tratado na presente resenha, se inserem em debates políticos e culturais muito mais amplos e que concedem à academia caminhos ainda inexplorados e, em muito, ampliáveis. No que cabe ao presente texto, relataremos como, na perspectiva do autor, os sentidos que os problemas mais urgentes que enfrentamos se coadunam com a sua experiência.

O livro é dividido em cinco textos: “Não se come dinheiro”, “Sonhos para adiar o fim do mundo”, “A máquina de fazer coisas”, “O amanhã não está à venda” e, por fim, o texto cujo nome é o mesmo do título do livro. Há, também, agradecimentos, referências e informações sobre a origem dos textos e do autor.

O texto inaugural do livro, “Não se come dinheiro”, foi adaptado de uma *live* para *The Intercept Brasil* em abril de 2020, uma palestra em um evento no Rio de Janeiro em novembro de 2017 e uma entrevista concedida para Amanda Masuela e Bruno Weis em novembro de 2019 (KRENAK, 2020, p. 122). O autor começa o texto endereçando-o à “humanidade”, não apenas aos humanos do gênero *homo*, mas a “uma imensidão de seres que nós excluimos desde sempre” (KRENAK, 2020, p. 9). Para Krenak, os seres humanos “*stricto sensu*” foram destruindo os outros seres vivos para satisfazer suas necessidades como se esse processo de destruição e de exploração fosse “natural”, constituído a partir da eleição do *homo sapiens* como ser supremo entre os outros. Essa “humanidade” atribuída aos demais seres vivos são, conforme afirmam alguns antropólogos, aspectos comuns da visão ameríndia sobre a sua integração junto à natureza, como o perspectivismo e o animismo (CASTRO, 2020).

Segundo Krenak, em algum momento os humanos creditaram a si mesmos o poder sobre os demais, distanciando o que é do homem do que é da natureza, impulsionados, principalmente, pela corrida pelo lucro. Em suas palavras, “estamos a tal ponto dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconectamos do organismo vivo da Terra” (KRENAK, 2020, p. 18). Krenak traz assim um grande contraponto às ideologias políticas predominantes na atualidade que trazem o desenvolvimento da humanidade como sinônimo de produção e distribuição de bens a todos. O mérito do autor está em evidenciar que as mazelas da humanidade residem, justamente, no interior do perímetro que foi formado pelo capitalismo.

A Terra é, para Krenak e para outros grupos de povos originários, uma existência viva. A utilização desenfreada dos recursos naturais é, portanto, ferir a existência de um outro ser pelo qual todos os demais estão conectados e que, mais cedo ou mais tarde, sofrerá as consequências desse sistema de exploração. Não haverá uma nova “Arca de Noé” capaz de salvar os seres vivos deste planeta da devastação que ocorrerá se não houver uma mudança radical no modo de habitar a Terra. A visão dos povos originários, que era tida como “primitiva”, é agora vista como prudente. Ou então, pode-se dizer que o “selvagem” passou para uma ressignificação, adaptando o ser humano afastado da natureza como algo mais perigoso do que qualquer animal em seu habitat.

No entanto, não significa que a culpa seja apenas daqueles que produzem tecnologias típicas da modernidade, mas, principalmente, o agronegócio: “Tudo virou agro. Minério é agro, assalto é agro, roubo do planeta é agro e tudo é pop. Essa calamidade que estamos vivendo no planeta hoje pode apresentar a conta dela para o agro”³¹ (KRENAK, 2020, p. 23).

Aludindo ao momento histórico da pandemia do novo Corona vírus, o pensador indígena indica que, mesmo a humanidade tendo se auto atribuído o topo da pirâmide das espécies, uma pequena existência microscópica foi capaz de colocar em xeque esse sistema global da economia de mercado. No final das contas, nem mesmo as grandes economias mundiais foram capazes de impedir o avanço da doença, demonstrando, assim, a tese do autor de que o dinheiro não é a solução para os problemas causados pelos rumos que a humanidade traça para si. No entanto, conforme pode-se de compulsar da experiência brasileira em relação à gestão dos recursos para a ciência e a saúde, o sistema pode tanto amenizar o impacto da pandemia, investindo em vacinas, por exemplo, como pode empreender um investimento em circulação de discursos falsos que imobilizam a reação contra um problema real.

Já no segundo texto, além de entrevistas, teve como fonte mais uma *live*, com a participação do neurocientista Sidarta Ribeiro, no festival “Na janela”, promovido

³¹ Krenak faz uma analogia, neste excerto, a uma propaganda frequentemente veiculada nos intervalos comerciais da TV aberta, em que o *pop* do agro é uma máscara que esconde os grandes produtores do agronegócio.

pela editora Companhia das Letras. “Sonhos para adiar o fim do mundo” revela uma conexão entre a mente e uma memória ancestral. Relatando uma experiência de um pajé xavante que, ao sonhar, foi-lhe admoestado por um espírito da caça de que não estava fazendo o suficiente para impedir que os homens brancos não arrasarem com a terra: “Foi ali que eu atinei que havia algo na perspectiva dos povos indígenas, em nosso jeito de observar e pensar, que poderia abrir uma fresta de entendimento nesse entorno que é o mundo do conhecimento” (KRENAK, 2020, p. 35-36).

Ao ponderar que o conhecimento dos povos originários pode passar a integrar a esse universo científico, o autor vai no mesmo sentido das propostas dos estudos decoloniais, que implica um deslocamento da visão e interpretação do mundo para além da perspectiva eurocêntrica/ocidental. Assim, os povos originários saem de um nicho estereotipado pelos atravessamentos ideológicos coloniais – que ainda resistem em muitos âmbitos – para assumir um protagonismo nos discursos sobre pautas importantes à toda humanidade, como a proteção à natureza. Essa perspectiva está fundamentalmente ligada à ideia de que a interação do ser humano com a natureza deve ser harmônica e não exploratória. Para o autor, “essa noção de que a humanidade é predestinada é bobagem [...] por isso que a gente se filia ao rio, à pedra, às plantas e a outros seres com quem temos afinidade” (KRENAK, 2020, p. 41-42).

A maior importância que se depreende dessa ressignificação dos discursos dos povos originários é a da valorização de saberes que, muito antes dos atravessamentos colonialistas, já eram alinhados com o conhecimento científico “tradicional” em relação à natureza e a própria percepção de que o ser humano é mais um animal, por mais que deseje se afastar dessa condição. Exemplo significativo de outra obra que se inscrever no mesmo lugar da voz dos povos originários sobre os problemas da atualidade é a etnobiografia de Davi Kopenawa, co-escrita pelo antropólogo Bruce Albert, intitulada “A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami”, publicada em 2015, que pode ser considerada como um tratado etnográfico que traz o saber cultural e religioso de um povo que vive em simbiose com a floresta amazônica.

Já em “A máquina de fazer coisas”, trecho constituído a partir de várias *lives* e entrevistas concedidas pelo autor no ano de 2020, ele inicia seu discurso trazendo a perspectiva ameríndia de que a humanidade surgiu de outros seres, aludindo-se a narrativas semelhantes de outros povos ao redor do mundo. Essa ancestralidade,

carregada na memória dos povos em sua cosmovisão, reitera a ideia de que a distinção entre os humanos e os demais seres vivos, perseguidas pelos teóricos nas mais diversas linhas, é responsável por parte da derrocada da harmonia da natureza. Nesse sentido, o autor diz que “se a principal marca dos seres humanos é se distinguir do resto da vida terrestre, isso nos aproxima mais da ficção científica que defende que os humanos que estão habitando a Terra não são daqui” (KRENAK, 2020, p. 55). O que mais interessa nessa perspectiva é o fato de que a própria cultura de massas envolve o ser humano como um ser especial, embora não especial ao ponto de se olhar para a própria Terra, da qual faz parte, para perceber que o que o revela como relevante é o fato de a ela pertencer. Não adianta muito buscar no Universo um novo planeta em condição de abrigar uma espécie órfã de um planeta-mãe que ele mesmo matou.

Assim, a ideia principal deste texto é a de que esse sentimento de não pertencimento – ou de destaque – dos seres humanos em relação aos outros seres que coabitam a Terra permitiu um rompimento epistemológico, gerando uma validação para a realização de técnicas cada vez mais sofisticadas para transformar a natureza. Essa transformação constrói, para o pensador indígena, apenas “brinquedos”. Segundo ele, “a verdade é que tudo o que a técnica nos deu foram brinquedos. O mais sofisticado é esse que bota gente no espaço; e também o mais caro” (KRENAK, 2020, p. 59).

O sistema de produção capitalista vende a ideia de que quanto mais tecnologia, mais pessoas poderão ter geladeiras, celulares e que, um dia, poderão morrer mais tarde (KRENAK, 2020, p. 63). Nem mesmo quando a ciência atual indica que a estrutura de exploração da natureza está conduzindo a humanidade para um abismo, aqueles que têm o poder de fazer alguma a respeito não o fazem. Seja as novas gerações que, conforme as próprias palavras do autor, podem dizer: “Mas, agora que chegou a minha vez, você vem me dizer que acabou a festa?” (KRENAK, 2020, p. 61), seja “na cabeça do vereador, do prefeito, do governador, de tudo quanto é gente que tem o *status* de apertar algum botão” (KRENAK, 2020, p. 67), todos negligenciam a situação e perpetuam os ideais de invasão e de colonização da Terra em um âmbito global. Assim, não se espera que um enunciado de um indígena faça apenas alusão à proteção do seu território originário, mas sim do planeta como um todo. A percepção de que as consequências da transformação da natureza em bens de consumo afetam

solidariamente o mundo todo é parte de uma narrativa dos povos originários que, agora, é corroborada pela ciência.

O contexto da pandemia do Corona vírus, à época ainda recente, serviu para as entrevistas concedidas por Krenak em meados de 2020 e que geraram o quarto texto que compõe o livro, intitulado “O amanhã não está à venda”. O autor relata a experiência de estar confinado nas terras pertencentes ao seu povo, os Krenak, próximo ao Rio Doce – que sofreu com o rompimento de uma barragem da mineradora vale, em 2019 – em Minas Gerais. O confinamento de indígenas em seus territórios não é algo novo, conforme ressalta o autor, mas a agenda de Ailton, por conta de seu ativismo político, exigiu-lhe viajar para outros lugares. No entanto, o que a pandemia impôs para todos fez com que refletisse acerca das pessoas que estavam em apartamentos fechados enquanto ele vivia em sua comunidade, trabalhando junto à terra, conforme sempre fez. “Se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados da ruptura ou da extinção do sentido de nossa vida, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda” (KRENAK, 2020, p. 79).

O discurso, muito refletido nos tempos da pandemia por negacionistas, de que a economia não poderia parar é, na visão do autor, um empreendimento burro (*sic*), afinal, a economia é criada, mantida e continuada pelos seres humanos. Krenak acredita que as vidas perdidas pela pandemia mostraram a fragilidade da vida humana e que, se não servir como uma mensagem clara do caminho que a humanidade está trilhando por meio de suas condutas, se não atendermos a esse recado que a Terra está emitindo, todas essas vidas se perderam sem que nenhum sentido a elas fosse atribuído. Segundo ele, “seria como se converter ao negacionismo, aceitar que a Terra é plana e que devemos seguir nos devorando. Aí, sim, teremos provado que a humanidade é uma mentira” (KRENAK, 2020, p. 91).

O último texto que compõe o livro é, conforme relatado anteriormente, o que recebe o mesmo nome da obra: “A vida não é útil”, que foi adaptado de uma conjunção de enunciados obtidos de uma conversa, uma *live* e uma entrevista, todas feitas no ano de 2020. A primeira questão levantada pelo autor são as “pegadas” que a humanidade deixa com a sua passagem pela terra. Precisa-se de mais; desde bebê, com fraldas, produtos de higiene e todo tipo de produtos para os primeiros anos de vida, uma enorme quantidade de recursos naturais são deslocados para dar conta das

“necessidades” humanas. “Foi-se a ideia de que cada um deixa a sua pegada individual no mundo; quando eu piso no chão, não é o meu rastro que fica, é o nosso. E é o rastro de uma humanidade desorientada, pisando fundo (KRENAK, 2020, p. 96).

No entanto, o autor reflete que seus dizeres não são em nada novos. Primeiramente, relata que o pensamento voltado à ecologia “nasceu da preocupação com o fato de que o que buscamos na natureza é finito, mas o nosso desejo é infinito, e, se o nosso desejo não tem limite, então vamos comer este planeta todo” (KRENAK, 2020, p. 97). Defendendo a ideia que nomeia o livro, Krenak relata a ideia do utilitarismo que foi relacionado à vida como um propósito a ser seguido. “Civilizar-se” se transformou em uma religião, dominada pelo consumismo. A vida, segundo o autor, “é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária (KRENAK, 2020, p. 108). As guerras, as doenças, os problemas econômicos e a miséria causada por eles são uma criação dessa rede de sentidos imposta por esse *modus vivendi*. Krenak ainda revela que crê que o discurso indígena tem como princípio epistemológico a negação da propriedade privada como fundamento (KRENAK, 2020, p. 115).

De um modo geral, algo que pode ser observado tanto no discurso de Krenak quanto no de outros líderes indígenas cujas ideias circulam na contemporaneidade é o fato de que parte do que embasa seus argumentos reside numa ancestralidade que esses povos têm com a terra que vivem. O rio, a montanha e a floresta não são apenas elementos que designam o relevo, o clima ou, mais especificamente, recursos econômicos. São parentes. Seres que partilham o mesmo cosmos que os seres humanos e os outros animais. A vida está sendo consumida para consumir bens materiais e propriedades que, no fim das contas, servirão apenas de distração para esconder as reais coisas que são necessárias para obtê-las. Um ciclo vicioso que, se não for rompido, culminará na destruição da vida, de espécie em espécie, tornando os seres humanos, mais uma vez, iguais à natureza, mas, dessa vez, todos reduzidos ao mesmo nada.

Assim, as ideias de Ailton Krenak permeiam as circunstâncias que a humanidade criou desde o momento em que decidiu, ainda que apenas no campo das ideias, cortar o cordão umbilical entre o homem e a natureza. Em “Ideias para o fim do mundo”, de 2019, pensador indígena reflete sobre a ideia de se caracterizar a era atual como “antropoceno”. Afinal, se uma espécie foi capaz de modificar a realidade

de um planeta inteiro tal como um grande cataclismo, dever-se-ia muito mais haver preocupação do que orgulho. Mais do que um alerta para um futuro apocalíptico que se anuncia no horizonte próximo, o autor revela que os saberes dos povos originários estão à disposição para pensar um futuro de um mundo para além do seu fim.

REFERÊNCIAS

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista:** Discurso de Confronto - Velho e Novo Mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

*Recebida em 8 de junho de 2022.
Aprovada em 12 de outubro de 2022.